**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA**

FERNANDO LIMA DAS NEVES

**O indivíduo restrito: reflexos biográficos da estrutura
social brasileira**

Versão corrigida

**São Paulo
2011**

FERNANDO LIMA DAS NEVES

**O indivíduo restrito: reflexos biográficos da estrutura
social brasileira**

**Tese apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Sociologia, do
Departamento de Sociologia da
Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade
de São Paulo, para obtenção do
título de Doutor em Sociologia.**

Orientadora: Profa. Dra. Maria Arminda do Nascimento Arruda

Versão corrigida

**São Paulo
2011**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha Catalográfica

Neves, Fernando Lima das

O indivíduo restrito: reflexos biográficos da estrutura social brasileira / Fernando Lima das Neves. – São Paulo: USP / Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2011.

xiv, 172 f.: il.; 31 cm.

Orientadora: Maria Armanda do Nascimento Arruda

Tese (doutorado) – USP / FFLCH / Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2011.

Referências bibliográficas: f. 154-172

1. Indivíduo. 2. Hierarquia social. 3. Trabalho. 4. Metodologia. 5. Juventude - Tese. I. Arruda, Maria Armanda do Nascimento. II. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. III. Título.

NEVES, F. L. O indivíduo restrito: reflexos biográficos da estrutura social brasileira. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Aprovado em:

Banca Examinadora:

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

***Para os jovens e as jovens que me confiaram suas opiniões, relatos,
experiências, desejos e sonhos.***

Agradecimentos

À Tatiane Póvoa, companhia que acalenta e instiga. Nossos momentos juntos parecem descolarem-se do tempo, desenvolvendo-se em outra cadência, outra lógica.

Aos meus pais, Manoel e Nilza, e ao meu irmão, Danilo, apoios permanentes, ainda que a distância mantenha separados os nossos cotidianos.

Às demais pessoas de minha família e aos amigos de outros carnavais, que eu não me atreveria a nomear aqui, sob o risco de ocuparem páginas em demasia.

À Profa. Dra. Maria Arminda do Nascimento Arruda, pelo acompanhamento afetuoso e pela franqueza nas nossas conversas e convivências. Essa jornada se encerra com um brilho especial, pois com ela pude perceber ainda mais quão vasta é a constelação dos seres humanos.

À Profa. Dra. Angelina Teixeira Peralva pela acolhida na *Université de Toulouse II – Le Mirail* e pelos diálogos que foram rapidamente familiarizando-me com o contexto francês.

À banca de qualificação, Profa. Dra. Maria Helena Oliva Augusto e Profa. Dra. Sylvia Gemignani Garcia, pelas sugestões e apontamentos que indicaram rumos decisivos para as reflexões ora reunidas.

À Profa. Dra. Dalva Maria Borges de Lima Dias de Souza, por um dia dizer-me que valia a pena investir neste trabalho. O tempo passou e muita coisa aconteceu, mas o início foi fundamental para o que agora se conclui.

Aos amigos do CRUSP (Conjunto Residencial da USP), João, Jéferson, Renato, Leopoldo, Marcos e Fábio, sempre por perto para todas as ocasiões.

Aos colegas de pós-graduação, Arlene Ricoldi, Francini Oliveira, Stefan Klein e Wilson Mesquita.

Aos colegas do CERS (*Centre d'Études des Rationalités et des Savoirs*) da *Université de Toulouse II – Le Mirail*.

Aos amigos e amigas de Toulouse, Alfonsina, Cedric, Gabi, Joffrey, Lucía, Marcilene e Sara.

Às pessoas que conheci durante as pesquisas em Goiás, Tiago Rosa dos Santos, José Ribeiro dos Santos (Seu Duda), Maria Rosa de Jesus (Dona Maria), Antônio Gomes Pereira (Seu Antônio) e Creuza de Paula Pereira (Dona Creuza), Lucienis Gomes de Paula, Luzeni Gomes de Paula, Neuson Gomes

de Paula, Marli Caetano de Oliveira, Ana Cristinna Oliveira Paula, Deusmar (Mazinho) e Nalígia.

À Elmira Inácio e sua mãe, Adesina, que gentilmente me acolheram durante a pesquisa em Goiânia.

Aos amigos Edmilson Borges, Daniel Afonso e Ângelo Ítalo Mainine Neto com quem várias das idéias aqui desenvolvidas foram discutidas em diferentes ocasiões, o que naturalmente não lhes franqueia a responsabilidade sobre o resultado.

À amiga Juciene Aparecida dos Santos (*in memoriam*), que também me indicou caminhos muito frutíferos para pensar o cotidiano dos jovens de classes populares. Muitas saudades.

Aos amigos, Ademir, Alexandre, Aliny, Arquimedes, Carmem, Cláudia, Édina, Elexander, Juliano, Juciano, Liliana Rotta, Luciana, Luis Rogério, Moema, Marcley, Mário e Silvia.

Ao pessoal da secretaria da pós-graduação, Juliana M. Costa, Evânia Mari Guilhon e Sá, Maria Ângela Ferrari de Souza e Irani T. Placedino Emídio, pelos incontáveis auxílios.

À Capes pela bolsa de doutorado e pelo financiamento de minha viagem à França.

*O senhor vê: existe cachoeira; e pois?
Mas cachoeira é barranco de chão, e
água caindo por ele, retombando; o
senhor consome essa água, ou desfaz o
barranco, sobra cachoeira alguma? Viver
é negócio muito perigoso...*

João Guimarães Rosa, Grande Sertão:
Veredas

Resumo

NEVES, F. L. **O indivíduo restrito: reflexos biográficos da estrutura social brasileira**. 2011. 172 f. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

Efetuamos uma aproximação (nem tanto exaustiva, mas buscando certos fundamentos e dissensões em cada caso) entre a enorme produção da sociologia francesa sobre o tema “juventude” e o aumento mais recente dos debates e publicações nesse domínio de pesquisa no Brasil. Muitas questões adensaram-se diante de nós, o que contribuiu para delinear o passo seguinte da investigação: o fortalecimento de um paradigma “individualista” em segmentos da sociologia, significativamente atrelado às manifestações juvenis contemporâneas. A partir de dois estudos de caso realizados no estado de Goiás, com vinte jovens de classes populares, destacamos, contudo, que, em se tratando de sociedades mais hierarquizadas, como a brasileira, cujos processos históricos mais específicos forjaram, nos meandros da lei, das instituições e das percepções sociais, uma modalidade específica de “indivíduo”, o indivíduo restrito, pautada em um conceito igualmente estreito de “cidadania”, é necessário ponderar os problemas e as dificuldades de se limitar a análise sociológica aos artefatos “subjetivos”, sob o risco de se perder de vista a interdependência imanente entre o “todo” e as “partes”. Para isso, concentramos a reflexão nas vicissitudes do mercado de trabalho, seus antigos e novos percalços, sua configuração mais recente em cada contexto. Essa dimensão, central quando se trata das novas gerações, expõe mais diretamente os conflitos sociais prementes, forçando outras considerações sobre as trajetórias biográficas, opiniões, experiências e percepções individuais. Por essa via, pensamos ser possível, então, expor os nexos entre os inúmeros indivíduos, com vistas a compreender e a problematizar a intricada paisagem encoberta pela reclusão analítica nas unidades sociais.

Palavras-chave: indivíduo – hierarquia social – trabalho – juventude – metodologia

Abstract

NEVES, F. L. **O indivíduo restrito: reflexos biográficos da estrutura social brasileira**. 2011. 172 f. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

We approach (not so exhaustively, but looking for some foundations and divisions in each case) the massive production of French sociology on "youth" and the latest increase of debates and publications in this field of research in Brazil. Many questions thickened in front of us, which helped to shape the next step of the research: the strengthening of an "individualistic" paradigm in segments of sociology significantly linked to juvenile contemporary manifestations. From two case studies conducted in the state of Goiás, with twenty young people from lower social classes, we emphasize, however, that it is necessary to consider the problems and the difficulties in limiting the sociological analysis to the "subjective" artifacts, at the risk of losing sight of the inherent interdependence between "whole" and "parts". And this especially for the case of more hierarchical societies, such as Brazil, which forged in its specific historical processes (demonstrated by the intricacies of the law, institutions and social perceptions) a kind of "individual", the individual restricted, according to an equally strict concept of "citizenship". For this, we focus the discussion on the vicissitudes of the labor market, its ancient and new obstacles and its latest configuration in each context. This dimension (central in dealing with new generations) reveals more directly the main social conflicts, forcing further considerations on the biographical trajectories, opinions, experiences and individual perceptions. In this way, we can then expose the nexus among individuals, in order to understand and discuss the intricate landscape shrouded by imprisonment in the analysis of social units.

Keywords: individual - social hierarchy - labor - youth - methodology

Lista das Tabelas e Quadros

Tabela 01 – Participação (%) das unidades federativas no PIB brasileiro em 1995 e 2008.....	76
Tabela 02 – Participação (%) das macrorregiões no PIB nacional entre 1995 e 2008.....	77
Tabela 03 – Principais produtos exportados pelo Brasil (janeiro-setembro/2010 - US\$ Milhões).....	77
Tabela 04 – Evolução do Índice de Gini da Estrutura Fundiária, segundo as Unidades da Federação - 1985/2006.....	83
Tabela 05 – Área dos estabelecimentos rurais no Brasil, segundo o estrato de área - 1985/2006.....	84
Tabela 06 – População e servidores, total e número de servidores por 100 habitantes, segundo classes de tamanho da população dos municípios (Brasil 2004).....	101
Quadro 01 – O perfil dos jovens entrevistados (pequena cidade).....	124
Quadro 02 – Algumas práticas culturais dos jovens entrevistados (pequena cidade).....	126
Quadro 03 – O perfil dos jovens entrevistados (grande cidade).....	127
Quadro 04 – Algumas práticas culturais dos jovens entrevistados (grande cidade).....	129

Lista dos Gráficos

GRÁFICO 01 – Evolução do Número de Homicídios no Brasil (1997-2007).....	72
GRÁFICO 02 – Percentual de jovens de 24 anos com 12 anos ou mais de estudo/Brasil-2006.....	138
GRÁFICO 03 – Participação (%) dos jovens de 15 a 24 anos no estoque de emprego formal total no Brasil (1985-2006 / RAIS)	143

Lista das Siglas

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNJ – Conselho Nacional de Juventude

CNJ – *Conseil National de la Jeunesse*

CPE – *Contrat Première Embauche*

EDF – *Électricité de France*

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INJEP – *Institut National de la Jeunesse et de l'Education Populaire*

INSEE – *Institut National de la Statistique et des Études Économiques*

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MS – Ministério da Saúde

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organizações não governamentais

PIB – Produto Interno Bruto

PREJAL – Projeto Promoção do Emprego de Jovens na América Latina

ProJovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens

RAIS – Relatório Anual de Informações Sociais

RSA – *Revenu de Solidarité Active*

SDF – *Sans domicile fixe*

SECEX – Secretaria de Comércio Exterior

SEPLAM – Secretaria Municipal de Planejamento

SIM – Sistema de Informações sobre Mortalidade

SMIC – *Salaire Minimum Interprofessionnel de Croissance*

SNJ – Secretaria Nacional da Juventude

SVS – Secretaria de Vigilância em Saúde

Sumário

INTRODUÇÃO.....	15
1 – SOBRE INDIVÍDUOS E SOCIEDADES: OS ESTUDOS DE JUVENTUDE E A GUINADA BIOGRÁFICA EM SOCIOLOGIA.....	27
1.1 Realidade social e teoria.....	28
1.2 Excurso francês.....	30
1.3 Contrapontos.....	42
2 – FUNDAMENTOS E CONSEQÜÊNCIAS DA HIERARQUIA SOCIAL BRASILEIRA.....	50
2.1 Um amplo movimento.....	53
2.2 <i>Terra Brasilis</i>	64
2.3 O padrão da restrição.....	69
3 – DOIS CASOS CORRELATOS: UMA PEQUENA CIDADE E UM BAIRRO DE PERIFERIA.....	74
3.1 A hipótese da interdependência.....	74
3.2 Cidade pequena.....	80
3.3 Cidade grande.....	103
3.4 Cidade pequena e cidade grande.....	121
4 – O MUNDO DO TRABALHO COMO NORTEADOR DAS TRAJETÓRIAS INDIVIDUAIS.....	134
4.1 Transformações de peso.....	135
4.2 A medida da restrição.....	139
5 – A INTERDIÇÃO DAS SUBJETIVIDADES E O CONHECIMENTO SOCIOLÓGICO.....	144
5.1 De novo a história: entre mediações e reprodução social.....	145
5.2 Derradeiras questões.....	152
6 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	154

Introdução

As controvérsias em torno das relações entre os conceitos “indivíduo” e “sociedade” acompanham toda a história do pensamento social no ocidente. Como tal, o tema sempre foi objeto de intensas divergências, repercutindo, implícita ou explicitamente, as transformações mais gerais de cada momento e de cada lugar. Não foram poucos os que despenderam árduos esforços para desvendar essas tramas, inserindo-se numa seara crucial para o entendimento dos artefatos sociais, vistos em seu conjunto.

Entretanto, a despeito dessa longa trajetória e do copioso conteúdo já registrado, a sociologia parece ainda estar longe de algum consenso quanto às vinculações entre “todo” e “partes”, entre a “pluralidade de pessoas” e a “singularidade pessoal”, especialmente quando se trata dos determinantes das práticas individuais ou coletivas, ou seja, das maneiras específicas pelas quais cada sociedade produz e reproduz a si mesma. Essas vacilações contínuas transparecem, assim, outros problemas da realidade social propriamente dita, que ressoarão impreterivelmente nas diferentes proposições explicativas, na adesão a uma ou outra perspectiva, enfim, nas específicas objetivações científicas em relação a determinado problema de pesquisa sociológica e no desenvolvimento dos conceitos que as expressam.

Não diferentemente, entre nós, os dissensos em torno deste tema também são freqüentes. Nas pesquisas e congressos científicos, nas aulas e seminários, ou mesmo nas conversas informais, as discussões nunca foram menos acaloradas, plenas de argumentos diversos. Algo, porém, sempre emergiu como elemento que nos singularizava mais intensamente, estampando contornos mais intrincados para essas discussões e constituindo-se em eixo de mínima convergência dos pontos de vista: o padrão de perpetuação das hierarquias sociais mais extremas desvela inúmeras variáveis estruturais, cujos mecanismos afetarão inevitavelmente os modos de agir, sentir e pensar das pessoas, em consonância, pois, com as singularidades de seus respectivos espaços sociais (BOURDIEU, 1989, p. 133-161), mais circunscritos. Não se

tratando evidentemente de simples vínculos deterministas, a correlação imanente entre os níveis “macro” e “micro” da vida social, ao menos no caso brasileiro, pode atuar como um fator de ponderação que bloqueia a admissão estrita de um ou de outro pólo dessa equação complexa.

Persistentes e generalizadas, as distinções sociais por aqui, ao mesmo tempo, reafirmam e ultrapassam o plano simbólico, para cristalizar a constituição de pessoas tangencialmente situadas nos antigos ideais de “eqüidade” e de “emancipação”, posto que alicerçada na perpetuação de certos padrões ideológicos, morais e políticos de aceitabilidade e justificação de tal contexto (SOUZA, 2003, 2006, 2009). Em vários planos, então, sempre emergiram incongruências diversas que se metamorfosearam no tempo para driblar a escassez de legitimidade do sistema político como um todo, sem alterarem, contudo, a lógica dessa construção social dos eleitos e dos fracassados.

A questão social, portanto, tem ocupado, ao longo dos séculos, lugar de destaque no cotidiano do país, concorrendo significativamente para a definição das nossas formas de sociabilidade, da configuração dos conflitos sociais e, por conseguinte, para as distintas modalidades de ação social. Ainda que bem estudada, conhecida, medida e por vezes condenada, a persistência da pobreza na paisagem social do país (TELLES, 2001) estabelece de maneira incisiva e permanente as variações *entre* os diversos indivíduos, com todas as decorrências disto para o plano das percepções sociais e para o convívio e interação cotidianos. A partir daí, podem ser definidas, assim, inúmeras correlações entre a estratificação social, as *diferentes classes sociais*, e as singularidades das práticas individuais. Ao mesmo tempo, descortinam-se os fundamentos mais obscuros e duradouros que sustentam esse padrão hierárquico, uma vez que estão necessariamente vinculados ao sistema econômico, o qual estabelecerá, em última instância, as vicissitudes da reprodução material dos viventes, de múltiplas conseqüências.

Em trabalho anterior (NEVES, 2006), no qual foram analisadas as trajetórias de vida de dez jovens de classes populares de uma pequena cidade

do interior de Goiás, essas questões já estavam presentes, embora não houvésssemos incorporado ali todas as suas dimensões, dado que não havia à época um quadro de referências mais amplo, que buscaremos agora reparar. A questão que nos movia naquele momento envolvia o padrão de ocupação dos espaços urbanos no Brasil, o qual sempre impôs às populações rurais e às que vivem em pequenas cidades (em particular às novas gerações), por diversos meios e com muitas tonalidades, aquilo que José de Souza Martins (1975) identificou como uma “ideologia urbana”. Esta diz respeito às referências materiais e simbólicas predominantes que criaram artificialmente, a partir dos amplos processos de urbanização e industrialização iniciados na década de 1930, uma antítese entre o mundo rural e o mundo urbano, com largos proveitos e vantagens para o segundo.

Contudo, os incômodos decorrentes da ocupação desordenada das metrópoles produziram concomitantemente uma “contra-ideologia urbana”, que contestava as benesses da “vida moderna”, própria desses grandes centros urbanos. Na ocasião, também identificamos junto aos jovens essas mesmas dicotomias. No entanto, o que tais ideologias não revelavam (e ainda não revelam?) era aquilo que jungia esses dois espaços sociais distintos: o desenvolvimento específico do capitalismo brasileiro que não podia prescindir de nenhum deles, englobando-os funcionalmente no processo de acumulação que se acentuava (OLIVEIRA, 2003).

Evidentemente não podíamos abrir mão dessa constatação fundamental, mas a particular relação da população jovem com o mundo do trabalho e com as práticas de consumo impeliu-nos a buscar, na bibliografia específica, as interpretações mais recorrentes de tais “especificidades”. Na França, em particular, os estudos de juventude vinham sendo realizados há décadas, demonstrando grande aprofundamento dos temas de pesquisa e influenciando significativamente as produções brasileiras.

A partir disso, decidimos intensificar essas aproximações justamente para melhor compreender o que se passava por aqui, em vista do momento de alguns avanços institucionais e de intensificação das pesquisas e publicações

sobre “juventude”, nas quais também nos situávamos. Essa intenção foi possível graças à concessão de uma bolsa de pesquisa pela Capes, para o ano letivo 2008-2009 na *Université de Toulouse II – Le Mirail*. Durante esse período, o contato mais sistemático com diferentes segmentos da sociologia local, numa conjuntura de crise sistêmica das finanças internacionais que provocara uma intensificação das tensões sociais face à perda de direitos já consolidados, possibilitou-nos a interlocução, ainda que não exaustiva, com parte daqueles estudos, cujos temas principais vinham experimentando muitas reflexões também no Brasil. E tais interfaces nos chamaram a atenção precisamente por conta do que havíamos observado anos antes no estado de Goiás, motivo e pulsão deste retorno às pesquisas de 2005, com novos olhares, outras considerações e diferentes ponderações, ausentes até então de nossos juízos principais.

O contato com os textos franceses começou a indicar-nos novas questões porque algumas análises (DE SINGLY, 2000, 2001, 2004, 2004a, 2005, 2006; MARTUCCELLI, 2000, 2002) pareciam partir dos jovens apenas para comprovar algumas de suas sugestões teóricas mais gerais. A sustentação essencial dos argumentos situava-se na crítica às interpretações sociológicas que transformariam os “sujeitos” em simples “personagens sociais”, indivíduos reféns de sua “posição social”, por vezes considerados sem vontade própria e sem autonomia para agir e decidir os rumos de suas trajetórias biográficas, numa alusão implícita à centralidade que a obra de Pierre Bourdieu adquiriu no sistema acadêmico francês. As características das novas gerações como que justificaria, então, a defesa de uma guinada biográfica na disciplina, a ascensão de um paradigma “individualista”.

Como se espera, uma temporada em país estrangeiro para uma atividade em Ciências Humanas indica sempre novos componentes para pensar o exercício de pesquisa, ou seja, sucintamente, a objetivação mais sistematizada, segundo as visões de mundo cristalizadas nas teorias sociais, que se segue à atividade empírica em relação a um objeto de investigação qualquer. Adentrar, pois, numa sociedade e conviver diretamente com seus membros é algo, no mínimo, mais instigante e controvertido do que a rotineira

visita aos produtos diversos de tal contexto, mais acessíveis hoje em dia que outrora. Ainda que estes sejam apresentados em versões ora fidedignas e criativas, ora confusas, contraditórias e incoerentes, resta a extenuante identificação dos processos sociais de sua fabricação, a fim de deslindar, no mesmo movimento, os contornos mais significativos de seu conteúdo. Revelam-se, então, anseios e dilemas, mudanças e resistências, indignação e resignação, e todos os outros pares possíveis... Mas a realidade é bem isso: uma junção sempre inacabada e conflitiva dessas variadas produções humanas. Por isso mesmo, as advertências são sempre imperativas, pois permitem demarcar a intenção, muito mais que defendê-la.

A idéia de traçar um panorama das pesquisas e publicações mais recentes sobre jovens na França e no Brasil, destacando a tradução sociológica de temas e questões mais candentes para cada caso, partiu do diálogo significativo entre essas duas tradições¹ e do atual estágio das reflexões em torno do tema guarda-chuva “juventude”. Tais influências e repercussões teóricas revelam um desafio recorrente em articular problemas de pesquisa de alhures a outras dinâmicas históricas. O problema das mudanças sociais e econômicas contemporâneas se inscreve decisivamente nesse contexto de “debates”, ou de lutas intempestivas em torno da interpretação legítima e mais amplamente aceitável da realidade social e, a partir disso, da definição de seus rumos coletivos. Foi este o nosso norte. Não obstante, trata-se bem mais de um registro conjuntural do que de uma detenção mais robusta no fluxo histórico, embora a história constitua sempre o *arrière-plan*, a reunião de elementos implícitos ou explícitos que subjagam as descrições mais desatentas ou oportunistas do presente.

Mas a qual “debate” mais exatamente nos referimos? Conforme o que fora proposto, interessavam-nos duas questões. Primeiramente, efetuar uma

¹ Apesar de notarem-se traços dos estudos culturalistas ingleses e da temática norte-americana do desvio, as referências sociológicas francesas seguem predominando nos trabalhos mais recentes sobre jovens no Brasil. Essa forte presença se consolidou, bem provavelmente, por conta dos estudos em sociologia da educação, sobretudo os de Pierre Bourdieu e François Dubet. É a partir da recepção destes textos (consideradas as diferentes abordagens acerca da relação entre juventude e escola) que os estudos sobre jovens se fortalecem e se expandem no Brasil, a partir dos anos 2000.

aproximação entre o Brasil e a França em torno de um objeto de pesquisa outrora difuso na sociologia, sem um estatuto teórico próprio, mas que vem ganhando envergadura mundial nas últimas décadas. De maneira geral, em cada canto, os estudos sobre jovens seguem titubeando entre a busca de uma “especificidade” juvenil (também chamada “condição juvenil”), face às temáticas que a todos (jovens ou não) concernem, e o registro particular em que tal “especificidade” se definirá (se no âmbito das subjetividades, da inserção no mundo do trabalho, das práticas culturais ou das práticas políticas). Muda-se a ênfase como que para despistar a complexidade inerente ao mundo social, muito embora a separação analítica dessas esferas tem se revelado um escandaloso engodo². O referente dessa *démarche*, e aqui está nosso segundo interesse, situa-se, possivelmente, no esforço atual, embora de longa tradição sociológica e filosófica³, de estabelecer, ou sintetizar, na esteira do que se convencionou chamar “modernidade”, o paradigma “individualista” na disciplina, para o qual tem contribuído bastante alguns ramos da sociologia francesa⁴. O

² Evidentemente não é o caso de se negar a importância dos temas e problemas de pesquisa em geral, mas de apontar o risco da lógica de dissociação de aspectos imbricados, sintetizada na recusa do confronto com elementos de feição mais totalizante. Muito mais do que vislumbrar uma teoria geral da “juventude”, a partir da intersecção entre múltiplas variáveis, resta ainda por fazer uma avaliação exaustiva da própria categoria “juventude”, como eixo de consolidação de um campo de pesquisa, com domínios de investigação próprios e sedimentados, atentando-se para sua pluralidade, ou polissemia, tal como outra categoria qualquer. Sendo assim, a categoria “juventude” decorre propriamente de uma “condição social”, no sentido exato de “resultado de um processo”, estando, portanto, referida a diferentes atributos sociais, como classe social, sexo e geração. Bem ao contrário, quando se trata de pesquisar “juventude”, opera-se em geral sua cisão em diferentes temas já consagrados (gênero, racismo, ecologia, saúde, educação, trabalho, religião, violência, sexualidade, etc.), sem que haja, contudo, maior preocupação com as tramas subjacentes a todos os segmentos etários... A pluralidade das manifestações juvenis segue como um ancoradouro seguro para o mercado de pesquisas em ascensão, mas tal “fenômeno” não levará por si só ao amadurecimento e aprofundamento de questões que, ao mesmo tempo em que resvalam diretamente sobre os jovens, vinculam-se a outras searas empíricas e epistemológicas. São essas conexões que repõem permanentemente o significado do “ser jovem no mundo”. Queda-se aqui a maior dificuldade. Tais obstáculos não deveriam, entretanto, ser acobertados pelo viés da “especificidade” juvenil *stricto sensu*.

³ Faz parte de toda a história do pensamento sociológico as discussões em torno de conceitos e categorias como “indivíduo” e “sociedade”, “comunidade” e “sociedade”, “estrutura” e “ação”, “macro” e “micro-sociologia”. Não convém retomar detalhadamente aqui as distintas formas em que se nos apresentaram o problema ao longo do tempo, embora seja forçoso acionar algumas matrizes principais, como Durkheim (1996, 1999, 1999a), Marx (1959, 2004, 2007), Mead (1952), Simmel (1991), Tönnies (1944) e Weber (1964).

⁴ A busca por inovações teóricas está sempre cercada por um caráter ambíguo e inconclusivo, isto é, cujas premissas fundam-se em (semi-)rupturas com o legado científico anterior, com vistas a definir um contraponto mais adequado para o argumento geral em formulação. Por isso, serão sempre consideradas as diferenças inerentes a cada pensamento, os pressupostos

que une as duas pretensões é o fato curioso de que, às manifestações juvenis contemporâneas, atribua-se, por parte de alguns autores, o epíteto de principal receptáculo empírico de tal guinada. A busca de novas ancoragens para o tema, partindo do contraponto proposto, pode apontar algumas aporias desse modelo.

O que parece ocorrer é que, ao mesmo tempo em que se formula a guinada biográfica da disciplina⁵, refutando-se com acinte o predomínio do “todo” sobre as inúmeras “partes”, os fantasmas não dissipados da *totalidade da vida social* retornam sub-repticiamente com uma força explicativa muito mais potente do que a reclusão nas unidades. Entretanto, resta esclarecer, ao que tudo indica, se se trata da defesa da pluralidade das manifestações humanas, num contexto de homogeneização cultural e arbitrariedades recorrentes, ecos da teoria crítica⁶, através de um procedimento indutivo (partir das singularidades das “partes” para se vislumbrar o “todo”), ou o pronto abandono de algumas categorias (“política”, “classe social”, “exploração”, “dominação”, “força”, “poder”, etc.) que prosseguem importunando os intelectos mais “inovadores”.

Assim, ao constatarem a renitência de “riscos teóricos iminentes” (TOURAINE, 1981)⁷, partem de um pressuposto equivocado, qual seja, à contínua tentativa de subjugação e anulação política das unidades,

lógicos, as filiações teórico-metodológicas, assim como o fundo sociológico dessas proposições. Todavia, mais do que expor todas as singularidades em jogo, busca-se aqui demonstrar brevemente certos fundamentos de *um* traço comum dos trabalhos mais expressivos da “vertente” francesa que denominaremos doravante de “sociologia dos indivíduos” (de onde parte a referida crítica às abordagens dos indivíduos como “personagens sociais”), qual seja, o forte atrelamento empírico da “juventude” às suas principais conclusões até o momento.

⁵ Sobre a guinada biográfica, cf. Bornat e Wengraf (2000) e Rustin e Chamberlayne (2006).

⁶ Cf. Adorno e Horkheimer (1985), Habermas (1994) e Marcuse (1972, 1999).

⁷ A crítica de Touraine à junção ideológica entre as “representações da vida social” e a teoria sociológica, que se efetudara, ao longo do tempo, em dois grandes eixos dicotômicos – uma “sociologia das instituições” ou uma “sociologia da mudança” –, ambos vinculados em suas singularidades ao poder estatal, parece ter renunciado a atual inflexão sociológica em direção às ações individuais, ou, em termos generalizantes, à “sociedade civil”. Nas palavras de Touraine, o problema evocado é o seguinte: “Jamais a sociedade desaparece inteiramente sob o Estado, mas podemos limitar a sociologia ao estudo da sociedade quando o Estado, seus mandamentos e suas interdições mantêm-na aprisionada?” (1981, p. 08). Todas as traduções aqui realizadas são de nossa inteira responsabilidade.

correspondem muitos passos teóricos que, embora consagrados aqui e ali, permaneceriam hostis aos rostos e às singularidades pessoais, já que alheios à possibilidade de sintetizar o “macro” nos seres humanos de carne e osso. Nesse ínterim, o alvo mais importante é o procedimento analítico que busca explicar os *determinantes significativos* das ações individuais a partir das diferentes posições sócio-econômicas em cada sociedade.

O contraponto com o Brasil, por sua vez, ampliou o espectro das incertezas, tendo em vista as singularidades de cada país e os avanços e retrocessos vivenciados por essas sociedades. As habituais oposições entre “países pobres” e “países ricos”, “do sul” e “do norte”, “subdesenvolvidos” e “desenvolvidos” ganhavam contornos mais intrincados aos nossos olhos, o que nos levou a apenas esboçar uma comparação mais geral, sem os infinitos cuidados, que demandariam mais tempo e esforços.

Por conta disso, centramos as considerações nas vicissitudes do mundo do trabalho, ou seja, nas oscilações do mundo da produção e reprodução material da sociedade, seus antigos e novos percalços, suas contradições e impasses, seus movimentos mais recentes em cada caso. Por essa via, pensamos ser possível expor os *nexos* entre os inúmeros indivíduos, com vistas a compreender e a problematizar minimamente a paisagem encoberta pela reclusão analítica nas unidades sociais. Tal perspectiva, pelo referido fato de recusar a identificação dos determinantes das ações individuais às posições sociais ocupadas, promovia indiretamente um intenso afastamento da questão das *diferenças materiais* entre os indivíduos jovens e, conseqüentemente, uma perda significativa da dimensão conflitiva do mundo social, que impõe inúmeras outras considerações.

Essa espécie de decretação do fim das classes sociais soava-nos um contrasenso quando aproximada da realidade brasileira, cujo fundamento mais duradouro e inabalável é exatamente a hierarquização mais aguda entre seus diversos indivíduos. Como nossas pesquisas haviam sido realizadas com jovens de classes populares, por serem estes justamente os que suscitaram a referida problematização então proposta e por neles incidirem mais

intensamente as restrições de que falaremos adiante, tais incoerências teóricas tornaram-se ainda mais flagrantes.

A experiência francesa levou-nos, dessa forma, a tecer alguns comentários sobre os *contextos de produção do conhecimento*, evidenciando-se, pois, a imbricação entre a objetivação científica dos artefatos sociais e o processo multifacetado de composição, articulação e alternância a eles inerentes, isto é, a produção social dos espaços sociais de reprodução da vida. Quando, então, ampliamos o escopo e buscamos outras abordagens sobre o mesmo tema “juventude”, perceberam-se profundas diferenças entre elas, fato que nos indicou algumas nuances do campo sociológico francês, as quais ressoavam normalmente nas teorias. Foi esta, em essência, a proposta do primeiro capítulo, reforçada por alguns dados oficiais e contrabalançada por entrevistas realizadas com dois jovens de Toulouse (Roland e Frederic), cujas opiniões mais destacadas contribuíram para compor nosso mozaico empírico do contexto francês.

Mas este foi o limite do trabalho na França. Não pudemos avançar nos detalhes dessas investigações, restando apenas alguns *apontamentos*, na forma de um excurso, cujo propósito foi o de situar e problematizar conjunturalmente tais produções, sem quaisquer pretensões hermenêuticas mais profundas. Não obstante, sua aproximação do contexto brasileiro facultou-nos o eixo principal de discussão do trabalho: dada uma realidade social heterogênea, diferenciada e profundamente verticalizada, de que maneira podemos entrever, nas singularidades biográficas, os nexos diretos ou indiretos entre os diversos indivíduos e a respectiva estrutura social e econômica em que se situam? É esse problema já antigo entre os sociólogos que revisitaremos agora, considerando, desde o início, o longo processo de desenvolvimento da sociedade brasileira.

Para tal, buscamos desvendar, no capítulo 2, o que seriam os fundamentos da referida “estrutura”, com o fito de tornar mais compreensíveis as trajetórias biográficas, as opiniões e percepções pessoais, as diferenças nas ações individuais empreendidas cotidianamente. Como se verá, as comuns

situações de precariedade e desalento presenciadas nas pesquisas com jovens de classes populares apontou para um conceito de “indivíduo”, o *indivíduo restrito*, que é resultado do modelo de cidadania brasileiro, que hesita em transformar as garantias formais da lei em modificações efetivas do cotidiano dos indivíduos. Foi a constatação dessa singularidade que provocou o curto-circuito com algumas elaborações francesas, críticas das análises que partem dos indivíduos em seus devidos lugares na hierarquia social.

Por isso, notar-se-á, no capítulo 3, através dos dois estudos de caso com jovens de classes populares, como tentamos responder empiricamente à referida questão da ação individual em contextos de forte verticalização social, cuja operacionalização se deu por via da análise dos *traços significativos* dessas trajetórias biográficas, ou seja, das características individuais identificáveis que remetiam, direta ou indiretamente, às variantes macro-sociais e macro-econômicas aparentemente distantes e descoladas da vida cotidiana. Pensamos, assim, ter escapado do realismo biográfico, pouco atento às mediações incrustadas nos discursos, *esboçando-se* um caminho empírico viável para se demarcar as vinculações entre os níveis macro e micro da vida social.

A partir dessas novas observações, retomamos as duas pesquisas realizadas em 2005, imersas, como visto, em nova problematização, mas desenvolvendo-se a proposta inicial de comparar os dois espaços sociais distintos no que concerne mais especificamente às diferentes modalidades das práticas juvenis cotidianas, em consonância com os atributos pessoais de cada jovem considerado, as singularidades principais que constituem cada biografia, em cada lugar. A pequena cidade, chamada Jaupaci, está situada no oeste do estado de Goiás e continha então 3.154 habitantes, segundo o censo de 2000 do IBGE. O bairro, por sua vez, situa-se na Região Noroeste de Goiânia, capital do estado, e possuía cerca de 3.800 habitantes à época, segundo a Secretaria Municipal de Planejamento (SEPLAM), com precária infra-estrutura urbana.

Somente agora será apresentado o estudo realizado na capital. Como o roteiro semi-estruturado das entrevistas era idêntico para os dois casos, pensamos não haver muitos empecilhos e maiores prejuízos em inseri-los nessa nova problematização. Procurou-se contemplar ali as diversas esferas da vida pessoal, bem como as opiniões e representações sobre inúmeros assuntos (origem da família, perfil dos pais, principais virtudes e necessidades do espaço social para os jovens, práticas culturais e políticas, entretenimento favorito, participação em grupos organizados, escolaridade, trabalho, religião, as relações entre cidades grandes e cidades pequenas e os desejos e sonhos para os anos seguintes), embora as entrevistas tenham tomado rumos diversos segundo as singularidades principais de cada jovem. Essa reconstrução *a posteriori* das pesquisas concedeu-nos a necessária demarcação empírica dos paralelos aqui realizados, ampliando-se, assim, seus efeitos teóricos.

Todavia, como se percebe de antemão, não foi possível estabelecer por completo a comparação, por meio de imagens e percepções sociais cruzadas, pois não incluímos no trabalho os jovens de classes altas de cada espaço social, ficando apenas indicada aqui esta limitação. Por outro lado, a própria condição dos jovens de classes populares, bem como suas considerações sobre o mundo do trabalho, foram decisivas para a identificação dos condicionantes sociais das auto-imagens e para a percepção das sutilezas dos discursos. E isso foi possível por conta da forte dependência material dos jovens considerados e dos emaranhados de seus cotidianos, da relação com as instituições oficiais (principalmente as polícias), da sociabilidade das periferias, dos mecanismos de proteção social, enfim, de um vasto conjunto que demonstrava as necessárias e contínuas vinculações entre a vida cotidiana e os fatos que orbitam em seu redor. Elementos estes que têm a propriedade de subtrair a opacidade das mediações, de clarear os ditos e os não-ditos presentes nos depoimentos e nas visões de mundo de cada indivíduo, com implicações decisivas para a pesquisa social, isto é, para a problematização dos artefatos empíricos muito utilizados ultimamente: opiniões, representações, relatos orais, experiências, etc.

Destes, contudo, foram as repetidas ponderações e clamores em torno do mercado de trabalho que atestaram a centralidade da inserção no mundo da produção para se pensar as trajetórias individuais juvenis. Não são poucas as transformações aí em curso, e o capítulo 4 buscará traçar algumas pistas dessa centralidade, como fulcro preponderante de explicação dos dilemas, alegrias, tormentos e êxitos identificados junto aos jovens, como norte da construção pessoal dessas biografias. Por fim, no capítulo conclusivo, retomaremos novamente os principais argumentos acerca dessa imbricação entre o “todo” e as “partes”, enfatizando os imbróglis para a teoria social de se pensar o “indivíduo” destituído de “contexto”.

1 – Sobre indivíduos e sociedades: os estudos de juventude e a guinada biográfica em sociologia

Cierro los ojos y veo una bandada de pájaros. La visión dura un segundo o acaso menos; no sé cuántos pájaros vi. ¿Era definido o indefinido, su número? El problema involucra el de la existencia de Dios. Si Dios existe, el número es definido, porque Dios sabe cuántos pájaros vi. Si Dios no existe, el número es indefinido, porque nadie pudo llevar la cuenta. En tal caso, vi menos de diez pájaros (digamos) y más de uno, pero no vi nueve, ocho, siete, seis, cinco, cuatro, tres o dos pájaros. Vi un número entre diez y uno, que no es nueve, ocho, siete, seis, cinco, etcétera. Ese número entero es inconcebible; *ergo*, Dios existe.

Jorge Luis Borges, *Argumentum ornithologicum*

Nos últimos anos e em diversos países, intensificaram-se as discussões e as pesquisas em torno das manifestações juvenis. Como que a andar em terreno pouco conhecido, por todo canto, as reflexões foram lentamente tateando esse campo temático e acabaram por compor um grande número de trabalhos. Estes foram acomodados em inúmeras disciplinas do conhecimento, segundo pressupostos teóricos e metodológicos os mais variados. Em consequência dessa ampliação, foram sendo criados grupos de pesquisa, periódicos especializados, congressos científicos, livros e mais livros publicados, enfim, emergiu uma comunidade de pesquisadores que tem buscado compreender diversos problemas, como a sociabilidade juvenil, as práticas culturais e políticas dos jovens, seus modos de vida e temporalidade próprios, sua inserção no mundo do trabalho e as modalidades de transição para a vida adulta, as vivências da sexualidade, etc.

Entrementes, tamanha variação dos domínios de investigação acabou contribuindo para, no mesmo movimento, aprofundarem-se as confusões. Algo em comum nessa confluência é a busca incessante pela “especificidade juvenil” *tout court*, cujo reflexo encontra-se na própria indefinição da categoria “juventude”. Em busca de legitimação teórica para essa temática, foi se percebendo, então, que a “juventude” também está cercada de inúmeras disputas e seguidos dissensos.

Fica evidente, assim, seu *caráter intrinsecamente plural*, incorporando-se naturalmente em sua definição inúmeras variáveis, como sexo, geração (entendida como as distintas experiências de vida e as respectivas memórias sociais incorporadas) e classe social, cujas sínteses produzirão os diferentes significados. Essa dificuldade em defini-la parece andar de par com as hesitações em considerar tal pluralidade evidente. Pensamos estar aí a origem de algumas associações, como “juventude” e “individualismo”, “juventude” e “individualização”, “juventude” e “experimentação”, “juventude” e “dinamismo”, “juventude” e “protagonismo”, que evidenciam as seguidas tentativas de conferir aos jovens atributos *que não lhes são específicos*, lançando-os (os atributos) num corpo de explicação teórica que se pretende abrangente, logo, sem divisar com maior acuidade o mundo social próprio aos *diferentes jovens*.

Ainda assim, existiria alguma especificidade juvenil à vista? A resposta a essa questão também não poderá se furtar a essas variações da categoria “juventude”, e, portanto, terá de penetrar invariavelmente nesse mundo social e lobrigar suas tramas mais obscuras imersas no desenrolar da história. A atividade de pesquisa que realizamos em solo francês suscitou intensamente tais questões porque, quando aproximadas paralelamente do caso brasileiro, percebia-se que as referidas associações perdiam significativamente a razão de ser. É nos motivos dessa perda que nos deteremos nesse capítulo.

1.1 – Realidade social e teoria

As antigas discussões sociológicas sobre o problema da ação individual ou coletiva têm retornado com muita intensidade nos “estudos de juventude”. Tal como ocorrera na efervescente década de 1960, outra vez se voltam os olhares e preocupações para este grupo de pessoas, imprecisamente definido, mas com forte apelo político, sem que se atente, em muitos casos, às questões preliminares de uma boa explicação sociológica: é o macro ou o micro-universo social que condiciona a ação social? O que está em jogo nas práticas sociais?

O que mobiliza os agentes? As marcas biográficas inscritas ao longo da vida são os elementos que singularizam os indivíduos ou os aproximam enquanto classe social? Ou seriam as duas coisas? Essas “disposições” adquiridas são perenes ou se modificam ao longo da vida? Há limites para o livre-arbítrio?

Certo, tantas perguntas exigem esforços insistentes para se obterem respostas razoáveis, logo não podem ser prontamente respondidas. No entanto, a complexidade das sociedades diferenciadas contemporâneas não deve ser convertida numa senha para que delas se possa esquivar. A análise fragmentada das realidades sociais e dos indivíduos que nelas se situam parece estar se constituindo num potente subterfúgio metodológico para escamotear as inúmeras sutilezas aí entrelaçadas. Como visto, o risco que emerge dessa fragmentação é o de se estudar certas categorias sociais, como “jovens”, “crianças”, “mulheres”, “negros”, “homossexuais”, etc. – sem que se considerem as diferenças internas a cada uma delas, bem como de suas correlações inerentes e intercambiáveis. Não que elas não componham domínios de pesquisa de longa data já consolidados, mas que *quando pensadas isoladamente* não se consegue extrair todo o potencial cognitivo de que são portadoras. Em muitos casos, então, esse procedimento frutifica-se, em particular no que concerne à vasta seqüência recente de pesquisas sobre “juventude”, nas quais se desvelam as lutas simbólicas de que falava Pierre Bourdieu (1989, 2003), quando cotejadas com as diversas vertentes de análise ou de compreensão sociológicas.

Contudo, em cada campo de discussão, são percebidas as especificidades das construções dos problemas de pesquisa, em consonância com a própria dinâmica da sociedade em que se situam, delineando-se, assim, o grau de abrangência e a explicação pertinentes a cada modelo. Aclaram-se, destarte, as sutilezas e as contingências do fazer científico, bem como suas repercussões, por vezes irrefletidas, em contextos diferentes do original. O confronto com esses inúmeros detalhes pode demonstrar as encruzilhadas das teorias sociais a cada momento, e, ao mesmo tempo, apontar suas virtudes e seus limites explicativos. No entanto, esse é, ao final, o risco inerente a qualquer movimento epistemológico. O que restam são os indícios desses

desenvolvimentos múltiplos, concretizados nos trabalhos e pesquisas de cada lugar e em várias disciplinas, cujos parâmetros também devem ser objeto de ponderações, sob pena de se anunciarem “conclusões” sem que estas estejam acompanhadas dos pressupostos que as sustentam.

Por isso, insistiremos nas muitas relações entre o *contexto de produção* do conhecimento e a própria *produção social do contexto* em que esta atividade se situa. No momento em que essas sutilezas forem sendo aclaradas, esperamos evidenciar algumas de suas implicações para o fazer sociológico, ao menos quando se tratar de objetos de pesquisa cuja peculiaridade é a de *também comporem ativamente* esses “contextos”. As especificidades de tais “ações”, bem como suas determinações e influências mais importantes, constituem o enredo dessa trama intrincada, o que interferirá nas tentativas de sistematizá-las.

1.2 – Excursão francês

As pesquisas mais sistemáticas e específicas sobre jovens já estão em sua terceira década na França⁸. Os ecos da “aura juvenil”, como marca precípua do Maio de 68, possibilitaram o surgimento, na década de 1980, das primeiras pesquisas e publicações nas quais o tema “juventude” obteve maior destaque. Desde então, muitas das questões que perpassam atualmente as produções no Brasil⁹, embora com outros teores e nuances, já faziam parte das discussões acadêmicas e políticas francesas.

Um balanço “dos últimos 10 anos” de Gérard Mauger (1994) já apresentava a grande diversidade das discussões em torno da possibilidade de

⁸ Muitos foram os estudos sociológicos empreendidos, com problemáticas semelhantes ou não, mas sem constituírem um domínio de pesquisa específico. Nestes textos, as manifestações juvenis aparecem como um fundo empírico para pensar outras questões, embora sem a pretensão, no início, de comporem um campo renovado de pesquisa, uma “sociologia da juventude”.

⁹ Para um apanhado de temas e abordagens dos anos recentes, cf. Abramo e Branco (2005), Novaes e Vannuchi (2004) e Sposito (2009).

uma “sociologia da juventude” na França. Na verdade, trata-se de um vasto programa da disciplina, constatando-se, naquele momento, que “o que quer que se pense disso, tudo leva a crer que a sociologia da juventude tem hoje algumas chances de se desenvolver na França” (p. 05). Os principais domínios de pesquisa escolhidos são as investigações teóricas sobre a “categoria juventude”, “a socialização” e as “idades da vida”, “as gerações” e as “relações entre gerações”, “as saídas do sistema escolar”, “as inserções na vida ativa” e o casamento, a “inserção social e profissional”, o “desemprego” e os “*petits boulots*” (bicos), “as novas tecnologias”, a cohabitação, os jovens imigrantes, o uso de drogas, dentre outros. Também são apontados os principais problemas teórico-metodológicos: a delimitação do objeto, a irresoluta definição da categoria “juventude”, a dificuldade na escolha das disciplinas de referência e dos domínios de investigação, a formação de um difuso “mercado de pesquisas sobre os jovens” com uma legitimação teórica frágil, embora com “forte audiência política”.

Como se vê, a nascente “sociologia da juventude” francesa englobava questões que vão ganhando contornos mais elaborados ao longo do tempo, e lentamente vão chegando às searas brasileiras anos depois¹⁰, embora não compreendessem uma “gênese” propriamente dita¹¹. A enormidade de questões, discutidas a partir de um segmento populacional específico e segundo os pontos de vista de diferentes disciplinas, engendrou determinados problemas na efetivação de um campo de pesquisa nascente:

sem tradição acadêmica, epistemologicamente contestável, a sociologia da juventude permanece, na França, uma especialidade controversa (por vezes recusada), na confluência de diferentes domínios fortemente constituídos da sociologia (família, educação, trabalho, cultura, desvio, etc.) e de diferentes disciplinas (as ‘classes de idade’ são estudadas

¹⁰ O início desse movimento está registrado em Sposito (2002).

¹¹ A sistematização dessas discussões tem início no Brasil com os estudos de Foracchi (1972, 1997, 1982) sobre a juventude universitária e o movimento estudantil. Tempos depois, o campo temático começa a ser ampliado para a esfera cultural, em que se sobressaíram os trabalhos de Abramo (1994) e Caiafa (1985). Sobre esse desenvolvimento dos estudos iniciais sobre juventude, cf. Sposito (2000).

pelos etnólogos, as ‘gerações’ pelos historiadores, o ‘ciclo de vida’ pelos demógrafos e a ‘crise da adolescência’ pelos psicanalistas e pelos psicólogos) e, à diferença de outros países europeus, muito pouco institucionalizada: não existe na França nem laboratórios de pesquisa, nem revistas científicas, nem professores especializados. Se é dessa forma, é também porque a juventude é objeto apenas de um interesse político intermitente, se bem que ela seja tema de predileção para as profecias políticas (p. 279).

Embora os espaços institucionais tenham se alterado significativamente nos últimos anos¹², as pesquisas mais recentes permanecem nas esferas temáticas apontadas por Mauger, com especial ênfase para o mundo do trabalho e a escola. Temas cujas discussões são amplas, frutos de questões que permeiam a sociedade francesa como um todo e os meandros das teorias sociológicas a ela atreladas. E estas vinculações entre o debate político acerca das novidades históricas que afligem mais diretamente os jovens e sua tematização, principalmente, pela sociologia têm suscitado novos embaraços no nível do conhecimento, ou seja, os mal-entendidos derivados do “paralelo entre discurso político e tratamento científico da juventude”, como demonstrado na avaliação atenta de Cicchelli e Pugeault-Cicchelli (2006, p. 112).

Recentemente, Robert Castel (2009) resumiu bem essa espécie de prestação de contas da história: o “aumento das incertezas” constitui propriamente a síntese dos tempos para os franceses, o que impele a *articulação* entre o mundo do trabalho, a proteção social e o papel do Estado e

¹² No meio governamental foi criado, no início de 2009, o cargo de *Haut-commissaire à la jeunesse* (após a dissolução do antigo *Ministère de la Jeunesse, des Sports et de la Vie associative*), responsável pelas políticas públicas de juventude e pelo desenvolvimento da vida associativa. Há também uma “rede de serviços desconcentrados”, as *Directions Régionales et Départementales de la Jeunesse et des Sports*, e ainda o *Institut National de la Jeunesse et de l'Éducation Populaire* (INJEP), responsável pela publicação da *Revue Agora Débat/Jeunesses*. Para “a interface do governo junto à sociedade”, fora instituído, em 2001, o *Conseil National de la Jeunesse* (CNJ), composto por representantes de diferentes institutos e organizações de juventude, assim como de membros do governo. No mundo acadêmico, esses temas foram incorporados em inúmeros laboratórios de pesquisa espalhados pelo país, não engendrando (com poucas exceções), todavia, grupos mais circunscritos de pesquisadores sobre “juventude”. No Brasil, em contrapartida, em 2005, foram instituídos a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e o Conselho Nacional de Juventude (CNJ), além da criação do primeiro ProJovem (Programa Nacional de Inclusão de Jovens). Da mesma forma, apesar de tais novidades temáticas também estarem fortemente presentes em grupos de pesquisa, congressos e revistas acadêmicas em geral, observa-se apenas uma incipiente ancoragem institucional.

o estatuto do indivíduo. O capítulo ali dedicado à juventude, embora publicado originalmente em 2001, compreende um importante resumo dos desdobramentos gerais dessas mudanças para os jovens, principalmente, frente às novidades do mercado de trabalho. O texto busca responder exatamente se existe uma particularidade juvenil nesse momento de precarização generalizada, no qual se intensifica o fechamento de postos de trabalho, se flexibilizam as leis trabalhistas e se findam as noções de estabilidade e linearidade¹³. Para Castel, as alterações nas relações de trabalho afetam o conjunto dos trabalhadores, restando, todavia, para os jovens e as jovens, o peso geracional da entrada no mercado de trabalho num momento da história em que se modificam suas bases de estruturação:

é de fato a mudança do regime de trabalho impulsionado pelas políticas empresariais em busca de uma flexibilidade crescente que impõe esta nova dinâmica. A variável da idade esconde assim uma determinação mais profunda que remete às transformações estruturais do mercado de trabalho: como eles são os que seguidamente chegam a este mercado, os jovens sentem mais impiedosamente as novas políticas de gestão da mão-de-obra das empresas (p. 143-144).

Perspectiva semelhante pode ser encontrada também em Beaud e Piauloux (2003):

¹³ Como demonstram-no as considerações de Frederic (25 anos, filho de uma enfermeira e de um diretor da estatal EDF – *Électricité de France* –, trajeto escolar irregular, mas impressionante formação política e cultural; apesar dos “suportes” familiares, teve inúmeras experiências no mundo do trabalho precarizado; no momento da entrevista, acabara de concluir um contrato de curta duração como atendente de uma *boulangerie*): “É agradável também descobrir o mundo do trabalho, é uma outra visão das coisas que eu jamais havia tido (...). Eu já havia trabalhado várias vezes, quando comecei, trabalhei em usinas, em serviços um pouco sub-qualificados. Durante o verão, eu fazia pequenos serviços, trabalhei na limpeza de um abrigo de idosos, trabalhos temporários, atribuições em tempo parcial. Eu tive realmente uns serviços de merda! Num dado momento, eu pensei comigo que era ruim trabalhar dessa forma, sem muito me servir do meu super-curso escolar, qual seja, dois anos em contabilidade! Eu fiz uma pequena formação de dois meses e depois eu comecei a trabalhar em atribuições temporárias em pequenas prefeituras de vilarejos na Corrèze [um departamento francês]. Mas não é um meio muito simpático, a função pública, porque é um meio politizado, quando você exerce de maneira profissional, não reconhecem seu trabalho, são sempre as amizades, os contatos, é um meio onde você não ganha dinheiro, e, mesmo assim, você tem responsabilidades, eu trabalhei em orçamentos de vários milhões de euros, ora...”.

mesmo se esta análise valha para todas as categorias de assalariados, não se deve esquecer que são os jovens, forte especificidade francesa, os mais atingidos por este processo de precarização estrutural. Eles o pagam a um preço consideravelmente elevado, tanto no nível material – extrema dificuldade de ‘fazer sua vida’ para os de menor escolaridade dentre eles – quanto no nível simbólico – impressão, na medida em que se findam as atribuições temporárias, de ser ‘carne de canhão’ para os patrões, sem contar o sentimento de ser ‘rebaixado’, tido em toda ocasião por um ‘boboca’, um ‘sub-escolarizado’, privado de direitos e de palavra” (p. 399).

Queremos enfatizar aqui o caráter eminentemente social e econômico desta questão, pois se, por um lado, as maiores dificuldades de incorporação no mundo produtivo recaem sobre os jovens; por outro, sua inserção mesma se circunscreve a outros dilemas mais gerais da sociedade, como os titubeios endêmicos das democracias representativas, exemplificados pela complementariedade entre a manipulação midiática dos fatos políticos e a ameaça subjacente da força policial (o que nos parece ser mais bem notado nos países periféricos). Contudo, para os que conseguem a inserção no mercado de trabalho e nele se mantêm, são nítidas as mudanças para as percepções sociais e para a auto-imagem¹⁴.

À maneira de Bernard Lahire (2001, 2002, 2004), Castel não nega as infinitas diferenças entre os indivíduos, mas também não se torna refém delas, o que lhe permite vislumbrar uma difícil visão de conjunto, a partir do critério, empiricamente insuficiente mas heurísticamente decisivo, da *diferenciação material*, definido por ele nos termos de “*individus par excès*” e de “*individus par défaut*”. Por esse meio, expõe o problema em torno do insulamento dos indivíduos na análise social, sem anular dimensões outras que compõem as

¹⁴ Era esse o caso de Roland (28 anos, *boulangier*, mãe diarista, pai desempregado, aversão aos estudos, trabalha desde os 16 anos de idade), que possuía uma representação bastante positiva do futuro, emersa, em boa medida, de sua segurança no emprego: “Para mim, a juventude é talvez... eu me exprimiria assim: quando se está em forma, quando se tem várias coisas ainda a fazer e a realizar, quando se tem um futuro enorme. A juventude demonstra que não há nada que a interrompa, sempre há algo a se fazer... Ser jovem é ter o futuro diante de si, de poder sempre aproveitar qualquer coisa, sempre fazer alguma coisa. É por isso que eu tenho ainda muitas coisas a fazer, é por isso que eu não sou ainda velho, eu tenho muitas viagens a fazer, eu tenho minha *boulangerie* para construir (...)”.

relações *entre* eles, como os processos de descoletivização dos direitos sociais e as disputas pelo controle do Estado. Breve, “desenha-se assim um processo de constituição de uma *pobreza estrutural* ou de uma *relegação estrutural* que afetaria de maneira permanente toda uma categoria de jovens” (Castel, op. cit., p. 142, grifos do autor).

É o pano de fundo que ofusca e por vezes neutraliza as tentativas individualmente empenhadas para escapar dessas situações dilemáticas¹⁵. Os sofrimentos e agonias particulares daqui resultantes, muitas vezes percebidos como meras eventualidades, restam intransparentes quando vistos da perspectiva dos processos mais amplos de reprodução social e econômica, objetos de intensas disputas *entre classes sociais distintas*, ainda que *apresentados* como interesses e ações individuais¹⁶. As demais searas de discussões sobre os jovens também reverberam esse contexto de disputas, quando se observa, por exemplo, o apelo público face aos problemas concernentes “às novas gerações” e a conseqüente busca pelos dividendos eleitorais, através de alguns experimentos mais recentes¹⁷. A *dinâmica das*

¹⁵ Como também procuramos demonstrar anteriormente, cf. Neves (2005, 2006).

¹⁶ O jovem Frederic percebeu bem esse movimento, a partir de sua percepção do contexto político francês: “É verdade que eu adoro este país, mas eu não sei se vamos exatamente no bom sentido, eu tenho a impressão que há muito recuo nestes últimos anos, porque faz pouco mais de dez anos que estamos à direita, e justamente por isso todo o sistema de auxílios está se deteriorando. Nesse momento há muitas coisas que estão mudando com Sarkozy. Na França é sempre um pouco como isso: você tem um governo de esquerda que vai fazer duas ou três medidas de esquerda para favorecer um pouquinho os mais pobres, depois você tem um governo de direita que vai conduzir uma ou duas medidas para favorecer um pouco as pessoas mais abastadas. E aqui Sarkozy, desde que ele está no poder, tudo o que ele fez, mas verdadeiramente todas as suas medidas, elas vão todas no sentido de, não sei, cinco, dez por cento das pessoas que são muito, muito ricas na França. Eu não tenho a impressão de que seja algo que vai no bom sentido, você vê? Por exemplo, desde que ele está no poder o SMIC [*Salaire Minimum Interprofessionnel de Croissance*, o salário mínimo] não aumentou, enquanto a inflação aumenta, e o SMIC, ele não sai do lugar, na verdade, ele segue o curso da inflação, mais ou menos; ao passo que, por exemplo, ele suprimiu o imposto sobre a fortuna... Politicamente eu tenho medo... Eu tenho medo porque Sarkozy é realmente, para mim, o pior presidente que tivemos depois de anos, e eu não vejo o que podemos ter de diferente (...)”.

¹⁷ São interessantes os embates políticos em torno da categoria “juventude”, pois, também na França, têm sido abundantes as discrepâncias entre o apelo eleitoral frente a tal “público” e as propostas de políticas públicas que não têm conseguido sequer amenizar seus problemas. Face às profundas mudanças no mundo do trabalho e às altas persistentes das taxas de desemprego entre os jovens e as jovens, restam apenas os lançamentos sucessivos de “*plans d’urgence en faveur des jeunes*”, tal como foram as iniciativas do governo francês de subsidiar empresas que contratassem jovens para o primeiro emprego ou como aprendizes (abril de 2009) e a proposta de extensão do RSA (*Revenu de Solidarité Active*), 455 euros mensais, para os jovens menores de 25 anos que tenham trabalhado ao menos dois dos últimos três

culturas juvenis, traduzida por múltiplas idéias como as de “transição para a vida adulta”, “amadurecimento”, “viver o presente”¹⁸, “experimentação” e “trajetórias não lineares”, parece sintetizar, portanto, esse encontro dos tempos, com inevitáveis decorrências para as pesquisas.

O trabalho premiado de Cécile Van de Velde (2008) condensou bem esses problemas, ainda que no registro dos novos processos de “individação”, que passam a suscitar outras representações subjetivas do “tornar-se adulto” (*devenir adulte*)¹⁹. O propósito de comparar quatro países europeus (Dinamarca, Reino Unido, França e Espanha), no que concerne à transição para a vida adulta, permitiu à autora adentrar nos meandros dessas questões.

Ao buscar “deslindar, sob a aparente multiplicidade dos itinerários, as lógicas sociais fundamentais que sustentam a entrada na vida adulta na Europa ocidental” (p. 01), ela pôde articular os problemas econômicos, o papel do Estado e as representações subjetivas, com vistas a desconstruir a idéia da linearidade dos percursos de vida. Apesar da forte contextualização encetada a cada passo de sua análise, o andamento do texto circunscreve-se ambigualmente ao caráter subjetivo e de experimentação contínua do processo de transição para a vida adulta. Vê-se ali, então, uma alteração metodológica marcante: “do adulto como estatuto ao adulto como perspectiva” (p. 06).

Irradia-se, assim, uma associação entre “juventude” e o corte individualista, controversamente assente entre os sociólogos²⁰: “a ‘juventude’ é

anos (setembro de 2009), eventos amplamente noticiados e debatidos. O reflexo das renitências juvenis frente ao quadro político-institucional instável e pouco confiável são percebidos nas formas mais recentes de participação política da juventude européia em geral, como a desconfiança e recusa dos partidos políticos e a prática abstencionista. A esse respeito, cf. Muxel (1996, 2001) e Cacouault e Muxel (2001). Para a mesma discussão em relação ao Brasil, cf. Schmidt (2001).

¹⁸ Sobre as temporalidades juvenis, cf. Leccardi (2009, 2005).

¹⁹ Cabe reiterar que não se trata de negar o processo de individualização contemporâneo, que, para bem ou mal, se amplia para todas as esferas da vida social, mas de entrever rumos conceituais diversificados que tal constatação empírica tem engendrado para as Ciências Sociais de maneira geral.

²⁰ Essa associação não nos parece aleatória ou casual, pois são muitas as pesquisas e enquetes realizadas junto aos jovens como que para justificar e fortalecer o procedimento analítico que busca explicar as singularidades individuais a partir dos *indivíduos individualizados*. Ao que nos parece, são os casos de De Singly (2000, 2004a, 2004b, 2006) e Martuccelli (2000, 1998).

aqui considerada como um processo singular de individuação estruturando-se em referência a normas e configurações sociais definidas” (p. 10). Dessa forma, às definições pré-estabelecidas e lineares das biografias, a autora contrapõe o viés weberiano do *sentido* atribuído pelos próprios jovens às suas trajetórias, propugnando um modelo de abordagem do problema da transição para a vida adulta que parte de pressupostos com múltiplos desenvolvimentos no decurso da sociologia²¹:

a juventude e sua definição mesma se metamorfoseiam; emerge uma representação muito exploratória do “tornar-se adulto” [*devenir adulte*], independente do avanço numa trajetória exclusivamente estatutária. É, então, antes de tudo em referência a uma série de provações pessoais [*épreuves personnelles*] num caminho de autonomização que um indivíduo é hoje conduzido a dizer-se ou não adulto. Dado que este processo de individuação repousa não apenas no acesso aos papéis sociais, a idade adulta torna-se uma linha do horizonte, movente e subjetiva, associada à idéia de responsabilidade e maturidade (p. 07).

A noção de “*épreuves personnelles*” busca conferir alguma consequência lógica à difícil junção entre os aspectos “singular” e “plural” da vida social, pela via das rupturas e experiências cotidianas dos indivíduos, signos da enormidade de rotas biográficas abertas pela “modernidade”, embora não haja, por outro lado, maiores ponderações quanto aos *fundamentos hierárquicos* subentendidos nessas diferentes “provações pessoais”, extraindo-se-lhes indiretamente seu *significado* portanto. A própria ocorrência de distintos “caminhos de autonomização” assinala, assim, os limites do afastamento dos efeitos da estratificação social (o ordenamento e a fruição das classes sociais) para a compreensão dos diferentes “sentidos” atribuídos pelos indivíduos

²¹ Nos passos de Weber, Simmel e Mead, foram os estadunidenses, nos diversos segmentos da escola interacionista, os que teorizaram de maneira mais substantiva o problema do “sujeito” na teoria social, tais como Blumer (1969), Goffman (2007, 1988) e Strauss (1999). Sobre a escola interacionista, cf. Nunes (2005).

jovens, ou seja, a explicação de suas condutas e representações subjetivas²², mesmo que, é preciso reconhecer, a autora se atenha detalhadamente aos quadros contextuais dos quatro países analisados (de onde emergirá suas melhores conclusões).

É possível que tais indagações tenham menor ressonância em elaborações como esta porque as disparidades sócio-econômicas entre os indivíduos europeus, de maneira bem geral, sejam menos escandalosas que as nossas, daí a força da nova guinada subjetivista. Mas, uma vez que as distâncias sociais e econômicas entre os indivíduos europeus *tendam a se alargar*, como discutiremos mais à frente, é de se esperar que os estudiosos se debrucem com mais vigor sobre elas doravante.

Tal é, a nosso ver, o pano de fundo que interpela diretamente a crítica à “gramática” sociológica do “personagem social”, segundo a qual os indivíduos têm sido amplamente pensados como um reflexo automático de sua posição na estrutura de classes. Tais abordagens, nesse sentido, seriam mais “posicionais” que “relacionais”, embora tal juízo ignore o fato crucial de que a *“posição social” já exprima em si um dado conjunto de “relações sociais”*. Conforme Danilo Martuccelli (2002),

se, no sentido mais amplo, toda conduta humana é social, na realidade, ela não é apreendida como tal pela sociologia senão em função de um quadro de conhecimento, verdadeiro horizonte de interpretação no qual se realiza, com freqüência implicitamente, uma classificação. Este quadro tomou formas diversas, mas todas tendem a interpretar as condutas a partir de um complexo relacional mais ou menos organizado de posições. Nesse sentido, toda sociologia funda-se primeiramente sobre um modo de inteligência que é, a bem remarcar, mais posicional que relacional. E, ademais, a correspondência entre as posições e os indivíduos na modernidade não foi analiticamente operacional no coração da sociedade industrial. Os atores não falaram jamais a linguagem dos analistas, mas os analistas interpretavam a vida social com a ajuda de conceitos e de espaços posicionais que não

²² Dificuldades que naturalmente também aparecem nos estudos brasileiros sobre a transição para a vida adulta, como demonstram as pesquisas de Pimenta (2001, 2006) e Camarano (2004, 2006).

estavam jamais em ruptura radical com a experiência dos atores (p. 16).

Ora, sabe-se que as possibilidades de desenvolvimento da humanidade não estão cerradas dentro de uma teoria sociológica. Não obstante tal amplitude de horizontes possíveis, a perspectiva “individualista” parece cerrar barreiras contra as relações conflituosas, os choques de interesses, enfim, a tudo que chamamos genericamente de *política*, perdendo-se de vista, portanto, justamente as *conexões de sentido* que apregoa²³. Negligencia-se, por conseguinte, o vasto e tortuoso mundo que há *entre* os indivíduos diferentemente “posicionados”. Além disso, o artifício da “distância entre linguagens analíticas e as práticas sociais” (p. 21) opera outro equívoco de isolar teoria e método do campo sociológico propriamente dito²⁴, como que para reforçar a recusa da “robotização” dos indivíduos realizada por uma indistinta “sociologia das posições sociais”²⁵, ainda que o velho dualismo entre “ciência” e “política”, implícito nestas considerações, já tenha sido profundamente desmistificado por, dentre muitos outros, Marx, Weber, Nietzsche, Foucault e toda a Escola de Frankfurt. Por isso, a mera ênfase nas opiniões, vontades e desejos impossibilita a própria inteligibilidade desses artefatos riquíssimos em *experiências comunicáveis*²⁶.

Essa espécie de reclusão nas variações dos “sentidos subjetivamente orientados” parece impor uma miopia frente aos aspectos mais globais que as

²³ Alain Ehrenberg (1995, 1998) já havia chamado a atenção para esse risco bem antes de nós. Outras perspectivas contrárias podem ser encontradas nos textos reunidos em Linhart (2008).

²⁴ Uma excelente discussão sobre essa questão, no período da nascente sociologia francesa, está em Leppenies (1996). Para o contexto alemão, cf. Ringer (2000), e, sobre o processo de profissionalização e institucionalização das Ciências Sociais no Brasil, cf. Arruda (2001, 2010).

²⁵ Na verdade, trata-se de uma tentativa de crítica às correntes críticas remanescentes: aos marxistas e estruturalistas em geral, mas fundamentalmente à centralidade que a obra de Pierre Bourdieu tem exercido no sistema acadêmico francês. Apesar de termos dividido essas disputas nas entrelinhas dos textos, não pudemos nos deter nos emaranhados de suas vinculações institucionais, única possibilidade de explicá-las em sua inteireza.

²⁶ No sentido de Walter Benjamin (1994), ou seja, o conjunto de elementos vividos e compartilhados que buscam contrapor – a partir de acontecimentos significativos acionados pela memória e segundo suas singularidades conexas – os padrões unificados e efêmeros da cultura tecnizada e uniforme, ecos dos processos totalitários europeus que emergiram no período do entre-guerras.

unem, as separam ou as embaralham: a lógica das disputas em torno da riqueza socialmente produzida; o acesso, a permanência e a saída do sistema formal de ensino; o desânimo frente às humilhações cotidianas e à letra fria da lei; os percalços de um mercado de trabalho em precarização ascendente, enfim, a dura competição travada por um lugar digno sob o sol²⁷. Assim, ao contestarem a rigidez cognitiva e a coação totalitária supostamente implícitas nas interpretações das correntes “societárias” do dualismo indivíduo-sociedade (de falseabilidade patente), operam, no âmbito do conhecimento, uma brusca inversão dos pratos da “balança nós-eu”, visto que distantes de uma visão de conjunto. Dessa maneira, ao insistirem nesse desnível artificial, não atentam para o mecanismo como um todo, o qual, pelos motivos já acionados e em última instância, poderia demonstrar a equivalência entre as duas dimensões, ainda que em equilíbrio imperfeito e desde que apreendido a partir dos processos de longa duração²⁸. Permitam-nos outras citações, na seqüência da anterior:

a significação e a trajetória das ações são, então, inferidas da posição e da função que um indivíduo ocupa no seio de um domínio social constituído. As atitudes e as condutas dos diferentes atores são, para falar apropriadamente, interdependentes, isto é, que elas têm tendência a se reproduzir e se conformar mutuamente, uns interpelando os outros, estes traçando os limites daqueles. Não há portanto indivíduo ‘isolado’, tão-somente feixes de determinações existindo independentemente dos indivíduos. A tentação é

²⁷ Sutilezas bem evidenciadas pelos autores de *La misère du monde* (1993), e mais recentemente expostas em Amrani e Beaud (2005), cuja dedicatória do *jeune de cité*, co-autor do livro, impressiona a esse respeito: “Eu gostaria de dedicar este livro a todos aqueles que não tiveram a chance, como eu, de poder exteriorizar seu sofrimento, seu mal-estar, seus rancores e seus arrependimentos. A todos aqueles que, por falta de escuta, de apoio, ou de chance simplesmente, tiveram uma juventude privada de tudo, ou então uma juventude mutilada (...)”.

²⁸ O conceito de “balança nós-eu” é de Norbert Elias (1994), que, num registro todo diferente, busca apresentar a interdependência imanente entre os conceitos de “indivíduo” e “sociedade”, cujas relações se manifestam de acordo com as configurações de cada passo da história. É neste texto que se identificam os imbróglis da separação analítica entre dimensões conexas, ou, como no provérbio inglês acionado por Elias, a floresta que não pode ser compreendida por causa de suas inúmeras árvores (p. 19-20). Sem embargo, embora possa parecer que o pólo da “estrutura” tenha sido mormente enfatizado ao longo deste trabalho, o que se busca é a demonstração dos riscos e das incoerências de simplesmente desconsiderá-lo ou de reduzi-lo, como já dito, a “casualidades” ou a “circunstâncias” (anulando-se, assim, *boa parte de seu significado*), e não negligenciar o problema das “subjetividades”.

grande, a princípio, de estudar os atores somente a partir destas redes de constrições e de interdependência, de se livrar de sua interioridade e de se interessar exclusivamente pelas configurações, pelos sistemas, pelas posições sociais que explicariam o desenrolar diferencial das ações (p. 16-17).

E continua, mais adiante,

(...) a situação atual obriga a recolocar em questão esta *démarche*. Na realidade, a crise da idéia de personagem social, no sentido forte do termo, da homologia mais ou menos estrita entre uma trajetória social, um processo coletivo e uma vivência pessoal, abala este modo de raciocínio. Bem entendido, certos sociólogos se esforçam sempre para instituir análises do percurso de vida pessoal, em outros termos que intimistas, ou melhor, para reapreender as contradições presentes nos testemunhos em termos de um diferencial de posicionamento social. Esta forma de análise é tão consubstancial à sociologia que seu abandono engendra, mesmo para alguns, a adoção de outros olhares intelectuais. Entretanto, o que deve ser modificado é a questão mesma do social, que não pode mais ser apreendido, exclusivamente, ou majoritariamente, a partir de uma estratégia que concede primazia às posições sociais, com efeito a um sistema de relações sociais, na verdade a uma certa concepção de ordem social, um papel interpretativo único (p. 20).

Essa busca pelos motivos mais íntimos, pelos lugares mais recônditos do “eu”, com o intuito de explicar “o desenrolar diferencial das ações”, pode resultar no mesmo equívoco que condenam, embora de sinal trocado. Desse modo, o “rígido sistema de posições” é substituído por um modelo de intenções ou motivações íntimas (semi)desconectado de seu exterior.

Certamente, a definição estatutária da juventude, pautada na existência de etapas pré-definidas de autonomia pessoal e independência material, não corresponde às representações e vivências dos jovens eles-mesmos. Mas aí o que se impõe novamente são os diferentes *contextos hierárquicos*. São as suas especificidades que desvelam todas essas elaborações e objetivações a respeito do mundo social, cuja diversidade é atestada pelos diferentes

itinerários nos quais o conhecimento sociológico foi sendo gradativamente constituído.

1.3 – Contrapontos

Também no Brasil e na América Latina, essas concepções nunca renderam bons frutos²⁹, devido, sobretudo, às particularidades históricas e sociais de cada caso. Trata-se por aqui, não nos cansaremos de repetir, de sociedades bem mais hierarquizadas, com profundas diferenças econômicas entre seus indivíduos, onde, ademais, a amplitude da violência vivenciada no cotidiano é escamoteada com ainda mais violência³⁰.

A partir desse contraste, como ficariam os indivíduos nestas sociedades cujo cerne consiste exatamente na perpetuação das distinções econômicas extremas entre eles? Como apreender uma realidade complexa a partir da descrição exclusiva dos sentimentos e opiniões frente às violações cotidianas dos direitos individuais, das privações de toda ordem e dos desejos estimulados, porém, não satisfeitos? Escutar e registrar esses eventos é de fato um passo importante para contemplar as diferentes perspectivas presentes. Mas o quadro estaria incompleto se não se fizesse a junção entre estas perspectivas e as inúmeras e diferentes realidades econômico-sociais, isto é, buscar *as junções entre realidades particulares semi-dispersas* com o propósito de tornar inteligíveis as dores e as alegrias. Também Robert Castel insiste nesse ponto:

²⁹ A esse respeito, a contribuição fundamental é ainda Margulis e Urresti (1998). Ao buscarem “materializar” e “historicizar” a categoria juventude, os argentinos estabeleceram um bom contraste a certas idéias e temas de origem européia como a “moratória social”, o sistema escolar e os meandros da “meritocracia” e as diferentes modalidades de inserção e permanência no mundo do trabalho. Cf. também Caccia-Bava, Pàmpols e Cangas (2004).

³⁰ Sobre as características do sistema de justiça criminal e as diversas modalidades da violência no Brasil, cf. Caldeira (2000), Kant de Lima (1989, 1997), Peralva (2003), Souza (2006) e Zaluar (1985 e 1994).

de um ponto de vista sociológico, há indivíduos e indivíduos porque os indivíduos são diferentemente dotados de condições de base necessárias para se comportar na sociedade como atores capazes de assegurar sua independência por seus próprios meios. Dito de outra maneira, os indivíduos são desigualmente providos para serem indivíduos, e se pode ser mais, ou menos, um indivíduo em função destes suportes, ou da ausência de suportes, necessários para o porvir (p. 404).

Enfatizam-se aqui as dimensões objetivas da vida social, os “suportes sociais”³¹, que determinam *sobremaneira* os graus de distinção entre os indivíduos. Quando se refere aos jovens, Castel não os considera um aglomerado especial de pessoas em que o processo de individualização verificado contemporaneamente seria mais profundo e facilmente ancorado. Pelo contrário, ao associar “juventude” e precariedade crescente no mundo do trabalho³², a ênfase no “fenômeno juvenil” e sua particular “individuação” é substituída pelas *vicissitudes de um momento da vida em que se busca adentrar na esfera produtiva, mas, contrariamente, intensifica-se o fechamento das portas do emprego ou agravam-se as possibilidades de permanência em seu interior*³³, empurrando o excedente humano para as bordas opacas do mundo ilegal. Nas palavras do autor, “se os jovens são mais ‘individualistas’, é também porque eles são com freqüência os mais profundamente afetados pelos processos objetivos de desregulação e de descoletivização em marcha na organização do trabalho em geral” (p. 146). Castel ressalta, portanto, o lento crescimento das disparidades entre os indivíduos franceses. E o acesso aos

³¹ Os quais Frederic, por exemplo, assumiu tranqüilamente na entrevista: “Meus pais, eles são bem compreensíveis, bem abertos, eles me incentivam nada mal a ir adiante, quando tenho um projeto, eles me financiam, eles estão por trás, eles fornecem a ajuda logística, financeira; se há necessidade, é bem verdade que tenho muitas oportunidades com meus pais (...)”.

³² A preocupação maior de alguns sociólogos, no entanto, é com o procedimento metodológico que subsumiria as “partes” no “todo”, em muitos momentos uma crítica imperfeita à obra de Pierre Bourdieu, ou ao marxismo, e nem tanto sobre a ideologia liberal-individualista, como é o pano de fundo de Robert Castel. Não obstante, o que vislumbramos aqui é, ao contrário, apontar *algumas aproximações* entre esses dois grandes conjuntos, suas bases comuns, com vistas a ressaltar a relação de amor e ódio não resolvida entre a “realidade” e o “pensamento”, a “teoria” e a “ação”, as “ideologias” e a “objetividade científica”.

³³ Também no Brasil esse tem sido o eixo de reflexão mais profícuo acerca das populações jovens. Para as especificidades dos jovens no mundo do trabalho, cf. Corrochano (2001), Guimarães (2005), Jardim (2004, 2009), Martins (2004, 2001, 2000, 1997), Pochmann (2000), Silva (2002) e Telles (2006). Um dos poucos exemplos em que a categoria “juventude” é centralmente pensada a partir da inserção juvenil no mundo do trabalho é Viana (2004).

diferentes níveis de formação escolar aparece como fator fundamental que articula esse contexto de mudanças estruturais à reprodução das desigualdades inter-individuais.

É o tema já clássico de Pierre Bourdieu (1979 e 1964 e 1970, com Jean-Claude Passeron), aprofundado posteriormente por Bernard Lahire (2001, 2002, 2004). Aliás, como se depreende até aqui, as críticas de Lahire à rigidez bourdieana rendeu frutos diversos no que concerne à ação dos indivíduos e sua capacidade de alterar as profundas rotas biográficas particulares, o *habitus*, inscritas e determinadas, sobretudo, durante a infância. É o contexto da crítica ao sistema escolar francês, sobre o qual muito se escreveu e cujas incertezas e incoerências continuam como que sintetizando todos os conflitos sociais do presente³⁴.

As pesquisas mais importantes sobre a dinâmica da vida escolar juvenil ainda são as de François Dubet (1987, 1991, 1995). Mais recentemente, Olivier Galland, em seu último livro, parece rever algumas das concepções que marcaram alguns de seus trabalhos (GALLAND, 2001, 2007), e também as pesquisas de Dubet. Trata-se de um pequeno balanço das discussões em torno da “juventude francesa”, pautado em dados e observações que atestam a marca das transformações já elencadas: o caráter de pessimismo e desconfiança em torno das expectativas de futuro, que se incrusta gradativamente em meio aos jovens³⁵. Em *Les jeunes Français ont-ils raison d'avoir peur?* (2009), o autor busca do início ao fim os “elementos de resposta” a essa questão. No primeiro parágrafo, já anuncia a síntese dos novos tempos franceses:

ter a vida diante de si é o privilégio da juventude. Esta perspectiva deveria conduzir muitos jovens a vislumbrar o

³⁴ O filme *Entre les Murs* (2008), de Laurent Cantet, resumiu bem tais conflitos, cuja lógica foi interpretada por François Dubet (2002) como um “declínio das instituições”. Muitas contradições também são mostradas em Beaud (2002).

³⁵ Dilema assim sintetizado por Frederic: “É qualquer coisa de precário, que não é forçosamente fácil de gerenciar... você trabalha, você jamais sabe quanto tempo isso vai durar, você sabe apenas que isso vai acabar bem cedo, você não sabe se você conseguirá encontrar algo depois”.

porvir com otimismo, pensando nas oportunidades e nas chances de sucesso ou de progressão que ele promete. Com certeza, todos os jovens não possuem as mesmas chances, mas, fora aqueles, pouco numerosos nos países desenvolvidos, que são vítimas de pesadas restrições sociais ou pessoais, a maior parte dos demais, qualquer que seja seu ponto de partida, deveriam esperar melhorá-lo. Este estado de espírito está presente nos jovens de numerosos países desenvolvidos, nos países do norte da Europa e nos Estados Unidos por exemplo, mas não é assim na França. A juventude francesa se caracteriza por um profundo pessimismo sobre seu futuro pessoal e o da sociedade em geral (p. 09).

O autor parte desses desânimos “na concepção francesa de formação dos jovens” para retomar um campo de discussão crucial para esta sociedade. A nosso ver, a importância das considerações decorre exatamente dessa retomada dos meandros da aparente justeza do modelo meritocrático francês, enfatizando-se para isso, tal como se busca aqui argumentar, os riscos prementes das insistentes disparidades entre os indivíduos jovens. É a pertinência entre a “*illusion égalitaire*” e a “*illusion méritocratique*” que explica a mentalidade individualista, não o inverso³⁶. Como afirma o autor, “esta concepção sobrevaloriza a classificação e conduz a eliminar mais que a promover. Ela se pretende igualitária, mas esta igualdade de pura forma é um disparate, cujo efeito mais nítido é o de perpetuar as desigualdades que ela aspira combater” (p. 12).

Em seu retorno ao tema, entretanto, vislumbra uma saída limitada, posto que, como um bom francês, se prende ao tema durkheimiano da integração social:

o pessimismo da juventude francesa tem prolongamentos nos domínios cultural e político e remete mais amplamente a um enfraquecimento inquietante da integração social, no sentido em que a entendem os sociólogos, isto é, o sentimento de compartilhar os valores comuns que fundam e legitimam o pertencimento coletivo (p. 03).

³⁶ Uma análise da concorrência desenfreada daqui decorrente, e que modifica os parâmetros de identificação, de sociabilidade e de atuação política, no caso, para um segmento de jovens trabalhadores de uma fábrica automobilística, está em Beaud e Pialoux (2004).

A partir dessa premissa, o autor se propõe a analisar as manifestações recentes de desconfiança e perda da adesão social por parte dos jovens em geral³⁷. Uma extensa lista de temas correlatos a esse desligamento negativo das unidades é trazida pelo autor, prevalecendo, entre os jovens e as jovens, uma paisagem social ambígua e multifacetada: desconfiança e fraco sentimento de pertencimento coletivo, menor satisfação com suas vidas, crescente radicalidade combinada com formas de resignação pessoal, sentimento de impotência, distanciamento do mundo político, perda da noção de “interesse geral”, cultura do consumo, ódio da polícia, utilização de substâncias psicoativas, dentre outros.

A origem de todos os males da juventude francesa está situada nas inconsistências e insuficiências do sistema educacional do país, cujos sinais podem ser verificados, segundo Galland, pela perduração de jovens não-diplomados e as taxas de fracasso escolar (p. 114), pelas sutilezas da “ideologia meritocrática” (p. 108) e pela posição medíocre da França nas avaliações internacionais de competências (p. 100). Os meandros dessa meritocracia francesa são seu alvo principal: “(...) a concepção francesa de escola desempenha um papel nefasto. Esta concepção mistura elitismo e igualitarismo de fachada, cujo coquetel conduz a uma negação esquizofrênica da realidade” (p. 123). E o motor da investigação é o risco de implosão de um modelo no qual a harmonia social estaria calcada na universalização do acesso e da permanência no ensino público. Isto é, num viés funcionalista, se se corroem as possibilidades de ascensão social para a juventude em geral, tradicionalmente pautadas pelas sutilezas dos modos de reprodução da cultura letrada, é porque experimenta-se, agora, a intensificação da quebra da continuidade na transmissão de idéias e valores³⁸. Isso explicaria, então, a dissolução latente dos vínculos entre a cultura escolar e a cultura juvenil.

³⁷ Exposto mais dramaticamente em outro momento: “esta fratura cultural pode estar ligada ao aumento de um sentimento de desconfiança: os sociólogos clássicos mostraram-no bem, a integração social é fundada no sentimento de pertencer a uma coletividade que compartilha os mesmos valores. Quando este sentimento se esfarela, a sociedade mesma perde seu poder integrador” (p. 45).

³⁸ Como ele próprio procurou explicitar em outros trabalhos, cf. Galland e Lemel (2007) e Galland e Roudet (2005).

A solução apontada é, enfim, a necessidade de uma “revolução cultural no modo de considerar a juventude”, proposta que busca amainar as dificuldades políticas que rondam as reflexões acerca dessa categoria social:

os jovens franceses devem reencontrar confiança no sistema que os forma e na sociedade que os acolhe. Isto supõe certamente suprimir ou ao menos atenuar certas restrições sócio-econômicas das quais sofrem os jovens na França mais que em outros países (p. 11).

E ao final do livro:

nossa convicção profunda é que se os jovens franceses têm medo, não é apenas porque eles são economicamente maltratados (mesmo sendo verdade que eles poderiam ser mais bem tratados e mais bem protegidos das vicissitudes econômicas que acompanham a transição para a idade adulta), mas, sobretudo, porque a sociedade francesa não consegue lhes dar confiança e fé neles mesmos durante este momento-chave, os anos de estudo, quando se forma o futuro cidadão (p. 148).

Desse contexto de pretensa dissolução dos “valores franceses” frente às novas gerações emergiria, no plano das ações coletivas, uma “cultura política de protesto”, avessa às práticas políticas tradicionais e pautada em mobilizações pontuais, como as *émeutes* em 2005³⁹, os conflitos em torno do *Contrat Première Embauche* (CPE) em 2006 e a reforma da autonomia das universidades em 2009.

No Brasil, essa visibilidade política da questão juvenil tem igualmente contribuído para algumas confusões de cunho epistemológico, pois, ao aspecto demográfico (grande população jovem⁴⁰), que fomenta as paixões políticas,

³⁹ Cf. Le Goaziou e Mucchielli (2007) e Peralva (2006).

⁴⁰ Segundo o IBGE, a população jovem do Brasil em 2007 era de 50,2 milhões de pessoas (26,4% do total), na faixa etária de 15 a 29 anos. Prevê-se, doravante, uma diminuição gradativa desse percentual, com o decorrente envelhecimento mais acentuado da população.

não se aderem os elementos comuns ao conjunto da população, impulsionando-se uma grande segmentação e dispersão das discussões⁴¹. Nesse sentido, se a lógica do “*chacun pour soi*”, que emerge de um contexto de disputas neoliberais acirradas, ocupa cada vez mais espaço nas ações individuais, é mister apontar o que está envolvido nesse corpo de “mudanças”, bem como seus riscos iminentes. Por isso mesmo, como vimos brevemente, os problemas mais recentes em torno da “juventude” na França e sua atual tematização pela sociologia, em particular da referida perspectiva que busca partir dos indivíduos eles-mesmos, como que acompanha as vicissitudes extra-científicas, ou seja, um momento de inúmeros conflitos e disputas, ao qual os significados subseqüentemente refeitos em torno da noção “juventude” estão fortemente atrelados.

Emergem, enfim, as tentativas de equacionar o problema de mão-dupla que envolve, de um lado, as inúmeras *mediações* sociedade-indivíduo (e também indivíduo-sociedade), o que abala o princípio de “partir dos indivíduos” e neles buscar os mais submersos e puros sentidos e significados pessoalmente atribuídos, tal como foram os questionamentos à etnometodologia de Garfinkel (1967); e, de outro, promove uma sociologia aos avessos, já que não está atenta aos vínculos, diretos ou indiretos, entre os indivíduos. Tais limites repõem novamente o problema da política, a qual, ao soerguer-se da realidade ela-própria, impregna a análise social de detalhes e sutilezas difíceis de serem tratados.

Um caminho para contornar esse imbróglio, como tantos já concluíram, talvez seja o de fixar a *história* como eixo privilegiado da compreensão do vivido, pois este revela-se – ainda que em suas singularidades mais íntimas – na profusão de práticas individuais ou coletivas, atualizadas, a cada passo, pelos esquemas de referências sócio-culturais. Estes, por sua vez, são compartilhados a partir de diversas figuras que modulam, em cada época e

⁴¹ Para diferentes abordagens, cf. Abramo (1997), Almeida e Eugenio (2006), Augusto (2005), Camarano (2004), Carrano (2002), Dayrell (2005), Groppo (2000), Guimarães (2003), Herschmann (2000), Magnani (2005), Mariz (2005), Stropasolas (2006) e Takeuti (2002).

lugares específicos, os processos de identificação pessoal ou coletiva, origens e vetores principais das disposições para a ação social.

Dessa forma, a reclusão no realismo fácil das biografias ganharia um contraponto diametralmente oposto, pois a ênfase é deslocada para a *dinâmica entre internalidade e externalidade*, ou seja, os intrincados meandros da relação entre “estrutura” e “ação”, entre a “emancipação humana” e os renovados adiamentos de sua realização, entre os direitos civis e políticos e os direitos sociais, entre os esforços cotidianos largamente despendidos para se sobressair num mundo de generalizadas restrições e a própria compreensão dos mecanismos que insistem em anular alguns indivíduos.

Não surpreendentemente, essa dinâmica do obscuro já começa a fazer pensar muitos estudiosos, como é o caso do próprio Galland:

confusamente os jovens compreendem que o sistema é opaco e que não se deve acreditar muito em suas intenções mais explícitas. Mas isto é evidentemente mal visto e quase impossível de dizer. Em tal mundo de falsos-semblantes, a melhor estratégia é, pois, seguidamente, aderir coletivamente a seus princípios e contorná-los individualmente. Neste jogo de marionetes, os mais hipócritas são os ganhadores, os ingênuos são os perdedores” (Op. cit., p. 11).

Assim, quando se trata de acompanhar a desenvoltura das ações juvenis, sob o risco de se teorizar a interioridade a partir de inúmeros e sofisticados véus que a encobrem ou a desfiguram, cabe voltar a atenção para as maneiras renovadas de “fazer-se” presente no espaço social envoltório. Tal perspectiva pode contribuir para essa difícil tarefa de vislumbrar questões mais abrangentes a partir dos feitos diferenciados e, por vezes, camuflados pelos quais as práticas individuais estão revestidas na vida cotidiana.

2 – Fundamentos e conseqüências da hierarquia social brasileira

O rumor das vozes e dos veículos acordou um mendigo que dormia nos degraus da igreja. O pobre-diabo sentou-se, viu o que era, depois tornou a deitar-se, mas acordado, de barriga para o ar, com os olhos fitos no céu. O céu fitava-o também, impassível como ele (...), um céu claro, estrelado, sossegado, olímpico, tal qual presidiu às bodas de Jaco e ao suicídio de Lucrecia. Olhavam-se numa espécie de jogo do siso, com certo ar de majestades rivais e tranqüilas, sem arrogância nem baixeza, como se o mendigo dissesse ao céu: - Afinal, não me hás de cair em cima. E o céu: - Nem tu me hás de escalar.

Machado de Assis, *Quincas Borba*.

Constata-se até aqui que não são poucas as relações entre a produção do conhecimento e a realidade social mais ampla em que se encontram tais esforços. Enfatizaram-se anteriormente alguns paralelos entre contextos distintos com o propósito de evidenciar as contendas que emergem das disputas implícitas nas teorias e modelos explicativos. Como visto, a ascensão dos “estudos de juventude” trouxe consigo diversos indicadores dessas polêmicas, forçando-nos a buscar outras observações para sua compreensão.

Em particular, a forte associação entre as singularidades juvenis e os processos contemporâneos de individualização deixava de fora outras variáveis, no geral aquelas relacionadas com a estratificação social, que atuam como demarcadores mais fidedignos do que se passa no espaço existente entre um indivíduo e outro. Foi esta a hipótese que, por um lado, suscitou as nossas considerações e, por outro, permitiu a identificação de uma modalidade específica de “indivíduo” no Brasil, o *indivíduo restrito*, cujas particularidades da vida cotidiana não coadunam com a crítica à determinação dos traços biográficos pelas distintas posições sociais ocupadas numa dada sociedade.

As figuras elementares da hierarquização social, talvez por serem mais extremas em países como o nosso, conduziram-nos, então, a vislumbrar uma abordagem que permitisse a demonstração dos limites das referidas

associações, ampliando-se enormemente as indicações para se pensar as “biografias”, ou as “ações individuais”. Nesse ínterim, não podíamos declinar de uma perspectiva histórica que concedesse algum liame mais profundo entre os diversos artefatos sociais, com a ressalva de não serem considerados apenas em suas manifestações fenomênicas, aquelas que saltam mais à vista.

Por isso, coube situar adequadamente os diferentes indivíduos nessa ampla constelação de problemas como meio de deslindar as sutilezas *estruturais e cotidianas* aí subjacentes. Por essa via, podemos escapar das referidas concepções subjetivistas de análise sociológica (MARTUCCELLI e DE SINGLY, 2009; KAUFMANN, 2004, 2007, 2008), as quais se debruçam sobre as intenções dos agentes sem aterem-se mais detidamente às mediações inerentes às interações face a face, ou ao peso dos marcadores sociais das inúmeras diferenças que delineiam as atuações individuais. Esforçam-se, ademais, para balizar a formação singular de cada indivíduo, a partir das percepções e práticas destes próprios, furtando-se, todavia, a bem dimensionar o peso dos processos sociais implicados numa determinada trajetória de vida, que dão relevo e conteúdo à figura humana que fala e age, aos sentidos e opiniões pessoais.

Para tal, buscaremos matizar tais perspectivas com alguns elementos de maior abrangência, prontamente rejeitados, a fim de não nos distanciarmos dos mecanismos intransparentes da vida social, dado que são parte importante da produção e reprodução do mundo particular em que os indivíduos cá se situam. Com longa tradição na sociologia e economia latino-americanas, a ampla discussão sobre a posição dos países da América Latina no desenvolvimento capitalista mundial – a qual pôde estabelecer a conexão íntima e contínua entre os contextos particulares e a dinâmica externa global – é o contraponto fundamental que, em maior ou menor grau, conduzirá sub-repticiamente nossas ponderações em torno da relação indivíduo-sociedade no caso brasileiro.

Seria desnecessário retomar aqui todas as contribuições e vertentes acerca desse longo processo. De maneira geral, efetivaram-se intensas

discussões, iniciadas com a crítica às teorias do desenvolvimento e do subdesenvolvimento e a identificação dos empecilhos da “modernização” (como a desindustrialização e a preponderância do setor primário nas exportações), ou, dito de outro modo, o subdesenvolvimento interpretado como ausência de desenvolvimento, e não como resultado deste. Aqui destacaram-se os trabalhos originais da CEPAL, sobretudo nos escritos maduros de Raúl Prebisch (1981), Celso Furtado (1961, 1964, 1966, 1975, 1976, 2007) e Maria da Conceição Tavares (1972), que lançaram as bases teóricas da industrialização, de inspiração keynesiana, em vários países latino-americanos. Contudo, isso não era suficiente, pois tratava-se já de um período em que a economia mundial assentara suas novas bases, a partir da criação de enormes conglomerados econômicos, com amplas vantagens tecnológicas e imprescindível expansão mundial.

As teorias da dependência surgem na década de 1960 como um novo esforço crítico ao desenvolvimento que se instala nos países periféricos: sua subordinação e propulsão por diversas forças internas e externas. Essa crítica ganha uma forma resignada na obra de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1969). Outros, entretanto, foram os embates que, ao relerem a teoria do imperialismo de Lênin e Rosa Luxemburgo, dentre outros, realizaram uma crítica sistêmica ao desenvolvimento econômico instalado pelos regimes autoritários em diversos países, desvelando-se aí seu caráter “dependente, concentrador e excludente”. Nessa vertente, ainda que não sejam poucas as diferenças entre cada autor, situam-se as obras de Theotônio dos Santos (1967, 1968, 1968a, 1983), Ruy Mauro Marini (1973), Vânia Bambirra (1974, 1978) e, mais distante destes, Andre Gunder Frank (1980, 1969, 1967).

A partir dessas contribuições, pensamos ser possível adentrar em questões que vêm sendo escamoteadas pelo realismo das biografias e pelas opiniões dos agentes, cujas interpretações científicas, em boa medida, seguem desprezando as demais variáveis aí encerradas. Assim, tendo em vista os contrastes apontados, como versar sobre tema tão extenso e controverso em sociedades cuja peculiaridade se encontra justamente no distanciamento tático das questões que importunam seus fundamentos mais duradouros? Noutras

palavras, como enveredar sistematicamente pelos meandros das unidades sociais sem considerar, no contexto a que estão submetidas, a perpetuação de idéias e procedimentos institucionais e políticos que pretendem invariavelmente fragmentar o conjunto, para, desse jeito, definir os critérios dos que serão ou não “indivíduos-cidadãos”?

Em geral, estes critérios acompanharam os modelos já estabelecidos noutras searas, importados e colados num contexto que lhes propiciaram, no entanto, novas feições e singularidades. Tal movimento, ainda em curso, está na origem de inúmeros problemas e dificuldades que resultam do bloqueio dos parâmetros de medida e avaliação comuns, fundo mínimo necessário para qualquer tentativa de ampliação e de garantia da lei e dos direitos (TELLES, 2001), adiando-se artificialmente, por isso, o robustecimento de uma via que inverta a quadra das iniquidades perenes e, ao menos, arrefeça as incontáveis disparidades entre os indivíduos.

Pelo suposto, vemos aproximarem-se gradualmente diversos objetos que não são direta e facilmente percebidos, uma vez que se considerem apenas as dimensões performáticas de um problema sociológico. Para sociedades extremamente verticalizadas, como a brasileira, essa questão ganha dimensões significativas para a pesquisa social, inserindo-se no bojo do próprio movimento histórico que jaz sob conceitos e categorias e que confere inteligibilidade aos determinantes da ação individual ou coletiva.

2.1 Um amplo movimento

Tema adverso, pois inerentemente *político*, o que se constata por aqui é que, à conturbada garantia formal dos direitos pós-1988, fruto de intensas mobilizações sociais (SADER, 1995), não se criaram mecanismos que efetivamente implementassem os preceitos da Nova República: à mais avançada Carta, sobrepôs-se novamente a velha e famigerada questão social (TELLES, 1999, 2006; SPOSATI, 1988; KOWARICK, 1980, 1991), reafirmando-

se também, pela conciliação então encetada, alguns dispositivos autoritários do período anterior (ZAUERUCHA, 2010). Nesse entremeio, apenas mais recentemente, fortalece-se entre nós o “problema do indivíduo”⁴², e outra vez se fecham as saídas do beco, visto que ocorra, nalguns casos, separado da compreensão do que se passa no sinuoso espaço entre determinados grupos de indivíduos e outros, *as diferentes classes sociais*; ou, de maneira ainda mais intrincada, entre um indivíduo e outro, *situados ou não na mesma classe social*.

Ao destacar tais sutilezas, remontamos necessariamente às demais questões que já estavam presentes nas origens da formação social do país – a pujança econômica sempre *in statu nascendi* e o acentuado grau de dependência externa, o pacto das elites locais e internacionais e a repressão violenta a toda investida interna dos subalternos, as seguidas criações de virtudes nacionais *ad hoc vis-à-vis* à “ralé estrutural” (CARVALHO FRANCO, 1997) incrustada nos rincões, etc. – para, outra vez, verificarmos algumas *constantes*. Dessa forma, o discurso do “indivíduo livre”, que ressoa agora também nas teorias sociais⁴³, acompanha passo a passo as impossibilidades de sua própria concreção, se consideramos, por exemplo, as dificuldades de reprodução material da vida (sintetizadas nas mudanças mais recentes no mercado de trabalho), as violações cotidianas dos direitos humanos, os meandros do sistema judiciário e sua presunção “técnica”, as variantes sociológicas do “mérito”, etc.

Como reação às muitas experiências autoritárias ou como renovação ideológica, intensificam-se, agora, as discussões sobre “os indivíduos”, no plural, porque, como outrora, são certos os desencontros, nas tramas do real, de uma noção genérica de “indivíduo”. Noutras palavras, como o princípio jurídico da “igualdade de todos perante a lei” é rotineiramente sonogado pelas invariáveis quebras dos direitos fundamentais de *determinados* indivíduos, opera-se aí uma contradição perniciosa para a sociedade como um todo, já que fica nítida, até aqui, a incapacidade do Estado em atender as demandas sociais

⁴² Dentre os inúmeros trabalhos realizados nos últimos anos, cf. Bulguese (2004), Imbrizi (2005), Kehl (2009), Martins (2008), Nakamura (2004) e Paiva (1998).

⁴³ Ver os argumentos especialmente em De Singly (2005, 2004a e 2000).

em escala ascendente e em dissipar as fronteiras opacas entre o “legal” e o “ilegal”, as faces mais visíveis da fratura social. Por tudo isso, o problema crucial de se garantir *simultaneamente* os direitos civis, políticos e sociais é convertido numa autêntica miragem, porque sempre reduzido, no plano pragmático, a critérios e maneios particularistas e restritivos: a via dos privilégios, ou seja, trata-se, como ressalta Vera Telles (2001), de “uma figuração que corresponde ao modo como as relações sociais se estruturam sem outra medida além do poder dos interesses privados, de tal modo que o problema do justo e do injusto não se coloca e nem tem como se colocar, pois a vontade privada – e a defesa de privilégios – é tomada como a medida de todas as coisas” (p. 21).

Nessa vaga de espertezas, aviva-se, nos círculos de decisões para a sociedade, o *ethos da performance*, o reino prodigioso da *técnica* e da *virtude*, sem que seja acompanhado, nos estudos mais sistemáticos, de perspectivas que evidenciem seus nexos mais indiretos, tais como os índices de violência, as taxas de suicídio e de doenças psíquicas (a depressão, essencialmente), o consumo irrestrito de drogas, a situação humilhante da dependência material, etc. *Sem esse pano de fundo*, a defesa de um “indivíduo genérico”, de seus direitos e prescrições legais, restringir-se-á, como noutras vezes, à mera manutenção desses mesmos privilégios, afoitamente justificados pelo viés do *mérito pessoal*, fechando-se, pois, o círculo (im)perfeito da naturalização das desigualdades sócio-econômicas no Brasil (SOUZA, 2003). Naturalização que, agora, é potencializada pelos referidos discursos da “subjetividade” que permanecem, em grande medida, alheios à “objetividade” que lhes é inerente.

Convertida em artefato da “modernidade”, a noção de “subjetividade” é estranhamente afastada da análise dos distintos modos de vida, valores e costumes, das práticas de consumo, dos elementos, enfim, que impõem um olhar demonstrador dos desenlaces entre os inúmeros “indivíduos”, em seus devidos contextos. O efeito mais visível da recusa desses paralelos é a propagação mundo afora, em diversas esferas, da velha ideologia do “*self made man*”, ou seja, dos “indivíduos livres e responsáveis” que portariam as rédeas de suas próprias trajetórias. São repostos, assim, os limites da

“universalização dos direitos”, algo sempre projetado para o futuro, para a tarefa de “dirimir” os abismos, num adiamento somente sustentado pelas *renovadas promessas*.

O fato é que nunca se consolidou, para ficarmos nos países de capitalismo dependente como o Brasil (MARINI, 1973; DOS SANTOS, 1968, 2000; BAMBIRRA, 1974, 1978), sequer uma ponte mínima entre as liberdades civis, os direitos políticos e os direitos sociais, considerados a um só tempo, diferentemente da análise fracionada de T. H. Marshall (1967). Isso porque foi justamente a elisão duradoura entre esses direitos, ou sua percepção como realidades paralelas, que estabeleceu o pano de fundo das seguidas tentativas de se “governar a miséria” (PROCACCI, 1993), nas quais os governos ocidentais – sempre nos passos da Declaração da Independência dos Estados Unidos, da Revolução Industrial Inglesa e da Revolução Francesa – se especializaram, seja por meio de pendores semi-autoritários e policialescos, a que Michel Foucault (2005, 2004, 2004a, 1997) chamou de “biopolítica da população”, seja pelas pequenas concessões frente ao escândalo que o realismo da miséria propicia e aos riscos, daqui resultantes e sempre objetos de atenção, de “explosão violenta das massas”.

No meio desses variados procedimentos, situam-se as vidas humanas singulares, com seus afetos e idiosincrasias, e as diversas vias possíveis de sua junção como “sociedade”. Essa relação perpassou praticamente toda a história do pensamento social no ocidente. Como um problema de longa data, o tema da “subjetividade” se nutre e se confunde com o “discurso da modernidade”, um “projeto inacabado” para Jürgen Habermas (2000).

Na esteira do tema weberiano do processo de racionalização do ocidente, Habermas, neste texto, “reconstrói passo a passo” o registro filosófico das grandes transformações sócio-econômicas e culturais do ocidente a partir de fins do século XVIII, bem como a inconclusão dessa rota, percebida mais recentemente como “pós-modernidade”. Sobressai-se dali, para nosso intento, o fato de que a percepção das sutis idas e vindas do “princípio moderno da subjetividade” não deve se furtar a uma análise detida do *desenrolar histórico*

das idéias e práticas que compõem essa teia de elementos ainda em disputa, nomeada, por vezes aleatoriamente, de “modernidade”. Disso decorrem, por conseguinte, as variadas acepções a respeito do que seria o “indivíduo moderno”, as quais perpassam conceitos como “liberdade”, “vontade”, “desejo”, “autonomia”, “escolha”, “felicidade”; mas também, noutro registro, “ação”, “alienação”, “submissão”, “engajamento”, “responsabilidade”, “auto-estima”, etc. Ao “discurso filosófico da modernidade” poderia corresponder, dessa forma, um *discurso do indivíduo na modernidade*, tão presente no pensamento social de G. H. Mead (1952), Simmel (1971, 1964) e Weber (1964).

Agnes Heller (1982), por sua vez, demonstrou que já no Renascimento emergiu um “conceito dinâmico de homem” em oposição às concepções naturalistas e imutáveis da Antiguidade e da Idade Média. Naquele momento, os deslocamentos epistemológicos e políticos resultantes atingiram “todas as concepções das relações humanas”, a filosofia e a literatura, as artes plásticas e a arquitetura, as representações sociais e todas as outras formas de ação. A este conceito aderiu-se uma pluralidade de “ideais humanos concretos”, fruto de um “sistema pluralista de valores morais” que resultara dos primeiros estremecimentos do poder eclesial. Em oposição à rigidez anterior, pela primeira vez, o indivíduo podia compor seu próprio desenvolvimento pessoal. Ainda assim, sopesavam as constringências externas, que lhe impunham inúmeros limites.

A dialética da interioridade e da exterioridade de Heller procura descortinar exatamente as *formas e mecanismos* pelos quais as intensas e profundas transformações sociais e econômicas da Itália (ou mesmo da Europa) renascentista ressoavam diretamente sobre as vidas singulares, e não o contrário. A partir disso, pôde identificar a emergência de novas modalidades do “agir no mundo”, segundo conceitos e categorias (“individualidade”, “individualismo”, “auto-satisfação”, “auto-realização”, “auto-fruição da personalidade”, “auto-preservação”, “êxito”) que buscaram dar conta daquele *amplo conjunto em mutação*, embrião do mundo capitalista. Naturalmente não se tratava de mudanças conformes a um padrão geral estabelecido, e sim de

um “desenvolvimento irregular”, as inúmeras particularidades que brotavam em cada lugar:

e foi precisamente o aparecimento de uma relação individual com a sociedade, a escolha do seu próprio destino por cada indivíduo, que tornou necessários uma perspectiva, um sentido dos valores e um modo de comportamento cada vez mais individualistas – numa palavra, aquilo a que chamamos, com um excesso de simplificação, o ‘individualismo do Renascimento’, se bem que este pouco tivesse em comum com o individualismo da sociedade burguesa amadurecida. Seria talvez melhor falar do culto do ‘homem que se faz a si próprio’, esclarecendo porém que aquilo que um homem fazia de si próprio não era completamente sinónimo de posse de poder ou de dinheiro (se bem que de facto muita vezes o fosse), na medida em que o aspecto essencial consistia em *avaliar até que ponto deixara a sua marca no mundo*. (...) Assim, o indivíduo começou a modelar o seu próprio destino, e não apenas num sentido ético; a dialéctica do homem e do destino transformou-se na categoria central de um conceito dinâmico do homem (p. 15, grifos da autora).

Cabe retomar a análise de Agnes Heller, apesar de incorrer em alguns anacronismos, precisamente porque ela situa esse novo indivíduo na *história*, atentando-se para os percursos das idéias e para as modificações na esfera da produção que então vicejavam: os primórdios da ascensão burguesa, cuja visão de mundo se consolidaria no Iluminismo e se difundiria nos séculos posteriores.

Esse indivíduo renascentista “que se faz a si próprio”, entretanto, não se confunde com o empreendedor liberal que surgirá séculos mais tarde, visto que não havia ainda uma clara divisão entre as dimensões pública e privada da vida social. Aqui reside, como expôs Luis Werneck Vianna (1976), toda a discussão da teoria do liberalismo clássico: “trata-se de resolver a compatibilidade do indivíduo livre [o indivíduo mercantil] com a sociedade política, ou se se quiser, de como articular um sistema jurídico que oponha o privado ao público” (p. 13). O surgimento do ente “conciliador”, o Estado, sustentará o mundo privado (a “sociedade civil”) paradoxalmente através de sua fagocitação pelo direito público e pela manutenção de sua separação postíça da sociedade política, o corpo, em nada coeso, das decisões para a

coletividade. Essa “publicização” do privado, ou seja, o embaralhamento das duas dimensões, foi a fórmula geral encontrada para o amparo, sempre precário, das contradições inconciliáveis. Dessa forma, os impasses foram sendo negociados, embora reerguessem seguidamente com novas feições.

Marx (1984, 1997, 1998, 2007) desfez completamente tal caráter de mediador dos conflitos, dada a *forma interessada* pela qual as instituições que compõem o Estado são cuidadosamente preenchidas e regulamentadas. Essa composição criteriosa emergiu da necessidade de se garantir e se consolidar a fluidez das trocas de equivalentes, por meio da *regulação estatal* (a operacionalização do aparato jurídico), fixada na clássica noção de contrato. Tais são os desdobramentos da fantasia do Estado liberal, pois, para a garantia da “ordem privada”, noutros termos, da troca de mercadorias entre os indivíduos proprietários, ergue-se uma “ordem pública”, formalmente separada daquela, mas instrumentalizada de tal maneira que seu invólucro de “universal” se dissolverá na gradativa, sorrateira e persistente ascensão dos problemas sociais⁴⁴. Por conta dessas demandas sempre renovadas, a legitimidade será deslocada das primeiras teorias da concessão do poder ao soberano (o absolutismo oriundo de Hobbes) para a fundação de um sistema político representativo (a democracia formal, como em Locke ou Benjamin Constant), em que o sufrágio universal será a mais nova mistificação do privado no público:

o privado, para se manter enquanto tal, precisa exercer funções de interesse público. Dissociados pelo liberalismo clássico, público e privado encontram-se de certa forma reunidos novamente sob o neoliberalismo. Apesar do indivíduo e a propriedade livres se constituírem na base de toda a articulação do social, a defesa dos seus interesses transitará pela mediação do público. A propriedade, de um direito natural a todo e qualquer indivíduo, agora necessita ser ungida de uma função supra-individual, social (Werneck Vianna, op. cit., p. 20).

⁴⁴ Foram muitos e diferenciados os trabalhos sobre esse amplo movimento. Num pequeno apanhado, cf. Castel (2005), Chevalier (2007), Donzelot (1984), Engels (2008), Geremek (1988), Perrot (1984), Procacci (1993) e Topalov (1994).

Estes são, em linhas bastante gerais, alguns dos desdobramentos do longo e contraditório desenvolvimento do sistema capitalista global. Evidentemente não é nossa pretensão retomá-lo em sua integralidade aqui, mas apenas demarcar alguns de seus *momentos e processos cruciais*, para que, mais adiante, busquemos circunscrever alguns parâmetros atuais do indivíduo restrito brasileiro nesse longo trajeto ocidental.

Dessa maneira, como já aventado, reforça-se outro caminho de abordagem dos “sujeitos”, que prime, na análise, pela vinculação concomitante dos níveis “macro” e “micro” da vida social, definindo alguns parâmetros possíveis dessa junção, sem nos fixarmos, portanto, em um ou outro pólo. Sem embargo, a tentativa é demonstrar a importância e a especificidade desse tema em contextos nos quais as diferenças sócio-econômicas entre os “indivíduos” aí situados são mais agudas e duradouras, o que, e aqui encontra-se nossa aposta subjacente, tem implicações decisivas para as pesquisas sociais, sobretudo aquelas em cujos procedimentos principais estão incorporados, como artefatos empíricos centrais de suas conclusões, *relatos orais, opiniões, experiências, trajetórias, pontos de vista, representações e percepções pessoais*. Como anteriormente visto, parte não desprezível dos estudos mais recentes sobre “juventude” tem incorrido seguidamente em tal equívoco. Desse modo, não se trata aqui de renunciar ao problema das “subjetividades”, mas apenas fixar algumas questões de fundo teórico e metodológico que tal temática implica.

Feitas essas ponderações, o que se constata, em geral, é que, a cada dificuldade, as forças políticas dominantes rearticulam-se institucionalmente para viabilizar o passo seguinte de sua epopéia no poder, sempre a partir de concessões inadiáveis. O longo processo de derrocada do liberalismo clássico, conforme Karl Polanyi (1972), consistiu exatamente na rearticulação institucional do capitalismo, em vista do esfarelamento da crença em suas promessas inexeqüíveis e do conseqüente aumento das tensões sociais.

A partir de fins do século XIX, teve início, assim, a dissolução gradativa do sistema econômico mundial até então imperante, cujos pilares haviam sido

o padrão-ouro internacional, o mercado auto-regulador e o Estado liberal. Tal rearticulação eclodira precisamente da separação institucional entre as esferas política e econômica – operada desde pelo menos a “*invisible hand*” de Adam Smith e desmontada por Marx, quase um século depois, n’ *O Capital* (1959) –, resultando nas intensas lutas sociais que marcaram a transição para o século XX (ARRIGHI, 1996, p. 163-245) e desembocando, não sem sacrifícios (o fim de grandes impérios, duas Guerras Mundias, a Crise de 1929 e os regimes totalitários), no modelo do Estado de Bem-estar Social do pós-guerra.

Não à toa, trata-se ali do contexto, para utilizar expressões estranhas a Polanyi, das intensas discussões sobre o “revisionismo”, o “reformismo”, o “imperialismo” e as “vanguardas partidárias”, que emergiram da II e da III Internacionais e cujas reformulações teóricas encetadas por grupos políticos que ascendem gradativamente ao poder, em vários níveis e em diversos países, serão a expressão concreta desse rearranjo, ainda que seguidamente rejeitados⁴⁵.

O resultado tardio (o Estado de Bem-estar Social) dessa “grande transformação” foi a mais nova solução pactuada, ainda que seus pressupostos mínimos – como o de promover a coesão social pelo acesso aos direitos sociais – não tivessem uma duradoura sustentação política (o que foi comprovado por seu desgaste já nos anos 1970), recolocando outra vez os impasses. Infelizmente Polanyi não viveu o suficiente para acompanhar esse momento inicial de erosão do Sistema Bretton Woods e observar o descompasso entre a avalanche neoliberal, a partir dos governos de Reagan e Thatcher, e as conclusões mais esperançosas que esboçou, especialmente quanto ao seu diagnóstico em relação ao itinerário europeu posterior: diversamente, acentuam-se as perdas, em vários países, de inúmeros direitos sociais arduamente conquistados.

Nessa matéria, o livro de Jean Fourastié, *Les Trente Glorieuses* (1979), segue como um importante exemplo de compêndio ideologizado das benesses

⁴⁵ Sobre o percurso dessas divergências, cf. Gorter (1979), Huhn (1981), Korsh (1977), Lênin (2006), Lukács (2003), Luxemburgo (1974, 1978) e Pannekoek (1970, 1982).

experimentadas por boa parte dos franceses, durante o período de 1946 a 1975, bem como de seu posterior declínio. Para o autor, o motor do significativo crescimento econômico do período⁴⁶ não estaria na acumulação de capital, mas no mero progresso técnico-científico, que, ao propiciar a alta produtividade do trabalho observada, gerou algumas expectativas quanto ao crescimento do setor de serviços, forte marca de “modernização”. Esse furor trazido pelo incremento do setor de serviços anunciaria, assim, de um lado, os primeiros sinais da atual precarização das relações de trabalho, e, de outro, as proclamações do fim apoteótico do “chão de fábrica”, ou do “valor-trabalho”⁴⁷.

Essa junção keynesianismo-fordismo encobria, dessa forma, os limites da melhora geral das condições de vida pelo viés do *“pouvoir d’achat”*, ou seja, a clássica solução para as crises de super-produção de outrora, ao retomar de maneira mais intensa o papel do Estado e ao propiciar o aumento dos salários reais (na verdade, ao incrementar a demanda interna), ganhava uma versão afrancesada. Via-se, destarte, num só movimento, o deslocamento da política para as subseqüentes negociações junto às centrais sindicais, em face deste aumento da produtividade do trabalho. Deslocamento que fora induzido pelas melhorias técnicas na produção e pelo acesso às searas do consumo: “a passagem de uma sociedade na qual o essencial dos recursos é consagrado a se nutrir para um mundo onde se parte em férias, onde se vê televisão...”, como afirma Daniel Cohen no prefácio (p. VII).

Uma vez findada a glória do quase pleno emprego e das significativas conquistas sociais⁴⁸, a bela e conservada paisagem da Paris hodierna (também de outros grandes centros urbanos) contrasta com o mesclado crescimento das

⁴⁶ É o momento também da continuada política colonial francesa, na África (Marrocos, Tunísia, Argélia, Mali, Mauritânia, Guiné, Camarões, Togo, Senegal, Madagascar, Benin, Níger, Gabão, Burkina Faso, Chade, Congo, Costa do Marfim, Comores, dentre outros) e na região da Indochina.

⁴⁷ Nas suas particularidades, cf. Gorz (1982, 1988, 1997), Habermas (1987, 1994), Offe (1989), Rifkin (2006), Touraine (1989). Para os argumentos contrários, cf. Antunes (1999, 2003) e Dal Rosso (2008).

⁴⁸ Sobre os meandros da “nova questão social” que emerge, cf. Castel (2005), especialmente os capítulos VII e VIII.

*banlieues*⁴⁹, dos vendedores ambulantes dispersos pelas ruas, no metrô e nos pontos turísticos; dos moradores de rua (os chamados SDF's – "*les sans domicile fixe*"); dos desempregados ao léu ou dependentes de iniciativas emergenciais do governo⁵⁰; dos inúmeros imigrantes legais ou ilegais⁵¹; da diversidade cultural e dos conflitos daí decorrentes⁵²; etc. Mesmo na França, então, não seria difícil vislumbrar as injunções dessas situações todas para cada indivíduo, em particular os mais jovens.

Tal é o pano de fundo de um país que, uma vez desfeitas as promessas de esplendor e ventura do período anterior, busca criar, pelo incremento de lutas políticas adormecidas, soluções para a dinâmica sutil do capitalismo globalizado: ao lançarem-se as catástrofes pequenas e grandes para debaixo do tapete, adia-se, por diversos meios, o *encontro inexorável dos tempos*, ou seja, a conexão dialética entre passado, presente e futuro. Poderíamos certamente acionar outros exemplos na própria Europa, como a história recente da Itália, Espanha ou Alemanha, no entanto, a intenção é apenas evidenciar a importância da ampliação do escopo de análise para se extrair alguma compreensão razoavelmente aceitável das mutações na *esfera cotidiana*⁵³, na qual se observa mais apropriadamente o correr das ações individuais, desde

⁴⁹ Muitas pesquisas têm sido realizadas sobre as *banlieues* francesas, com farta discussão sobre os jovens "*banlieusards*", dentre as quais, Bordet (1998), Lepoutre (2001) e Wacquant (2006). A forte presença de jovens de tradição islâmica nesses espaços tem originado também interessantes reflexões, como em Khosrokhavar (2004, 1997) e Lapeyronnie (1987).

⁵⁰ À permanência das altas taxas de desemprego correspondem repetidas iniciativas emergenciais da parte do governo, como ficou patente no anúncio do "*plan d'urgence*", em 24 de abril de 2009, para aplacar o índice de desemprego entre os jovens, que correspondia a 20,4% para as pessoas entre 15 e 24 anos, no final de 2008, segundo o Insee – *Institut national de la statistique et des études économiques*. Disponível em: www.insee.fr, acesso em 20 de janeiro de 2010. Ver nota 17.

⁵¹ Cf. Missaoui e Tarrius (2006), Schiff (2000), Tarrius (2000) e Têtu (2008).

⁵² Como foi a discussão sobre "a identidade nacional francesa" lançada oficialmente pelo governo francês em novembro de 2009, com a posterior, e previsível, confusão entre "identidade francesa" e "imigração".

⁵³ A despeito das importantes reflexões de Henri Lefebvre (1958, 1968), assumimos aqui a concepção de "vida cotidiana" de Agnes Heller (1994) por tratar-se, diferentemente, de uma dimensão singular da vida social que demarca, ao mesmo tempo, a *unidade* e os *choques* entre a "particularidade" e a "genericidade" dos indivíduos aí situados, nos termos das experiências individuais mais imediatas e o contexto estrutural menos perceptível, ou, como sintetiza Lukács no prefácio, a relação entre a "estrutura de personalidade" e a "estrutura das objetivações".

que esta “observação” não se restrinja à imediatividade dos fenômenos sociais ou às puras opiniões e relatos desses agentes.

2.2 Terra Brasilis

No Brasil, os processos descritos serão caracterizados por muitas singularidades, dada a realidade social transplantada de outras searas, mas sempre refeita a partir das feições locais, que amalgamaram contrários e relativizaram certezas. Certo, nossas matrizes originais – vale dizer, a singularidade das relações sociais de produção – não contribuíram para que as idéias liberais se instalassem de modo claro entre nós. Roberto Schwarz (2000) chamou esse processo de “as idéias fora do lugar”, ou seja, o formato específico que por aqui adquiriram, em todas as esferas da vida social, certos padrões valorativos, figuras normativas e procedimentos racionalizados que destoavam funcionalmente do original europeu, sem, contudo, dele se autonomizar. Esse “deslocamento” ideológico, que tinha como centro gravitacional a relação de favor entre senhores e não-escravos dependentes (CARVALHO FRANCO, 1997), deu cabo a uma original formação social, pautada na extrema verticalização entre seus membros e na prática generalizada do arbítrio.

Isso demonstra a fluidez, a incerteza e o tom de absurdo que marcaria nosso próprio liberalismo, sempre em contraste com a matriz européia. Ainda no período colonial foram moldadas algumas linhas desse destino. Ali, a marca mais notável era a existência de seres humanos situados fora da órbita ocidental católica, os quais deveriam ser “convertidos”, “domesticados” ou reduzidos à categoria de “coisas” necessárias para a produção. Nesse desiderato, sobressai-se o instituto da escravidão, base da expansão comercial portuguesa (ALENCASTRO, 2000; NOVAIS, 1995, p. 92-116), que engendrou, ao longo dos séculos, a sistemática exploração direta e irrestrita de pessoas postas à margem de sua condição humana e assentou a inviabilidade posterior

de sua inserção na “ordem social competitiva” (FERNANDES, 1978, 2007; FERNANDES e BASTIDE, 2008; IANNI, 1987), uma vez formalizada a abolição. Desse modo, à sociedade “agrária, escravocrata e híbrida”, louvada por Gilberto Freyre (2001, 2004), foram sendo acrescentados posteriormente outros adjetivos, estando nítidas desde então, ressalvadas as peculiaridades de cada momento e os riscos de anacronismo, as primeiras manifestações da *tendência brasileira em reduzir as oportunidades e os direitos de seus indivíduos*: a altivez do negro freyriano confrontada pelo realismo das gravuras de Debret (1989), a teoria negreira jesuíta (ALENCASTRO, op. cit., p. 155-187), a violenta saga dos bandeirantes paulistas (CARVALHO FRANCO, 1940), as forças policiais públicas como entrepostos privados (LEAL, 1997, p. 213-243), etc.

Florestan Fernandes (2006) situou a Independência como o marco decisivo desse longo processo de transformação, que anunciaria novo fôlego para o edifício da “nação”. Com a autonomia política, instaura-se a formação da sociedade nacional, “a dimensão socialmente revolucionária”, embora já nasça conservadora em seus princípios e procedimentos, sem a quebra das velhas práticas políticas, e outra vez submissa às imposições externas: uma “revolução encapuçada”. Por esse caminho, atém-se aos meandros da passagem do “estatuto colonial” ao “estatuto nacional” para realçar a trama político-institucional implicada na construção da nova “nação emancipada”: “estabeleceu-se, assim, uma dualidade estrutural entre as formas de dominação consagradas pela tradição e as formas de poder criadas pela ordem legal” (p. 56).

E esta nova “ordem legal” emergiu dos pressupostos liberais, há décadas em voga, o que não impediu, porém, uma rearticulação das novas forças políticas dominantes, em choque administrável com a estrutura de poder anterior. Logo, essa duplicidade (e nem tanto uma “dualidade estrutural”) de nosso liberalismo “representava a via pela qual se restabeleceriam, encoberta mas necessariamente, os nexos de dependência em relação ao exterior; desvendava o caminho da autonomia e da supremacia não de um povo, mas

de uma pequena parte dele, que lograra privilegiar seu prestígio social e apossar-se do controle do destino da coletividade” (p. 62).

Essa dialética da formação social do Brasil seguirá, após 1822, definindo continuamente a segmentação entre os indivíduos, sempre pela via de um racionalismo orientado para um pequeno número de pessoas⁵⁴, cuja “lógica” interna sempre desafiou as análises sobre tais “esquisitices nacionais”. São as feições atualizadas desse “sistema de ambigüidades”, de novo Schwarz, que determinam a manutenção, sob novas bases históricas, sociais e econômicas, das seguidas decisões que persistem em fragmentar e anular os indivíduos, isto é, da perene instrumentalização do sistema político para perpetuação das “vantagens”, da resolução sempre trágica de qualquer conflito que se acirre, enfim, da inviabilidade de se efetivar um modelo de democracia em que se pressuponham “indivíduos livres e responsáveis”, dotados de “direitos e deveres”. Estas são as modalidades mais visíveis da formatação histórica do indivíduo restrito brasileiro, todas elas inscritas nas contradições e aporias da “nossa vida moderna” (NOVAIS e CARDOSO DE MELLO, 1998). Uma “modernidade” inócua, plasmada com certo esforço, mas confinada pelas imposições externas e cuja universalização dos frutos teima em não aparecer.

O processo de industrialização da Era Vargas inaugurou tal momento: abalava-se, enfim, o poderio agrário-exportador em favor da emergente estrutura produtiva de base industrial e urbana. Em seu conhecido texto, Francisco de Oliveira (2003) aponta de saída o mote do movimento que se implanta nesse período: o intenso processo de acumulação posto em marcha e seus diversos mecanismos funcionalmente correspondentes. Sua amplitude foi tamanha que esteve relacionado a todas as dimensões da vida nacional: as manifestações culturais (ARRUDA, 2001; CANDIDO, 1984), as religiões (LÖWY, 2000), os sindicatos (WERNECK VIANNA, 1976) e as práticas políticas (WEFFORT, 1989; IANNI, 1978), o mundo rural (MARTINS, 1975), etc.

⁵⁴ Como insistiu Raymundo Faoro (1976).

Tal processo tinha como ante-sala o rearranjo das forças sociais em disputa, o que permitiu, por sua vez, a modificação do aparato estatal e, por conseguinte, de suas modalidades de atuação. Destacou-se aqui a regulamentação dos fatores de produção, ou seja, o controle de sua oferta e demanda, em particular da força de trabalho, que se fixou com a sanção da CLT em 1º de maio de 1943. Sua implementação contribuiu para o rebaixamento indireto do custo de reprodução da força de trabalho urbana, na medida em que instituiu o salário mínimo sem incorporar os ganhos de produtividade do trabalho na indústria, num momento de enorme afluência de pessoas às grandes cidades. Dessa forma, “*igualava reduzindo* – antes que incrementando – o preço da força de trabalho” (OLIVEIRA, 2003, p. 36-38, grifos do autor). Além disso, sobressai-se o novo papel da agricultura como fornecedora, a preços relativamente baixos, dos víveres indispensáveis para o abastecimento das cidades, o que foi garantido pela dependência e subordinação ainda mais intensas dos trabalhadores rurais, cujas relações de trabalho estavam excluídas da referida regulamentação.

Como defende Francisco de Olivera, através desta “integração dialética” entre o mundo rural e o urbano, em crítica acerba ao dualismo cepalino, foram criadas as bases fundamentais da expansão do capitalismo brasileiro como um todo. Cabe lembrar ainda dos demais dispositivos estatais, como os investimentos em infra-estrutura, a disponibilidade de crédito a baixo custo, os subsídios cambiais e a criação de empresas públicas, elementos que se “harmonizaram”, além do mais, com a enorme disponibilidade de força de trabalho, que se segue à referida migração rural-urbana a partir dos anos 1950. Decorreram daí duas conseqüências correlatas: de um lado, a constituição do mercador consumidor interno, combustível da ampla expansão industrial, e, de outro, o reforço das velhas disparidades entre os indivíduos, com o crescimento desigual da renda e a decorrente concentração da riqueza social.

Tantas transformações não passam despercebidas, para bem ou mal, pelos “indivíduos”. Bem ao contrário, amplas foram suas injunções sobre eles⁵⁵.

⁵⁵ A literatura é profícua em demonstrá-lo, ainda que ficticiamente, basta lembrarmos, dentre outros, da prosa de Euclides da Cunha, Graciliano Ramos e João Guimarães Rosa.

O estudo de Florestan Fernandes (2007) sobre o bororo letrado Tiago Marques Aipobureu é um bom exemplo de como as modificações experimentadas incidiam diretamente sobre sua estrutura de personalidade, neste caso, em plena implementação da chamada “Marcha para o Oeste”. Aqui, o “drama psicológico” de um índio que sofrera intenso contato com a “civilização”, inclusive morando na Europa, e que, por isso, estava situado entre duas culturas antagônicas, com diferentes “expectativas de comportamento”, transparece de maneira fidedigna os resultados de decisões e escolhas *aparentemente* distantes e desconexas: “os efeitos desastrosos da catequese e da assimilação dos índios” num contexto de expansão da fronteira econômica agrícola⁵⁶.

Neste e noutros casos podem ser nitidamente verificados, assim, essas decorrências sutis de macro-processos sobre as estruturas de sentimento (WILLIAMS, 2000, 1979), as formas de sociabilidade, os meandros e a reconfiguração dos conflitos sociais, as projeções de futuro, as percepções de si em relação ao contexto social mais amplo, dentre outros. São estes os parâmetros mais perceptíveis e avaliáveis das inadequações pessoais diante de contextos culturais e econômicos estranhos e hostis, do deslumbramento com a cidade grande e suas mercadorias, do desejo de ascensão social e das esperanças fortuitas em realizá-la a contento. Dimensões por vezes obscurecidas pela emergência da nova “sociedade de massas”, com sua homogeneização cultural avassaladora e seu ritmo de vida fugaz⁵⁷.

O golpe militar de 1964 continuará esse processo sob novo paradigma. Aguçam-se novamente os conflitos em torno da riqueza socialmente produzida, ecos da estrutura de classes que se consolida (FERNANDES, 2006;

⁵⁶ Para os melhores estudos sobre as frentes de expansão econômica da sociedade brasileira, cf. Martins (1991, 1996, 1997, 1998).

⁵⁷ Assim descrita por Novais e Cardoso de Mello (1998, p. 643-644): “Alguns valores substantivos, o do trabalho como fim em si mesmo, ou o da necessidade dos cuidados de si, ainda encontram amparo na industrialização acelerada, na mobilidade ascendente e até na modernização dos padrões de consumo. No entanto, outros valores modernos secularizados, como o da autonomia do indivíduo, o dos direitos do cidadão, o do desenvolvimento espiritual e o do acesso ao mundo da cultura, não encontram pontos de apoio para se desenvolver. Ao contrário, colidem com os valores utilitários difundidos pelos meios de comunicação de massas”.

OLIVEIRA, 2004; RIDENTI, 1993) e do modo de apropriação do excedente posto em prática, agora abertamente deflagrado por meio da força policial e da propaganda, bem como da participação de potências estrangeiras no novo movimento autoritário, consolidando-se, então, a referida via do desenvolvimento dependente (DOS SANTOS, 2000). Durante esse período de exceção, voltam à baila os limites de nossa cidadania, e, conseqüentemente, das seculares restrições impostas a vários indivíduos. O forte crescimento econômico do período não foi suficiente para escamotear as disparidades, pelo contrário, os subterrâneos que o garantiram apenas reforçaram a dinâmica histórica anterior: num só arco, intensificaram-se a exploração da força de trabalho e a concentração da renda nacional. De resto, viu-se o enorme crescimento da dívida pública interna e externa, num contexto de alta liquidez internacional, e outra vez o adiamento da intocável reforma agrária.

2.3 O padrão da restrição

Este processo histórico permite compreender as condicionantes estruturais que determinam uma *linha contínua* de precarização e restrição dos indivíduos no Brasil. Mesmo após a redemocratização, o vetor que separa “indivíduo” e “cidadão” prosseguirá moldando pensamentos, comportamentos, instituições e as leis do país⁵⁸. Tal é o resumo da formatação do *indivíduo restrito* entre nós: *essa conhecida figura humana de múltiplas faces, destituída de direitos e socialmente forjada e reproduzida a partir de uma concepção estrita de “cidadania”, que reconhece a questão social por sua enunciação legal, mas é incapaz de produzir efeitos que interfiram em seu quadro estrutural*. Por isso, a figura moderna do “cidadão”, em cuja órbita de significação estão presentes as peculiaridades principais do “Estado racionalizado” (“impressoalidade”, “igualdade perante a lei”, “garantia de direitos”, “interesse público”, “laicidade”, etc.), atua por aqui apenas como uma

⁵⁸ Mais detalhes em Bercovici (2010), Paoli (2007) e Teles (2010).

peça de retórica, uma imagem derrisória, ao menos quando confrontada com os meandros das biografias.

Assim sendo, da ausência de cidadania à cidadania regulada, ou seja, condicionada ao vínculo corporativista sob batuta estatal (SANTOS, 1979), até a cidadania formal dos tempos democráticos da Nova República, nunca efetivou-se sequer o abrandamento das restrições *impostas externamente a grande parte dos indivíduos*, apesar dos seguidos discursos de “inclusão dos excluídos”. O padrão de instituição e destituição de direitos no Brasil constituiu-se no fardo histórico que cria e recria as formas e graus dessas restrições a cada momento. E isso pode ser verificado tanto por via mais explícita, a visibilidade das distinções sociais e da penúria humana a cada instante, quanto por seus emaranhados encobertos pelos feitiços diversos da relação capital-trabalho (HARVEY, 1992; ANTUNES, 2003; DAL ROSSO, 2008). Esta relação ganha importância ainda maior recentemente, frente aos mecanismos atuais de precarização do trabalho, da intermitência dos contratos e da persistente superexploração da força de trabalho (MARINI, 1973) em vários setores, ou ainda diante das modalidades remanescentes de trabalho escravo (MARTINS, 1994).

Portanto, é a partir da compreensão dessa partição entre os conceitos de “indivíduo” e de “cidadão”, ou seja, daquilo que modula os eventos situados no espaço entre um indivíduo e outro, *locus* privilegiado da análise sociológica, que podemos entrever as novas modalidades dos discursos da cidadania restrita, as metamorfoses do nosso “enigma histórico”, para falar novamente como Raymundo Faoro (1976).

Estas restrições impostas aos indivíduos vão do plano material ao espiritual; da estimulação de desejos ao impedimento, ainda que parcial, de sua realização; das manipulações ideológicas ao bloqueio do acesso e da permanência no sistema de educação formal (um potencial antígeno); da responsabilização individual das tragédias humanas ao ocultamento da dimensão social de sua reprodução; das auto-imagens negativas às repetidas relações sociais de dependência e subalternidade que as reforçam; enfim, da

busca da satisfação pessoal ao seqüestro desta pelo consenso meritocrático. Todos estes são os exemplos mais apropriados do círculo da reificação permanente da questão social brasileira.

Vera Telles (2001) deslinda com precisão o que está em jogo quando se trata de explicar o porquê de tamanha quebra entre os inúmeros indivíduos: o “enigma da pobreza” engendra uma “matriz de incivilidade” nos laços de sociabilidade, definindo-se, a partir daí, o eixo de inteligibilidade das relações sociais, as quais, ademais, são preenchidas pela violência cotidiana difusa e por preconceitos diversos, cujos casos não cessam de multiplicarem-se país afora, como o atesta, por exemplo, a evolução dos números absolutos de homicídios no país (Gráfico 01). Ao redor disto, orbitarão todas as demais dificuldades:

incivilidade que se ancora num imaginário persistente que fixa a pobreza como marca da inferioridade, modo de ser que descredencia indivíduos para o exercício de seus direitos, já que percebidos numa diferença incomensurável, aquém das regras da equivalência que a formalidade da lei supõe e o exercício dos direitos deveria concretizar, do que é prova evidente a violência policial que declara publicamente que nem todos são iguais perante a lei e que os mais elementares direitos civis só valem para os que detêm os atributos de respeitabilidade, percebidos como monopólio das ‘classes superiores’, reservando às ‘classes baixas’ a imposição autoritária da ordem. O enigma da pobreza está inteiramente implicado no modo como direitos são negados na trama das relações sociais (p. 21).

O fator crucial é que a fímbria de pobres que corta todo o país sempre dificultou e toldou os subseqüentes “saltos modernizadores”, asseguradas naturalmente as inúmeras singularidades de cada momento. No próprio desenvolvimento da sociedade que resultou desse longo e controverso trajeto de diferenciação de seus membros, os percalços daí decorrentes foram sendo postos e repostos, analisados, mensurados e registrados, ora segundo uma disforme noção de “igualdade constitucional”, ora contornados pela projeção discursiva do presente num futuro duvidoso de “progresso”, “justiça social” ou

“distribuição do bolo”. Em ambos os casos, o efeito obtido foi sempre o mesmo: o relançamento das dúvidas como meio de corroborar as incertezas.

Dessa maneira, a noção de “restrição” aqui proposta, que implica necessariamente uma falta, um buraco, uma lacuna, uma incompletude, um “não realizar-se” perene, emerge como uma medida bastante eficaz para se estabelecer o que se passa no espaço, por vezes opaco, entre os inúmeros indivíduos, e, por essa via, garantir uma aproximação mais balizada das singularidades pessoais. O fosso entre as unidades sociais que se cavou no Brasil ao longo do tempo, segundo padrões diversos, sempre resultou em espanto demais e fórmulas que efetivamente o limitassem de menos. Tal constatação (e seus processos aqui elencados) tem fortes decorrências para a tarefa da objetivação do mundo social, repercutindo, nem sempre explicitamente, nas diversas *perspectivas sociológicas*.

Gráfico 01 - Evolução do Número de Homicídios no Brasil (1997-2007)

Fonte: SIM/SVS/MS (WAISELFISZ, 2010, p. 17)

Como visto no capítulo anterior, estas interações causais já vêm sendo incorporadas, em diversos modos, pelos estudos sobre “juventude”, compondo

um emaranhado de compreensões e análises com rarefeita comunicação interna, *principalmente por conta das diferentes opções metodológicas*. Por isso, adentraremos, a seguir, nessas searas, retomando *retrospectivamente* as pesquisas com jovens de classes populares de dois espaços sociais distintos por nós realizadas em Goiás no ano de 2005, como forma de apresentar uma rota alternativa para o problema das relações entre as ações individuais e as variáveis que aparentemente se descolam da vida cotidiana. Ao menos para sociedades fortemente marcadas pelas figuras mutantes da hierarquia social, como a brasileira, veremos que não são poucas as implicações dessa relação interdependente.

3 - Dois casos correlatos: uma pequena cidade e um bairro de periferia

O meu nome é Severino,
como não tenho outro de pia.
Como há muitos Severinos,
que é santo de romaria,
deram então de me chamar
Severino de Maria
como há muitos Severinos
com mães chamadas Maria,
fiquei sendo o da Maria
do finado Zacarias.

João Cabral de Melo Neto, *Morte e vida severina*.

A preocupação será, então, demonstrar os sucedâneos do que foi dito até aqui para o esboço de outras abordagens para o problema das “subjetividades”. Dessa forma, buscaremos entrever como algumas variáveis *socialmente estruturadas* também estão ancoradas na esfera cotidiana, interferindo, por essa razão, nas percepções pessoais e no processo permanente de constituição e modulação das estruturas de personalidade.

3.1 – A hipótese da interdependência

Muitas das questões que emergiram da pesquisa de mestrado realizada de janeiro a março de 2005 numa pequena cidade no oeste do estado de Goiás, a partir do depoimento de dez jovens de classes populares com idades entre 15 e 23 anos (NEVES, 2006), restaram inertes até o momento, como que à espera de um enquadramento analítico mais acabado e da ampliação do escopo de questões a ser agora considerado. Por isso, retomaremos seus elementos mais importantes para cotejar dois espaços sociais distintos (as relações e distinções existentes entre grandes e pequenos centros urbanos), interpelando-os pelas vicissitudes macro-econômicas e sociais, com conteúdo mais extensivo. Logo na seqüência, em abril e maio, realizamos outra pesquisa

num bairro da periferia de Goiânia, capital do estado, também a partir de entrevistas com dez jovens de classes populares, com idades entre 17 e 25 anos. Apesar das peculiaridades dos dois espaços sociais, os estudos de caso interpenetraram-se mutuamente, dados os problemas que nos movia.

Como corolário do que já se discutiu, essa aproximação entre grandes e pequenos centros urbanos se justifica por dois motivos. Primeiramente, porque as desigualdades econômicas regionais sempre foram objeto de intensas controvérsias e inúmeros desníveis no vasto território nacional (Tabelas 01 e 02), tendo-se sempre em vista a funcionalidade dessas discrepâncias para o sistema econômico como um todo, que, por conseqüência, segue beneficiando mormente os estados com maior pujança industrial, nas cidades maiores. Em segundo lugar (e como resultado do anterior), a relação de imbricação entre o mundo rural e o mundo urbano prossegue como fonte inesgotável de dificuldades diversas, convergindo, pois, para compor o quadro mais geral aqui pretendido.

Nos últimos anos, tais conexões ficaram ainda mais complexas. Tanto pela expansão do agronegócio quanto pela diversificação das matrizes produtivas de grandes *holdings* (que passaram a adquirir também vastas extensões de terra), ou ainda pelo peso pouco alterado das *commodities* na balança comercial do país (Tabela 03), torna-se novamente difícil a separação analítica entre o “sertão” e os grandes centros industriais, inclusive lançando questionamentos sobre a tradicional divisão da economia em “setores”. Não nos deteremos, todavia, nos detalhes dessas alterações, sendo apontadas apenas as modificações mais recentes, que seguem inviabilizando cada vez mais quaisquer considerações destituídas de contexto. Recusa-se, pois, uma perspectiva que isole a vida cotidiana de seus elementos macro-envolventes, independentizando artificialmente suas inúmeras feições particulares, ou seja, os intrincados e descontínuos dilemas, alegrias, dificuldades, sofrimentos, conquistas, adaptações, estratégias, silêncios, dissimulações e virtudes enraizados em cada biografia.

Tabela 01 - Participação (%) das unidades federativas no PIB brasileiro em 1995 e 2008

UF	1995 (a)	2008 (b)	Variação (b-a)	Mudanças no ranking
SP	37,3	33,1	-4,2	0
RJ	11,2	11,3	0,1	0
MG	8,6	9,3	0,7	0
RS	7,1	6,6	-0,5	0
PR	5,7	5,9	0,2	0
DF	4,4	3,9	-0,5	-2
BA	3,7	4,0	0,3	0
SC	3,4	4,1	0,6	2
PE	2,3	2,3	0,0	-1
GO	2,0	2,5	0,4	1
ES	2,0	2,3	0,3	0
CE	1,9	2,0	0,0	0
PA	1,6	1,9	0,4	0
AM	1,4	1,5	0,1	-1
MT	1,0	1,7	0,7	1
MS	0,9	1,1	0,2	-1
MA	0,9	1,3	0,4	1
PB	0,7	0,8	0,1	0
RN	0,7	0,8	0,1	0
AL	0,7	0,6	0,0	-1
SE	0,5	0,6	0,1	1
PI	0,5	0,6	0,0	-1
RO	0,4	0,6	0,1	1
TO	0,3	0,4	0,2	0
AP	0,2	0,2	0,0	0
AC	0,2	0,2	0,0	0
RR	0,1	0,2	0,0	0

Fonte: Ipea a partir de dados do IBGE (2010, p. 05).

Desse modo, a intenção era exatamente entrever, em cada um dos casos, a referida conexão entre as biografias particulares e o contexto sócio-econômico mais amplo em que estas se inseriam, a partir dos *traços significativos* das trajetórias pessoais registradas. Estes traços correspondem ao *conjunto identificável* de percepções, experiências, afetos, sentimentos, opiniões, sofrimentos ou êxitos pessoais comunicados, que remetia à esfera cotidiana mais imediata onde se vivia, vinculando-se, por isso, a uma ou mais variáveis concernentes à macro-dimensão da vida social⁵⁹. Isso permitiu-nos estabelecer, a partir das entrevistas e da convivência com os jovens, a alegada correlação entre as vidas singulares e os eventos estruturais nelas

⁵⁹ Rever a nota 26, sobre o conceito de “experiência” em Walter Benjamin, de onde partimos para tentar *operacionalizar*, outra vez, essa conexão entre os níveis micro (a vida cotidiana) e macro (os padrões sócio-econômicos que incidem sobre todos os indivíduos, embora de maneiras distintas entre eles) da vida social.

subentendidas, delineando-se, então, *um meio possível de corroboração da hipótese da interdependência*, que subjaz ao trabalho.

Tabela 02 - Participação (%) das macrorregiões no PIB nacional entre 1995 e 2008

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
CO	8,4	8,6	8,8	9,0	8,8	8,4	8,5	8,8	9,0	9,1	8,9	8,7	8,9	9,2
N	4,2	4,3	4,1	4,2	4,2	4,4	4,5	4,7	4,8	4,9	5,0	5,1	5,0	5,1
NE	12,0	12,5	12,5	12,4	12,4	12,4	12,6	13,0	12,8	12,7	13,1	13,1	13,1	13,1
S	16,2	16,2	16,1	16,2	16,4	16,5	16,7	16,9	17,7	17,4	16,6	16,3	16,6	16,6
SE	59,1	58,4	58,5	58,2	58,2	58,3	57,7	56,7	55,8	55,8	56,5	56,8	56,4	56,0

Fonte: Ipea a partir de dados do IBGE (2010, p. 06).

Tabela 03 - Principais produtos exportados pelo Brasil (janeiro-setembro/2010 - US\$ Milhões)

Produtos	Valor	Δ%	Part. %
1 – Minérios	20.627	91,7	14,2
2 – Petróleo e combustíveis	16.387	63,2	11,3
3 – Material de transporte	15.115	31,4	10,4
4 – Complexo soja	14.854	-5,1	10,3
5 – Carnes	9.915	19,1	6,8
6 – Químicos	9.870	27,7	6,8
7 – Açúcar e etanol	9.587	45,3	6,6
8 – Produtos metalúrgicos	8.931	9,9	6,2
9 – Máqs. e equipamentos	5.836	33,1	4,0
10 – Papel e celulose	4.965	38,9	3,4
11 – Café	3.774	23,9	2,6
12 – Equipamentos elétricos	3.544	-2,2	2,5
13 – Calçados e couro	2.642	33,2	1,8
14 – Fumo e sucedâneos	2.126	-10,1	1,5
15 – Metais e Pedras Preciosos	1.616	34,5	1,1

Fonte: SECEX/MDIC (2010, p. 19).

A escolha das pessoas, em ambos os espaços sociais, também se deu por meio desses traços significativos. Após conhecermos e registrarmos as características gerais de cada lugar (história – através de textos, documentos oficiais e relatos orais dos moradores mais antigos –, número de habitantes e outras estatísticas oficiais, as religiões presentes, visitas às escolas, conversas

com professores, líderes religiosos, políticos, policiais, delegados e presidente de associação de moradores), adentrarmos nas redes de relações sociais mais íntimas e, por fim, identificarmos razoavelmente seus grupos e os conflitos latentes entre eles (as duas últimas, sem dúvida, as tarefas mais difíceis), efetuávamos a escolha dentre os inúmeros jovens com quem havíamos convivido mais diretamente por algumas semanas, sempre *a partir dos atributos pessoais em consonância com os elementos mais gerais do contexto*.

Isso evidentemente não corresponde a “tipos”, mas a seres humanos específicos, cujas trajetórias de vida, a nosso juízo, transpareciam consideravelmente as características da população local em questão, sem quaisquer pretensões de generalização ou de desconsideração das inúmeras singularidades dos demais “indivíduos” de cada espaço social. Se, de um lado, estas escolhas possibilitaram a análise pretendida; de outro, ficam bem nítidos os limites das afirmações realizadas.

Nesse sentido, insistimos, não cabia a vinculação estrita a um dos pólos da relação indivíduo-sociedade, como nas matrizes holistas e individualistas de outrora, mas esboçar uma perspectiva que adotasse de antemão ambas as dimensões, inserindo-nos, pois, em alguns detalhes que demonstravam, como defendeu Norbert Elias em inúmeros trabalhos (1993, 1994, 1994a, 1995, 1997, 2000) – basicamente pelo referido conceito “balança nós-eu” –, a abrangente *interdependência* entre o “micro” e o “macro”, entre as injunções sociais e econômicas e o desenvolvimento pessoal, entre as transformações mais amplas em determinado contexto e as vidas singulares ali dispersas⁶⁰. Dessa forma, anulando-se tal dicotomia, como visto ainda relutante em segmentos da sociologia, enfatizar-se-iam certas nuances da *totalidade da vida social*. Por isso, interessavam-nos as disposições individuais em conexão mais estreita com a *família* e a *vizinhança* (aspectos desvelados pela noção de “cotidiano”), e interpretadas a partir de alguns acontecimentos e experiências significativamente lembrados e relatados pelos jovens nas entrevistas.

⁶⁰ “Interdependência” que, de resto, já vem sendo considerada há anos por outros autores, dentre os quais podemos citar Alexander (1987), Bourdieu (2000), Cicourel (1981) e Willis (1991).

Como se percebe de antemão, as informações aqui utilizadas possuem uma datação anterior, sendo, portanto, *circunscritas temporalmente*, ainda que tenham sido atualizadas em algumas ocasiões, por conta de rápidas visitas posteriores aos locais de pesquisa. Por essa razão, procederemos da mesma maneira quando revemos uma fotografia já envelhecida: considerando as circunstâncias em que foi tirada e confrontando-a privilegiadamente com o presente, através do olhar em retrospectiva. Nessa direção, tentaremos demonstrar, então, algumas armadilhas e virtudes implicados na utilização sistemática das opiniões pessoais como artefatos empíricos principais em determinadas pesquisas sociais, atentando para o problema dos condicionantes sociais da própria produção dos dados sociológicos, tal como foram as preocupações de Pierre Bourdieu (2000, 2001, 1993, p. 1.389-1.432).

Isso não implica desconsiderar que as circunstâncias e eventos sociais não sejam propriamente efêmeros ou, em chave contrária, imutáveis, mas estão inseridos na *dinâmica histórica do conjunto*, o que demarcará, em suas inúmeras particularidades, o grau das variações nas biografias e nas auto-imagens dos indivíduos. A vida cotidiana, em suas temporalidades diversas, foi a esfera na qual se pôde observar mais apropriadamente o desenrolar dessas trajetórias, as variantes de maior ou menor importância em cada caso, o pano de fundo das opiniões e relatos, as redes de interdependência (ELIAS e SCOTSON, 2000) e os conflitos sociais prementes. É certo que não poderíamos nos deter, pelo difícil acesso à interioridade dos agentes ou pela implacabilidade do tempo disponível para a pesquisa, nos inúmeros detalhes de cada biografia, por isso, *os traços significativos de cada uma delas atuarão também como balizas do recorte operado, como definidores do grau de significância das conclusões a que chegamos*.

3.2 Cidade pequena

Situada num pólo de mineração de diamantes interditado pela justiça devido a problemas ambientais, e tendo visto cerradas, por isso, as promessas de enriquecimento rápido, ou de preservação de uma fonte de renda promissora e estável, a pequena localidade circunscrevia-se a um dilema antigo entre nós: o desenvolvimento e diversificação de atividades produtivas em regiões interioranas, onde se contrastam, embora interagindo, elementos inovadores e outros de tez arcaizante, é condição suficiente para inverter a lógica concentracionista de nossa rede urbana, e, por conseguinte, ao menos abrandar, junto às “subjetividades”, os efeitos perversos do fechamento do acesso aos meios de reprodução da vida, para além da perpetuação daquilo que Antonio Candido (2001) chamou de “mínimos vitais”? Naturalmente, aqui e ali, o “arcaico” não se solidifica a ponto de fincar novas dualidades, mas adere-se às correntezas da história num movimento incessante, para repor, justapor, ou ainda, contrapor os meandros da dominação política e da manutenção dos privilégios de classe de outrora às “novidades”, sempre alvissareiras e incertas, que importunam permanentemente o *status quo*.

Outra vez, a alusão maior era o mundo urbano, o espaço *par excellence* das contradições sociais e econômicas da “modernidade”⁶¹, cujas ambigüidades ponteavam as imagens socialmente compartilhadas sobre as grandes cidades: “violentas, mas com emprego”, “bagunçadas e movimentadas, mas com inúmeras possibilidades de construir a vida”, “lugares onde há de tudo”, “onde há sempre algo novo para conhecer”, “onde as possibilidades são quase infinitas”, “onde corre dinheiro”, “onde a vida é mais fácil”, etc.

Para um país de grandes dimensões como o Brasil, essas dicotomias sempre renderam mais confusões do que esclarecimentos. Em seus piores

⁶¹ Sobre os efeitos de grandes transformações econômicas para a vida rural, bem como os devidos paralelos com a vida urbana, cf. Abramovay (2003), Candido (2001), D’Incao (1983), Fernandes (1960, p. 193-222), Martins (1973, 1975), Oliveira (1989), Veiga (2003), Williams (2000).

momentos serviram apenas para alavancar o anedotário nacional, através de figuras com forte teor pejorativo como o “jeca” e o “caipira”, ou açodiar o descrédito da vida no campo, em virtude desses efeitos simbólicos que instigam com recorrência a redenção econômica e social exclusivamente pela vida na cidade grande. O que não demonstram, todavia, são os conhecidos interesses aí presentes, seja quanto ao bloqueio do acesso à terra aos que nela trabalham, seja quanto às novas combinações dos “setores” da economia, cujo controle sempre significou a definição dos rumos coletivos do país, logo, desempenha influência importante sobre os desejos, sonhos e necessidades individualmente considerados.

Assim, o contraste com o mundo rural adjacente enunciava, no plano das percepções sociais, a *idéia de decadência socialmente compartilhada*, em vista exatamente das velhas e novas formas de organização e distribuição desses fatores de produção no país (CANO, 1981) e de sua funcionalidade global. Com efeito, as características observadas produziam essas dissonâncias junto aos indivíduos. No entanto, somente quando comparadas com outros contextos e colocadas em perspectiva é que se percebia a improcedência dessas continuadas dualidades observadas em diversos discursos durante a pesquisa na pequena cidade (bem como na capital). Tais percepções, como se verá adiante, correspondiam à regularidade no padrão dos percalços e obstáculos pessoais, sobretudo em torno do mundo do trabalho, ainda que consideradas a escala e a diversidade desses eventos nas metrópoles.

Por isso, naquele momento, a inserção na cidadezinha permitiu-nos entrever, a partir dos meandros da sociabilidade juvenil, uma abordagem na qual os eventos cotidianos das pessoas estivessem inscritos, direta ou indiretamente, no bojo dos temas e problemas, já discutidos, que prosseguem pautando nossos estudos mais atentos: as desigualdades regionais e as hesitações do nosso pacto federativo, a inarredável reforma agrária (Tabelas 04 e 05), os percalços da concentração de renda, o racismo, a violência interpessoal e suas motivações correlatas, o aparelhamento e a

instrumentalização das instituições públicas e as migrações internas, para ficarmos, talvez, nos mais discutidos.

Não intentávamos, todavia, a partir destes estudos de caso, esmiuçar as sutilezas internas a cada um desses temas, mas tão-somente jungir na análise os traços significativos das biografias de alguns jovens e suas possíveis correspondências com estes eventos mais gerais. Desta maneira, poderíamos indicar a gênese de alguns componentes da estrutura de personalidade, a partir da configuração sócio-econômica de um lugar relativamente distante de grandes centros urbanos, embora também imerso no turbilhão atual de novidades, estímulos, imagens, idéias e práticas – *inerentes ao mercado e propagados principalmente pela televisão* –, que permanecia ausente das referências de consumo mais imediato de parte significativa de seus habitantes.

E em termos sócio-econômicos, a pequena cidade caracterizava-se pela razoável distância de um grande centro urbano (ou seja, fora de seu eixo de influências e dependências mais imediatas), pequena variação no sistema produtivo (daí muitas dificuldades de incorporação e manutenção no mercado de trabalho), contigüidade do mundo rural (signo maior da obsolescência), presença de mecanismos mais diretos de controle social (disfarçados pela relação entre proteção social e dependência individual) e o desejo de migração para um grande centro urbano (sintoma predominante de negação do local e meio unívoco de viabilização dos “sonhos”, notavelmente para as novas gerações).

Basicamente, os que obtinham uma ocupação nos diminutos e fatigantes postos de trabalho locais, ou aqueles cujos vínculos familiares eram o sustentáculo primordial, conseguiam moldar uma projeção de futuro que consistisse na construção da vida na própria cidade. Somente a partir desse fundo mínimo de segurança que as ações individuais ganhavam maior clareza, engendrando, por vezes, uma auto-imagem positiva e um contraponto às feições da “decadência local”.

Tabela 04 - Evolução do Índice de Gini⁶² da Estrutura Fundiária, segundo as Unidades da Federação - 1985/2006

Unidades da Federação	Evolução do Índice de Gini		
	1985	1995	2006
Brasil	0,857	0,856	0,872
Rondônia	0,655	0,765	0,717
Acre	0,619	0,717	0,716
Amazonas	0,819	0,808	0,837
Roraima	0,751	0,813	0,664
Pará	0,827	0,814	0,822
Amapá	0,864	0,835	0,852
Tocantins	0,714	0,726	0,792
Maranhão	0,923	0,903	0,864
Piauí	0,896	0,873	0,855
Ceará	0,815	0,845	0,861
Rio Grande do Norte	0,853	0,852	0,824
Paraíba	0,842	0,834	0,822
Pernambuco	0,829	0,821	0,825
Alagoas	0,858	0,863	0,871
Sergipe	0,858	0,846	0,821
Bahia	0,84	0,834	0,840
Minas Gerais	0,77	0,772	0,795
Espírito Santo	0,671	0,689	0,734
Rio de Janeiro	0,815	0,79	0,798
São Paulo	0,77	0,758	0,804
Paraná	0,749	0,741	0,770
Santa Catarina	0,682	0,671	0,682
Rio Grande do Sul	0,763	0,762	0,773
Mato Grosso do Sul	0,86	0,822	0,856
Mato Grosso	0,909	0,87	0,865
Goiás	0,766	0,74	0,776
Distrito Federal	0,767	0,801	0,818

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1985/2006 (2009, p. 109).

Foram os casos de Cássio, Josiane e Patrícia⁶³. Como se observa no Quadro 01, o primeiro era vendedor ambulante, católico, filho de pais separados e já havia terminado o Ensino Médio. As demais trabalhavam e viviam com os pais e irmãos. Além disso, elas foram as únicas pessoas, dentre

⁶² Quanto mais próximo de 1 estiver o índice, maior a concentração fundiária.

⁶³ Todos os nomes das pessoas entrevistadas neste trabalho foram alterados para a garantia do anonimato.

os entrevistados, que concluíram o ensino superior posteriormente à pesquisa. Os três possuíam fortes laços familiares e religiosos. Com destaque, participavam das missas ou dos cultos semanais, bem como das organizações juvenis e das atividades por elas promovidas (acampamentos, viagens, encontros, retiros, festas). Também eram muito próximos e dedicados à família nuclear e extensa, o que fortalecia os laços afetivos com estas pessoas que os circundavam. Essa rede de proteção social, associada ao fato de terem um emprego, ou uma ocupação informal, propiciava-lhes uma percepção altamente positiva de si e do contexto em que viviam. Conheciam muitas pessoas, ainda que evitassem, nos casos de Cássio e Patrícia, os diversos eventos e atividades de lazer que ocorriam na praça central.

Tabela 05 - Área dos estabelecimentos rurais no Brasil, segundo o estrato de área - 1985/2006

Estrato de área	Área dos estabelecimentos rurais (ha)					
	1985	%	1995	%	2006	%
Menos de 10 ha	9.986.637	2,67	7.882.194	2,23	7.798.607	2,36
De 10 ha a menos de 100 há	69.565.161	18,55	62.693.585	17,73	62.893.091	19,06
De 100 ha a menos de 1.000 há	131.432.667	35,06	123.541.517	34,94	112.696.478	34,16
1.000 ha e mais	163.940.667	43,72	159.493.949	45,10	146.553.218	44,42
Total	374.924.421	100,0	353.611.246	100,0	329.941.393	100,0

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1985/2006 (2009, p. 107).

Apesar de estarem, de certo modo, “protegidos”, demonstravam-se insatisfeitos com a “falta de serviço” generalizada, que atingia amigos e familiares, e inseguros com a manutenção de seus próprios postos de trabalho. Além disso, a má remuneração era sempre lembrada, porém, seus efeitos eram tolerados, quando de sua comparação ligeira com os desempregados circunjacentes, por exemplo. Altamente integrados às exigências e expectativas sociais, eram considerados “exemplos a serem seguidos”, contrapontos morais a outros casos de maior inadaptação e desalento.

01.

(...) O que você acha que é bom aqui?

[Cássio] - Eu vou te explicar por que é bom morar aqui. É pelo fato de ser uma cidade tranqüila. Você pode dormir com as portas abertas que o cara não entra. É diferente da cidade grande que, se você deixar o portão aberto, rouba sua casa e se deixar leva você também. Então, tem essa tranqüilidade aqui, você deixa as coisas na porta de casa, e o povo não rouba, você pode sair a qualquer hora da noite e do dia que não tem perigo. Acho que é só isso, pelo fato de ser tranqüila, uma cidade calma.

E o lado negativo? O que tem de ruim?

[Cássio] - De negativo é o fato de não ter serviço, não ter oportunidade de serviço. Apesar de que eu tenho, né, graças a Deus! Deus está colocando serviço direto nas minhas mãos! O fato negativo é esse: de não ter oportunidade de trabalho pra todos.

02.

(...) porque é bom morar aqui?

[Josiane] - O clima eu gosto demais. Igual eu fui pra João Pessoa fiquei dezoito dias lá. Nossa! Eu não agüentava mais de vontade de vir embora! Porque aqui você tem os amigos, família, é diferente. É ruim demais! Com o passar do tempo você vai ficando sozinha, se sentindo cada vez pior. E aqui não, chegou aqui, você fica no meio de todo mundo, você está vendo. Acho que é por causa dos amigos...

E o que é negativo?

[Josiane] - Só o desemprego. A questão ruim é só essa: falta de emprego. Não tem indústrias, o prefeito nunca importou com isso, porque já teve muitas chances. As indústrias veio aqui, teve frigorífico que veio aqui, fez proposta, mas eles nunca aceitaram, as pedreiras [extração irregular de granito] foram fechadas. Então o que tinha de serviço acabou. Se aqui voltar o serviço de novo, a cidade não tem defeito.

E para os jovens tem algo ruim?

[Josiane] - Acho que é a falta de serviço, porque, não tendo serviço, muitos dos jovens começam a beber, a ficar em turminha, pode até fumar drogas, envolver com drogas, acho que é isso.

Suas trajetórias, comparativamente mais estáveis que as demais, engendravam um forte vínculo afetivo com a cidadezinha, o que era traduzido, por sua vez, em projeções positivas do futuro no próprio lugar em que sempre viveram (todos os três já conheciam grandes cidades), inclusive com maior participação e interferência nos jogos políticos locais. Isso não significava, entretanto, uma segurança absoluta e perpétua em relação ao tempo presente, como se depreende dos excertos acima, mas que conduziam suas ações e estratégias dentro de uma situação mais favorável, sempre em sintonia com as dificuldades adjacentes, que também os fustigavam em menor ou maior medida, atuando, assim, como marcas contínuas das incertezas objetivas.

Esses traços significativos comuns, por outro lado, não nulificam as especificidades das experiências individuais a nós relatadas (como a separação dos pais de Cássio, os casos de preconceitos raciais contra a família de Josiane, os exageros doutrinários da igreja de Patrícia, etc.). Apenas demonstram e enfatizam os eventos que *aproximam mais caracteristicamente* um dado número de pessoas (no caso, o fato de estarem trabalhando e pertencerem a famílias mais coesas e com rendas mensais nominais similares), diferenciando-se, pois, daqueles que mais propriamente os singularizam, os quais eram tematizados ou não, no momento da entrevista ou em conversas informais, em virtude do maior ou menor grau de exposição de suas intimidades para o pesquisador. Por isso, cabe advertir novamente que não se vislumbra aqui um detalhamento das biografias consideradas, o que, a despeito do ganho analítico, demandaria maiores esforços e cautelas. Nem tampouco pudemos apurar com satisfação, no momento das entrevistas, as marcas mais decisivas da primeira infância, as múltiplas influências culturais ou a descrição pormenorizada de eventos específicos vivenciados por cada indivíduo, difíceis de serem *comunicados*. Todos estes são eventos importantíssimos, ainda que mais afeitos à Psicanálise e à Psicologia, ao

menos no que concerne ao acesso a essa interioridade dos agentes. Mesmo que possuam importância não desprezível, tal nível de detalhamento certamente inviabilizaria o trabalho, dadas as condições de sua realização naquele momento. Por outro lado, se diminuíssemos os casos analisados, para porventura permitir pouco mais esse detalhamento, não haveria uma base de comparação capaz de evidenciar minimamente as singularidades dos espaços sociais em questão, a outra ponta das nossas investigações.

Não obstante esses limites, pensamos que as variações individuais aqui discutidas podem contribuir para a elucidação do problema dos determinantes da ação e das feições das estruturas de personalidade, definidas e redefinidas ao longo de cada trajetória, *desde que* não se proceda ao seu isolamento do contexto mais imediato e da configuração externa, não raras vezes considerada como “algo distante”, ou de somenos importância. Tal perspectiva impõe, portanto, a *comparação permanente* entre os inúmeros indivíduos de um dado espaço social, precipuamente pelos seus perfis sócio-econômicos, mas também pelos acontecimentos cotidianos menos evidentes, como o acesso e a participação de cada um deles nas diversas instituições sociais, as conquistas e os reveses a cada estágio da vida, os desejos e as vontades pessoais, o teor de suas considerações e opiniões, enfim, *as inúmeras marcas que os singularizam em contraposição constante com o contexto que os aglutinam.*

Nessa interação social intrincada que se abriu diante de nós no momento da pesquisa, o mundo do trabalho, para as trajetórias de vida consideradas, figurava-se como dimensão central de articulação das estratégias de ação e de fruição do imaginário de decadência local, sempre aferidos pelos diferentes níveis de acesso ao consumo, ou por uma vaga idéia de “bem-estar” e de ascensão social. Bem mais que as possibilidades de acesso aos bens culturais, de modificação da estrutura agrária, ou de participação direta nas contendas políticas, era a dinâmica do mercado de trabalho que incitava as maiores preocupações, ainda que alguns tivessem consciência de suas correlações. Não que não desejassem uma educação pública e um sistema de saúde de qualidade, mas que, passados os poucos anos de suas vidas e considerados

os relatos dos mais velhos, não vislumbravam possibilidades de melhora para a situação de estagnação econômica e de concentração de renda na pequena cidade.

Enfatizavam-se, pois, as inúmeras dificuldades de obtenção e manutenção de um emprego e a decorrente migração para um centro econômico mais dinâmico. Isso só é compreensível se se considera o contexto de fechamento severo das possibilidades de reprodução material da vida, a partir da qual emergiam as demais necessidades. As inúmeras modulações desse fechamento implacável, como a sensação de alívio momentâneo nos três casos individuais anteriores, no entanto, não anulavam as dificuldades descritas, pelo contrário, apenas evidenciavam o caráter estrutural de suas causas mais profundas ou indiretas, como é o caso da lógica da distribuição dos investimentos públicos e privados pelo território nacional, por exemplo.

Para os demais jovens, a ausência de trabalho, a pouca variação “no que há pra se fazer” e as decepções mais disseminadas com o futuro eram os prenúncios de uma auto-imagem negativa, um auto-desligamento do exterior, *embora não absoluto ou irreversível*. Em diversos casos, tratava-se de uma visão altamente negativa de si, cujas implicações mais perceptíveis perpassavam, dentre outros indicadores, o senso de inferioridade, a negação de si como “alguém” na sociedade, o desânimo quanto à viabilização de uma vida melhor, a incapacidade de adaptação às normas instituídas, isolamento social e uma generalizada imobilidade política, entendida como uma disposição coletiva e razoavelmente homogênea de interferir em tais incertezas.

Ao menos para os demais jovens entrevistados, eram esses os traços biográficos mais recorrentes. As experiências de Angélica, Cristiane, Cecília e Mateus demonstravam bem essas características mais negativas, sempre em consonância com a regularidade dos diversos problemas sociais e econômicos.

03.

E o que você sonha pra sua vida?

[Angélica] – Ah... Do jeito que está, pelo que eu estou passando, acho que não dá nem pra sonhar... [emociona-se]. Eu não sonho com nada mais, eu deixo ir levando até ver onde é que vai parar... Se você ficar sonhando com alguma coisa... Eu já sonhei demais...

04.

O que você acha que ainda falta pra uma vida melhor?

[Mateus] – Ah, eu pretendo terminar meus estudos pra fazer um curso. Porque eu sempre tive vontade de ir pro Exército, estudar, ir pro Exército, ficar lá no Exército e sair pra fazer um curso pra Polícia Federal. Uma coisa que eu sempre tive vontade é ser policial algum dia. É uma coisa que eu vou conseguir na minha vida um dia é ser um policial.

E o que você sonha, o que você espera pra sua vida, além disso?

[Mateus] – Pretendo terminar meus estudos, formar uma família. Eu quero ter uma família. Não por agora, porque as condições não ajudam, mas um dia, se Deus quiser, eu ainda vou ter uma família. Porque um homem pra ter alguma coisa na vida tem que ter uma família, pra construir alguma coisa. Você tem a mulher que pode ajudar você em tudo que você precisar, apóia você nas coisas certas e erradas, está pra o que der e vier junto de você. Você sozinho qualquer tanto que você pega, só gasta, não segura; agora, você tendo uma família não, você fala “olha, vai ter que comprar um óleo, o leite da criança”.

O grau de insatisfação consigo próprio seguia lógicas diversas, sem um padrão explicativo unitário. Ainda que parcialmente cindida por uma conquista pessoal ou outra, a seqüência de irresoluções materiais, associada a outros eventos mais específicos das trajetórias pessoais, conformava *situações dilemáticas diversas*, cuja opacidade (porque atinente à interioridade) era

desfeita apenas pelas marcas de sofrimento mais perceptíveis, *comunicadas* ao pesquisador.

Nesse contexto, é comum que sigam levando a vida “até ver onde é que vai parar”, como destacou Angélica. Naquele momento, ela mantinha-se afastada dos pais, vivendo com os avós maternos numa residência simples. Além de estar desempregada, algumas de suas práticas cotidianas, essencialmente aquelas relacionadas ao namoro e à sexualidade, não correspondiam às expectativas morais de sua família e vizinhos. Havia casado aos catorze anos, separou-se em seguida e, desde então, começou a relacionar-se amorosamente com diferentes rapazes. Por isso, era freqüentemente alvo das redes de fofocas depreciativas que a consternavam e restringiam suas possibilidades de interação social, num lugar em que todos se conheciam.

Esse controle social mais intenso, típico desses espaços sociais interioranos, provocava fortes reações da parte de Angélica, traduzidas em inúmeras brigas na praça central (relatadas por diversas pessoas) e discussões com familiares. Recusava-se a corresponder àquelas expectativas, mas ao mesmo tempo dependia dos avós para o próprio sustento, o que, se comparado com o trio anterior, por exemplo, só atesta as variadas modulações dos mecanismos de inculcação das normas, valores e costumes socialmente aceitos sobre os indivíduos. Esse desajustamento por ela então vivenciado repercutia nitidamente em seu estado psicológico, engendrando um estado de desespero e sofrimento pessoais mais intensos. Nessa situação dilemática, somente a partida para a capital, Goiânia, poderia lançar novas oportunidades, como acreditava Angélica e como de fato ocorreu anos depois.

Da mesma forma, para Cecília e Cristiane, apenas a mudança para um grande centro urbano apontava rumos pertinentes para a reconstrução de suas trajetórias de vida. Na verdade, o prelúdio de outras “tentativas”, pois ambas já haviam morado por breve período na capital... Tal como Angélica, estavam desempregadas, relataram muitas situações de violência praticadas contra elas em relacionamentos amorosos anteriores e possuíam inúmeros problemas de

convivência com a família. A diferença estava no grau de escolaridade, nas experiências profissionais e nas práticas culturais de Cecília, como se depreende novamente dos Quadros 01 e 02. Diferenças que certamente seriam levadas em conta num contexto de maior competição e demandas técnicas, como é o caso de um grande centro urbano. Ora, a própria repetição de alguns desses traços biográficos mais significativos aponta para regularidades que, para além das efetivas e singulares incidências sobre cada uma delas, não poderiam ser apreendidas sem suas tramas menos evidentes: o papel das religiões, a renitência da cultura machista e sua estreita ligação com o formato das famílias, as vivências explícitas e camufladas da sexualidade, etc.

O mesmo pode ser dito de Mateus. Suas expectativas e sonhos descritos não correspondiam à situação de desemprego, ainda que momentâneo, já que, nos meses anteriores, havia trabalhado em fazendas, como garçom e na construção civil, tendo relativamente, por isso, maiores possibilidades de reinserção no mercado de trabalho que os demais. Mesmo assim, estava insistentemente à procura de um “trabalho fichado”, ou seja, um emprego, como meio exclusivo de conferir feições mais realistas a seus sonhos, dado que, naquele momento, “as condições não ajudavam”.

No entanto, esse desânimo com o fato de “estar parado”, como também afirmou, não se confundia com um estado de depressão ou apatia, pois adorava as festas na danceteria e as noites de longas conversas com os amigos na praça ou na ponte, onde inclusive havia sido abordado pela polícia e conduzido ao Conselho Tutelar, por conta de uma festa que lá se realizava. Incertezas e inseguranças não se confundem com um estado contínuo de melancolia, ou algo que o valha. Frente a essas ameaças de desligamento mais radical do corpo social, os indivíduos sempre desenvolvem estratégias e meios de, ao menos temporariamente, escapar dessas contingências, por mais duras que sejam (BOURDIEU, 1980, 1993).

No caso de Mateus, aos dezenove anos, dentre as experiências mais significativas por ele relatadas, afirmou que já havia brigado com o pai por

conta de agressões à mãe, vivido maritalmente com uma mulher mais velha, morado na capital para trabalhar e lá concluído o ensino fundamental, depois de seguidas reprovações. Como se percebe, não se trata de “automatismos”, ou de “ações mecânicas” em vista de sua condição social, mas, pelo contrário, de respostas razoavelmente ponderadas aos acontecimentos mais, ou menos, fortuitos da vida e do intenso enfrentamento cotidiano das adversidades e restrições, *cuja regularidade e persistência lhe são exteriores*. Apesar de gostar da cidadezinha e de estar perto da mãe e dos amigos, já havia a convicção, de sua parte, de que deveria deixar a cidade e mudar-se novamente para a capital, aguardando apenas o momento mais oportuno, o que ocorreu três anos depois.

Certo, das pessoas entrevistadas, seis estavam desempregadas. Mesmo assim, todas elas desenvolviam intermitentemente pequenos trabalhos remunerados, como nos períodos de colheita nas fazendas, limpeza de lotes baldios, tarefas domésticas, serviços de manicure, venda de quitandas, etc. Entretanto, as percepções sobre esses fatos variavam conforme as singularidades de cada indivíduo. Por exemplo, no grupo de Pedro, amplamente conhecido pelo uso de drogas, conflitos com a Polícia Militar e o Conselho Tutelar, era comum a justificação das atitudes contraventoras pelo viés da independência material, ou seja, da busca da autonomia pessoal por meio da inserção no mundo do trabalho. O fato de alguns dentre eles trabalharem tornava-se, assim, um elemento moralmente autorizador, por exemplo, do uso de entorpecentes, reivindicando-se indiretamente uma tolerância local para essas práticas.

Como se percebe logo adiante, Pedro faz inúmeras menções aos empregos dos colegas em sua argumentação para o entrevistador. Ele, todavia, com quinze anos de idade, era um dos que não trabalhava e o que possuía o maior número de processos judiciais. Era ainda a quem os policiais mais perseguiram e observavam e o que mais se envolvia em conflitos com os demais adultos, como sugere o “dossiê Pedro”, do Conselho Tutelar:

que o menor Pedro, é usuário de drogas e por ser dependente de drogas, o mesmo começou a praticar pequenos furtos para sustentar seu vício, porém este menor está se tornando perigoso, tendo em vista que o mesmo vem ameaçando as pessoas, inclusive sua própria mãe. Que o menor diz para suas vítimas que ele é menor e por isso não pode ficar preso. Que as vítimas do menor se diz intimidadas em denunciá-lo, pois as mesmas alegam que o menor não fica preso; sendo que Pedro já procurou intimidar até um dos próprios conselheiros. Diante das possibilidades de perigo que o menor representava e representa a esta comunidade, o Conselho Tutelar comunica o caso ao Ministério Público e pede providências.

05.

O que vocês [ele e os amigos] mais fazem quando estão juntos?

[Pedro] – (...) altas festas, sai nos finais de semana, a gente curte, fuma uns baseados [cigarros de maconha], bebe uma cerveja. De boa, curte na moral, tá ligado? De vez em quando alguns colegas meus fazem uma festa e convida a gente, a gente vai lá, curte, depois sai todo mundo doidão pra rua e tal.

De onde vem a grana pra comprar todas essas coisas?

[Pedro] – Ah, vai mais do rala [trabalho], né. Alguns colegas meus que trabalham, dá duro pra chegar o final de semana, sair e curtir uma cerveja e curtir um baseado de boa, sabe? Muita gente aqui na cidade.... Aqui é difícil de serviço, muito difícil. Pelo lado, assim, às vezes, ainda tem gente que sai pra rua quebrado, sem nenhum real pra entrar lá dentro [da danceteria], e nenhum dinheiro pra fazer nada, pra tomar uma cerveja ou alguma coisa assim.

(...) Você falou que muitos dos seus amigos trabalham. Mesmo assim, já falaram mal de vocês?

[Pedro] – A gente ouve por aqui. Muitas vezes, para as pessoas que trabalham, falam “olha lá o cara é vagabundo, passa o dia inteiro na rua, não faz nada”. Mas tem que ver pelo lado do serviço também, que essa cidade não gera emprego, não gera serviço. Pra você achar um emprego aqui é uma vez no mês. Muita gente fala que tem

muito serviço aqui, que é só procurar que acha, e isso e aquilo; mas a cidade é sem serviço mesmo. Muita gente que fala aí...

E o outro lado? E as pessoas, dentre vocês, que trabalham?

[Pedro] – Não, tipo assim, cidade pequena as pessoas não vêem esse lado, vêem mais pelo lado do preconceito, “olha lá o cara tá usando droga” e é vagabundo, e é aquilo e aquilo. Mas não vêem pelo lado que o cara ralou pra conseguir aquilo, sabe? Que ele tá usando aquilo ali numa boa. Que aquilo ali tá sendo suado, não tá sendo roubado.

Poderíamos dizer que Pedro exaltava os colegas trabalhadores por ser o mais novo do grupo, ou por conhecer os valores sociais predominantes, ou mesmo por pura esperteza, frente às desconfianças gerais que o acossavam. No entanto, preferimos interpretar essa “exaltação do trabalho”, essas novas figurações do *ethos do trabalho*, como sua auto-projeção diante de um futuro duvidoso: “trabalhar” é uma atividade socialmente esperada e desejada, o que divergia, porém, dos recorrentes adjetivos a ele atribuídos de, como disse um adulto, “ser perigoso” e de “não ser flor que se cheire”, obstáculos decisivos de eventuais oportunidades. Assim, ele poderia estar, ao mesmo tempo, buscando um modo de abrandar suas contravenções, que o inferiorizavam, e projetando um modelo ideal para si mesmo, o que, por sua vez, excluiria necessariamente o arquétipo do “vagabundo drogado”, e incorporaria, noutro extremo, os atributos sociais de respeitabilidade da religião da mãe, que era evangélica.

Para a primeira opção, talvez ele tenha até se saído bem, mas, para a segunda, ele próprio reconhece a dificuldade: “muita gente fala que tem muito serviço aqui, que é só procurar que acha, e isso e aquilo; mas a cidade é sem serviço mesmo”, voltando, por assim dizer, à estaca zero de sua projeção no futuro. Nesse momento, ele parece entregar os pontos e reconhecer que a tarefa de inverter as opiniões negativas a respeito dele, pela via do trabalho assalariado e da autonomia pessoal, era bem mais difícil do que perceber a variante simbólica aí envolvida: deve-se trabalhar e estar legalmente protegido,

mas não é “obrigatória” a disponibilidade de emprego, quem dirá um “bom” emprego.

Também Zé Paulo, um dos membros do grupo de Pedro que trabalhava, identificou bem as contradições sociais em que estavam imersos. Tendo vivido e trabalhado nalgumas fazendas da região, ele identificava com perspicácia o distanciamento simbólico e material *entre* as pessoas da cidade, e as decorrências disso para as vidas singulares. Naquele momento, trabalhava na prefeitura, em serviços braçais, e possuía fortes vínculos com a cidade, conhecendo muitas de suas histórias, personagens e lugares.

O parâmetro fundamental para se compreender aquela localidade, por ele descrito na entrevista, era a propriedade de largas porções de terra por parte de algumas famílias e seu significado no que tange aos laços de sociabilidade, às marcas de distinção social e às modalidades de discriminação aí embutidas, ao clientelismo mais retrógrado (a distribuição de leite *in natura* pelo fazendeiro cuja família dominava politicamente a região), enfim, aos vínculos subjacentes entre a estrutura produtiva local e os exemplos vividos e experimentados pelos moradores.

06.

(....) Como você vê as diferenças entre as pessoas que têm mais e as que têm menos aqui?

[Zé Paulo] – Os que têm, eles não abrem mão de jeito nenhum, o correr do dinheiro aqui é pouco; acontece que falta serviço e a gente reclama. Que nem meu pai tem uma herança aí pra receber da minha avó, mas só que essa herança tá no juiz já faz mais de três anos (...), e eles tão só esperando sair esse trem lá pra nós comprar ao menos uns cinco alqueires [cada alqueire corresponde a 4,84 hectares] de terra pra nós morar. Porque quem tem cinco alqueires de terra aqui vive bem demais, cinco alqueires!

Se uma família vive bem com cinco alqueires, o que você acha daquelas famílias que têm bem mais do que isso?

[Zé Paulo] – Daí já é a desigualdade... É a desigualdade, eles já têm aquele tanto... Talvez tenha começado com pouca coisa, mas eles já têm muito e não abrem mão daquilo. Daí já vem o caso do INCRA, dos sem-terra, por causa dessas pessoas que têm muita terra, porque tem muito sem-terra! Tem o Roberto aqui que a terra dele começa na beira da cidade aqui e vai até uns vinte quilômetros pra baixo aí, só beira rio e estrada aí... Antigamente, todo dia você via fila de menino, com litro [garrafa] de dois litros buscando leite lá [na referida fazenda], era muito mesmo. Iam lá só pra buscar leite mesmo, tinha uns que ia, ajudava a tirar leite e vinha, aquela fila, dez, quinze, vinte meninos com a garrafinha de dois litros descartável cheinha de leite. Porque ele dava o leite, não importava o tanto que fosse, podia chegar lá e pegar à vontade, podia ser adulto, novo, sempre os adultos que iam ajudava tirar o leite.

E o que você ache dele?

[Zé Paulo] – Ele é muito [ênfase] bom... Agora hoje não tem como porque os recursos ficou meio caro, que nem, ele já cedeu a terra dele pra plantação de soja, a maioria ele arrendou pra plantação de soja, só que tem muita terra com gado ainda, mas só que é só gado de engorda, boi pra venda, não dá serviço mais.

Você acha que o acesso à terra seria uma solução para os problemas daqui?

[Zé Paulo] – Acho. Dá pra você viver muito bem dentro de cinco alqueires, porque você pode criar um porco, uma galinha. Porque a coisa mais cara aqui é a comida, o custo de vida daqui é caro, eu acho caro, porque com um salário você passa bem fraco aqui dentro, aqui a coisa é feia (...).

E você convive com os fazendeiros daqui?

[Zé Paulo] – Não, eu não sou muito de ficar no meio deles não, eu gosto mais de ficar com minha igualdade, com meu nível de idade, essas coisas... Converso com meus colegas já de idade, que nem, eu tenho colegas de serviço que já são bem de idade mesmo, eu converso, passo pela rua, eu cumprimento, mas na hora de você farrear... esse negócio de você ficar assim no meio de semana, final de semana tudo bem, você vem, senta ali, fica trocando uma idéia, mas passou daí você vai viver sua vida junto com os colegas da sua cidade, do seu mesmo nível. Meus colegas tudinho é pobre, que nem eu mesmo, eu não sou rico, eu sou pobre, eu falo mesmo... Eu trato todo mundo igual, eu não discrimino ninguém, não é porque eu tenho dinheiro e tem o outro ali que não tem que eu vou discriminar não. Se uma pessoa que tiver dinheiro discriminar um colega meu que não tem, eu acho ruim, eu apelo, aí nossa senhora!

Você já passou por esse tipo de discriminação?

[Zé Paulo] – Já, é chato... (...).

E aqui, você já presenciou situações semelhantes?

[Zé Paulo] – Já, muitas vezes... Até amigo meu, de largar nossa turminha, que é uma turma fraca de situação, amigo nosso mesmo larga nós pra ir ficar com quem vem de fora...

A rotina dos conflitos, subentendida na fala de Zé Paulo, transparece de maneira sutil a injunção de se colocar em perspectiva os inúmeros indivíduos da cidadezinha, como uma via que confere maior densidade analítica do que a reclusão nos “sentidos” e nas trajetórias das unidades sociais *stricto sensu*. Ao deslindar, então, no seu jeito, as estruturas de poder locais, Zé Paulo proporciona visibilidade aos meandros das velhas hierarquias sociais, como visto anteriormente, lançando luzes sobre fatos aparentemente desconexos e irrelevantes, por exemplo, o predomínio de algumas mulheres de fazendeiros nas principais atribuições das igrejas, bem como a ausência de seus filhos mais jovens da cidade, já que estudavam em escolas e universidades distantes, retornando, entretanto, no período de férias, como únicos portadores das “novidades” adquiridas na “capital”, que atraem e encantam a todos, inclusive um dos amigos de Zé Paulo, que os “abandonara” para aproveitar, por efêmera que fosse, a presença de “quem vem de fora”.

Nada disso passava despercebido pelas pessoas, como observávamos nas piadas, ironias, causos e lendas a nós relatados, embora poucos se dispusessem a falar sobre essas nuances, num silêncio típico de sociedades extremamente violentas. Zé Paulo lembrou também dos trabalhadores rurais sem-terra, cuja presença nas cercanias demarcava o contraponto político, com forte repercussão social, uma vez que os acampamentos eram compostos, na sua maioria, por famílias provenientes da própria cidadezinha.

Era o caso de Diogo e sua família, que, no momento da entrevista, demonstrara profunda tristeza e desânimo com as promessas de

desapropriação de uma fazenda improdutiva nos arredores da cidadezinha. Disse à época que lutavam há oito anos pelo acesso aos lotes de terra.

07.

(...) Que qualidades existem numa cidade grande?

[Diogo] – Experiência, você obtém muita experiência. Você adquire muito conhecimento, lá tem um estudo melhor. A maioria dos jovens pensa no estudo, falam em construir um futuro. Muita gente sai do interior, da roça, geralmente da roça, vai pra lá pensando “nossa, lá é uma fantasia!”, chego lá, eu vou trabalhar, eu vou construir, eu vou comprar um carro, vou comprar uma moto, mas geralmente não acontece isso, entendeu? O cara vai pra lá, ele vai ralar [trabalhar duro] lá, tem vez que nem serviço não arruma, vai mendigar na rua. E na roça não, na roça, como você tá hoje aqui, tá parado, surge um servicinho ali você vai e faz, você planta um feijão você colhe, planta um arroz você colhe, porque geralmente você não passa fome na roça. Na cidade grande geralmente a maioria das pessoas passa fome.

E numa cidade pequena é diferente?

[Diogo] – É difícil, cara, geralmente o emprego que tem é da pecuária e da prefeitura, o único que tava tendo era a extração de granito, fechou (...).

Considerando a sua presença no meio de trabalhadores rurais sem-terra, você acha que, pelo menos aqui, há uma relação entre o desemprego e a falta de terra para as pessoas trabalharem?

[Diogo] – Eu acho, certeza. Você vê, a maioria dos fazendeiros aí tem um... Pra começar, um índice muito grande de latifundiários. Eu tava vendo uma entrevista, setenta por cento da produção dos brasileiros é da agricultura familiar. Os latifundiários não põem trinta por cento na mesa dos brasileiros, setenta por cento é da agricultura familiar. É onde eu acho que você tem que ver isso aí... Agora você vê, os latifundiários estão bravos com o governo federal porque você viu aquela questão do Lula apoiar o pequeno agricultor. Ele tá apoiando geral e os latifundiários estão uma fera com ele sobre isso aí. Você vê aquela questão na Amazônia, aquela freira. Você vê, ela tava lutando pelos agricultores familiares, ali ela tava numa luta. O que aconteceu? Os latifundiários, os grileiros chegaram e mandaram matar a coitada lá. Acontece isso aí...

A distribuição de terras pode contribuir para uma vida melhor nas cidades pequenas?

[Diogo] – Moço! Eu acho que sim, porque você vê, uma pequena propriedade se tiver aí, lá você vai produzir de tudo, você não vai ter serviço só para a sua família, você não vai dar conta do serviço todo, sempre você vai ter que empregar um ou dois pra te ajudar, entendeu? Aí é onde vem gerar muito emprego, dinheiro. Um assentamento numa região, eu te falo, uma cidade cresce bastante, porque você vê: os comércios vão lucrar, a população também vai ganhar. Eu acho isso aí, todos vão ganhar com um assentamento. Eu acho que se um prefeito não apoiar um assentamento na sua região é porque ele não quer nada pra região mesmo não, cara.

(...)

(...) *As pessoas daqui têm um vínculo muito grande com a terra, não é mesmo?*

[Diogo] – Aqui, essas pessoas nascidas aqui, você pode fazer uma pesquisa, a pessoa que não é filha de um agricultor, ou ele tem um avô, tem uma avó, ele tem algum vínculo com a terra. Não só aqui, no Brasil todo você pode fazer esse levantamento, sempre tem algum parente que é ligado à terra. Aqui mesmo são três acampamentos, mas aqui tem muita terra irregular, tem terra devoluta aí, tem fazendeiro que tem trezentos hectares em documento, no registro; mas na real ele tem seiscentos, setecentos hectares aí.

E como eles conseguiram isso?

[Diogo] – Rapaz, aqui aconteceu o caso do meu avô, do meu pai. Assim, o cara chegar assim e tomar, mostrar um documento falso e pôr os caras pra vazar.

E seu pai já falou de mortes e ameaças?

[Diogo] – Fala, já teve muitas ameaças. O latifundiário chegar aí e falar “olha, essa terra aqui é minha, se por acaso você não vazar em tantas horas, se eu voltar aqui e você estiver aqui eu vou matar você, filho, família e tudo, eu não quero saber de vocês aqui não”. Aí aqueles agricultores, aqueles caras simples, não conhece nada, não tem leitura, o cara vem com um documento na mão, eles falam “é, o cara é dono daqui mesmo”. Ele pega e sai. Grilar a terra, o cara chega na terra devoluta e fala “essa terra aí é minha”, ele já chega e joga um tanto de pistoleiro lá dentro, quem vai entrar lá dentro? Os caras simples, não tem leitura nem nada. Aí eles abandonam a terra, os fazendeiros vão tomando conta, compra terra sem documento, aí vai ficando.

(...)

O que anima a luta, a persistência de vocês aqui?

[Diogo] – Pra falar a verdade pra você o acampamento aqui vive de ilusão. Quando nós começou aqui era uma proposta da terra sair com três meses. Aí o pessoal “três meses! Vamos acampar!”. Aí todo mundo acampou (...). Todo mundo acampou com uma ilusão, entendeu? Aí em três meses a terra não saiu... Um ano, “daqui um ano sai”, como nós teve um problema com uma terra ali do outro lado do rio, que ela deu improdutivo, aí depois o INCRA veio e ela deu produtiva, deu dois laudos de improdutivo, depois ela veio como produtiva. Aí o pessoal fala “nossa, aquela fazenda ali podia ter saído pra nós”. Aí o cara vai vivendo mais de ilusão, aí passa um ano, dois anos, “a terra tá saindo!”, aí loguinho o INCRA arruma um problema, fala “nossa, aquela terra deu problema, o fazendeiro tá bravo demais”. Aí o pessoal fala “nossa, perdemos mais uma fazenda”, aí, assim, o pessoal vai vivendo de ilusão, “ah, semana que entra a terra sai”, como meu pai te disse ali, o decreto dessas terras era pra ser assinado, o cara fica animado “nossa, o decreto já vai sair”, mas até agora não saiu nada. O pessoal fica mais na ilusão, “as terras estão perto de sair, eu não vou sair [do acampamento] não”. Dos mais velhos, pra falar a verdade tem umas quinze pessoas, de quarenta e cinco pessoas; tem onze pessoas dos mais velhos, agora nós estamos em trinta famílias. Diminuiu bastante, vai desanimando... a ilusão é muita, o pessoal vai vivendo mais é de ilusão, o pessoal [fala] “nossa, a terra ta saindo!”, “nossa, um assentamento lá não sei onde, o nosso tá próximo!”, o pessoal vai vivendo só de ilusão em ilusão.

A fala politicamente orientada de Diogo transparece com fidedignidade várias das questões concernentes à vida no campo ou em pequenas cidades. Constata-se, a partir desses relatos de conflitos e laços de clientelismo entre proprietários rurais, moradores e camponeses sem-terra, que nesses pequenos aglomerados, distantes de grandes centros urbanos e sem um desenvolvimento mais acentuado da estrutura produtiva local, o sustento das famílias segue dependendo significativamente do trabalho no campo. Por isso, o acesso à terra permanece como fonte infindável de conflitos.

Diogo, em sua entrevista, não fez senão apresentar o ponto de vista de um dos lados dessas contendidas. Ainda assim, sobressaem-se dali, outra vez, as imposições materiais da vida, ou seja, essencialmente, os efeitos das novas modalidades de inserção no mundo produtivo, que ressoam por todos os cantos, sobre as formas de sociabilidade e, conseqüentemente, sobre as “disposições para pensar, agir e sentir”, o *habitus* dos indivíduos. Para os jovens isso é decisivo, pois, com exceção dos postos de trabalho na prefeitura, que indica o peso dos cargos públicos em pequenos municípios (Tabela 06), comparativamente às demais cidades, das aposentadorias e da pequena renda auferida com programas oficiais de transferência de recursos para as famílias extremamente pobres, não resta outra alternativa senão o trabalho precário nas fazendas mais próximas, com baixas remunerações. Para os que não querem mudar para uma grande cidade, como era o caso de Diogo, são esses os caminhos mais plausíveis para um futuro próximo.

Tabela 06 - População e servidores, total e número de servidores por 100 habitantes, segundo classes de tamanho da população dos municípios (Brasil 2004)

Grandes regiões	Total		Servidores por 100 habitantes
	População	Servidores	
Até 5.000	14.373.260	236.372	5,2
De 5.001 a 20.000	50.424.713	1.033.926	3,6
De 20.001 a 100.000	77.374.720	1.495.547	2,9
De 100.001 a 500.000	26.635.629	925.683	2,1
Mais de 500.000	12.760.734	830.051	1,6
Total	181.569.056	4.521.579	2,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2004 (2005, p. 19).

Porém, depois de longo período de espera e desconfiança, a concessão da terra finalmente saiu em 2007, o que modificou de maneira abrupta e decisiva o modo como ele via a si próprio, como ele agia e, desse modo, como vislumbrava suas projeções de futuro, agora, como um dos líderes do novo assentamento implementado, o segundo da região. Num de nossos retornos ao local, fez questão de nos mostrar as plantações coletivas, as criações de

animais, a organização do assentamento e também queixar-se das novas disputas internas... Certamente não estava decretado o fim dos problemas para aquelas pessoas, mas bastou uma iniciativa governamental de maior envergadura para que as referências cognitivas, afetivas e políticas fossem reelaboradas pelas pessoas, engendrando outras formas de agir e de se posicionar no mundo, novas percepções do porvir e outras “molduras de sentido” no próprio lugar onde viviam.

De fato, das dez pessoas entrevistadas, cinco deixaram a cidade em direção à capital e uma faleceu em acidente de trânsito. As motivações para a migração não eram homogêneas ou unívocas, mas coadunavam-se com o discurso da decadência, amplamente compartilhado. Os que lá permaneceram continuavam com as mesmas queixas de antes, porém, com distintos graus de intensidade. Assim, entre os que conseguiram algum emprego (Josiane tornou-se professora da rede municipal de educação), ou entre os que haviam constituído família (caso de Zé Paulo), ou ainda entre aqueles que sempre se disseram preparados apenas para “trabalhar na roça” e, por isso, não pretendiam sair dali, foram sendo criadas novas orientações para as ações individuais e outras perspectivas de vida, estabelecendo-se os liames imprescindíveis para uma projeção de futuro razoavelmente encorajadora. Os demais, por sua vez, prosseguiram pensando nos meios necessários para efetivarem a partida para uma grande cidade, apesar das dúvidas em relação a esses próximos passos.

Nessa *paisagem comum* a esses pequenos aglomerados urbanos no Brasil, essa saída é seguidamente considerada a alternativa restante para se escapar desse contexto de fechamento contraditório das possibilidades. É essa conclusão mais ou menos generalizada que problematizaremos agora, contrastando-a com as características próprias das grandes cidades e suas implicações não menos intensas sobre os indivíduos.

3.3 Cidade grande

Para melhor compreender estas relações entre permanência e saída, decidimos por um bairro da periferia de Goiânia, capital do estado. Ali encontramos inúmeras pessoas estabelecidas em diferentes momentos e vindos de áreas rurais, de cidades do interior e de outros estados (Tocantins, Bahia, Pará, Maranhão, Piauí, dentre outros), que possuíam trajetórias semelhantes às das pessoas do espaço social anterior: baixo nível de escolaridade, profissões extenuantes e mal remuneradas, famílias oriundas do mundo rural, migração solitária ou coletiva e os desejos mais ou menos comuns de ascensão social.

A cidade de Goiânia surgiu na Era Vargas, momento em que se rearticularam, como visto, a estrutura do poder político e as bases econômicas do país. Por um lado, a nova capital se situava dentre os ideais nacionalistas e desenvolvimentistas do período, com a pretensão de signo da “modernidade”, expresso, por exemplo, na racionalização incipiente da administração estatal e na arquitetura em *art déco*, mote estilístico das construções públicas e privadas. Por outro, representava a ruptura com os laços históricos de dominação política por parte das oligarquias locais, dando lugar a outras forças do sul do estado, mais próximas do novo regime⁶⁴.

O plano urbanístico original da “cidade planejada” seria alterado já em 1950, menos de vinte anos depois do início da construção⁶⁵. A partir daí, muitas outras modificações seriam processadas, seguindo os ditames do capital imobiliário e dos interesses populistas diante da intensa migração de pessoas. O planejamento urbano de outrora cederia espaço, então, para a expansão desordenada da cidade, com o poder público dividindo o parcelamento do solo com a iniciativa privada. Surge, assim, a Região

⁶⁴ Sobre os efeitos econômicos da “Revolução de 30” e as rearticulações políticas do período em Goiás, cf. Campos (1987, 2004), Bernardes (1998), Dayrell (1978), Estevam (2004, p. 91-144), Machado (1990), Palacín (1976) e Silva (2001).

⁶⁵ Sobre as metamorfoses urbanas em relação ao plano urbanístico original de Goiânia, cf. Moysés (2004).

Noroeste da cidade que, de reserva ambiental e local de inúmeras nascentes, passaria a abrigar milhares de pessoas, com pouca infra-estrutura urbana e distantes das principais regiões comerciais no centro da cidade, bem como dos locais de trabalho. Embora fruto de lutas populares em plena ditadura civil-militar (tendo em vista a inexistência de outras áreas desocupadas e a supervalorização das regiões previstas na zona de expansão urbana de então), a ocupação foi conduzida pelos interesses de empresas imobiliárias, em pacto permanente com o poder público, que, descumprindo todas as leis de zoneamento urbano, deslocou milhares de famílias pobres para locais completamente ermos da capital, sem os requisitos básicos de habitabilidade, cujos reflexos são ainda hoje percebidos⁶⁶.

O bairro escolhido para a pesquisa situa-se exatamente nessa região da cidade, e foi fruto do desmembramento de várias chácaras de recreio, loteadas clandestinamente a partir da década de 1990. Eram quase quatro mil habitantes, com a chegada ainda intensa de novos moradores, e situava-se nas extremidades da zona urbana da cidade, com asfalto apenas nas ruas principais. Eram ínfimos os espaços de lazer (não havia praça), reduzindo-se aos vários bares, uma arena de rodeio precariamente construída, dois campos de terra batida para a prática de esportes e as feiras semanais.

Durante a semana não se via uma movimentação intensa nas ruas do bairro. A vida social nos espaços de interação existentes intensificava-se apenas no final da tarde e nos finais de semana. Essa ausência generalizada das pessoas durante boa parte do dia, essencialmente das mulheres, dificultara um pouco a pesquisa, já que priorizávamos a abordagem delas nos espaços mais informais de interação social, distanciando-nos razoavelmente das mediações inerentes a instituições como escolas ou igrejas.

Todavia, para o bairro pesquisado, existia uma variedade muito maior de práticas políticas e culturais e de formação das identificações grupais do que a pequena cidade. Além disso, sobressaíram-se naturalmente a intensidade dos

⁶⁶ Para os conflitos em torno da ocupação inicial da Região Noroeste, cf. Chaves (1985), Moysés (1996, 2004) e Oliveira (2002).

deslocamentos, os amplos espaços de lazer e consumo, como os shoppings e as grandes feiras, as possibilidades de acessar bens culturais diversos, a forma da circulação da riqueza, dentre muitas outras dimensões típicas dos grandes centros urbanos. Igualmente, não foi nossa pretensão apreender todas essas diferenças no espaço social em questão, mas observar, tal como na cidade pequena, algumas trajetórias biográficas nas quais também se verificava uma correlação direta ou indireta com alguns elementos mais abrangentes, como vimos insistindo até aqui. Da mesma forma, o interesse foi identificar, nas entrevistas realizadas, os traços significativos que demonstrassem, em maior ou menor medida, as vicissitudes das biografias juvenis em consonância com os padrões sócio-econômicos que, em suas inúmeras singularidades, seguem definindo os rumos da coletividade brasileira.

A parte mais antiga do bairro foi inicialmente ocupada por trabalhadores migrantes, no geral, em busca de moradias com preços mais acessíveis. Essa parte, que os próprios moradores denominavam “parte de cima”, não diferia muito da “parte de baixo” (bem menor quanto ao número de habitantes) em termos econômicos e em relação às condições de acesso ao ensino público. Foram entrevistadas pessoas de ambas as “partes”. Uma característica singular da “parte de baixo” era a sua ocupação mais recente por pessoas vindas de áreas de risco, desempregadas e vivendo em situações mais precárias. A partir dessas características principais, formou-se uma imagem generalizada da “parte de baixo” como um “lugar perigoso e mal freqüentado, onde as piores coisas do mundo acontecem”, nas palavras de uma moradora da outra “parte”⁶⁷. Encontrava-se também na “parte de baixo” o maior espaço semanal de diversão e reunião de pessoas, o “rodeio”, cujos eventos nos finais de semana, aos quais demos especial atenção, agrupava uma grande diversidade de pessoas, em vista da falta de equipamentos públicos de lazer na região.

⁶⁷ Embora com outras nuances, essa divisão *social* do espaço assemelhava-se com aquela entre “estabelecidos” e “outsiders”, identificada por Elias e Scotson (2000) na Inglaterra, cujo critério de estratificação social era o tempo de residência. Esse livro foi importante para atentarmos para as sutilezas cotidianas de espaços sociais pouco diferenciados sócio-economicamente, mas insuficiente para pensar contextos que os englobem.

Logo ao final das competições do “rodeio” havia o “forró”, denominação do momento em que várias pessoas (a maioria jovens) se reuniam num bar ao lado da arena para dançar, beber, conversar, namorar, ou apenas observar o “movimento”. Ali, os elementos culturais criavam uma paisagem social intrincada, cheia de imbricações e fusões de diferentes estilos musicais, com demarcações nítidas das linguagens corporais e dos modos de se vestir.

No ambiente do “rodeio”, com seus participantes vestidos a caráter (chapéu, bota, camisa e cinto), situavam-se também os jovens pertencentes ao movimento *hip-hop*, apreciadores do *rap* e do *break*, igualmente com suas roupas típicas (bonés, longas bermudas, chinelos de dedo ou tênis, grossos cordões no pescoço, brincos e longas camisetas com os nomes dos ídolos do *rap*). A despeito da existência de muitos bares onde as pessoas se reuniam diariamente, era o “rodeio” aos domingos o único momento em que um número maior de pessoas se aglomerava. Tanto assim que, quando perguntávamos aos jovens da cultura *hip-hop* se gostavam do “rodeio”, diziam quase sempre que não, mas que estavam ali porque era “onde tinha movimento, a única coisa de diversão que havia no bairro”.

Isso não impedia a saída para as festas nos bairros vizinhos, ou mesmo no centro da cidade. A possibilidade de conhecerem outras pessoas e construírem, assim, novas experiências pessoais, além de alguns realçarem as idas a shoppings e outros centros de lazer e consumo, eram as motivações principais para a busca desses locais mais afastados. Sempre procuravam esses lugares, embora o problema da falta de dinheiro e os riscos de episódios violentos, em muitos casos, impedissem as pessoas de saírem com mais frequência do bairro, evidenciando-se as novidades da segregação sócio-espacial nos grandes centros urbanos. Evitavam, por isso, andar sozinhos, já que a presença de pessoas de “bairros inimigos” era um indicador de afrontas e brigas diversas, não raramente com resultados trágicos. O medo generalizado de abordagens policiais truculentas também impedia maior movimentação pelas ruas, embora seguisse de par com o reconhecimento da importância dos órgãos de segurança pública.

Para o cotidiano feminino, observávamos inúmeras particularidades em relação ao masculino. O espaço da rua e dos bares eram nitidamente masculinos, ainda que fossem vistas algumas mulheres. A estas, restava, em grande medida, a moldura secular do espaço privado, mas não apenas nos moldes tradicionais, qual seja, do trabalho doméstico e da submissão aos pais e maridos. As jovens evitavam esses espaços públicos pelo medo de atos violentos contra elas, restando, por isso, o lar e a família como pretensas fontes de segurança, pois, conforme inúmeros relatos, as situações de violência contínua não eram menos corriqueiras no círculo doméstico. Claro que também trabalhavam, dedicavam-se aos estudos e divertiam-se, embora se resguardassem bem mais, procurando andar sempre acompanhadas.

Como se percebe, era um espaço social marcado, de um lado, pela concretude das difíceis condições de vida (desemprego, precárias habitações, falta de infra-estrutura urbana, ausência de equipamentos de lazer, insuficientes políticas públicas, etc.); de outro, observavam-se inúmeras querelas entre os próprios moradores, brigas entre grupos rivais, sérias disputas por pontos de vendas de drogas, fofocas depreciativas, além de uma população marcadamente negra.

Das dez pessoas entrevistadas (Quadro 03), sete nasceram noutras cidades, sendo seis de outros estados (Tocantins, Bahia e Pará). Com baixas rendas nominais mensais (relativamente ao número de componentes da família), entre um e seis salários mínimos, agudo e contínuo envolvimento com drogas ilícitas, baixas idades de início no trabalho e ampla defasagem escolar, essas pessoas sintetizavam grandemente as singularidades do bairro pesquisado. Exatamente como na pequena cidade, a maior preocupação esboçada pelos jovens era com o desemprego generalizado e as dificuldades existenciais daí decorrentes. Também de maneira idêntica à cidadezinha, muitos rejeitavam os fartos empregos precários e com maior desgaste físico na jornada, comparando-os freqüentemente com a alta rentabilidade do tráfico de drogas, embora reconhecessem os riscos aí embutidos, pois não raros eram os confrontos com a polícia, com seguidas prisões de alguns dos que aderiam ao comércio de mercadorias ilegais.

08.

Como foi seu envolvimento com as drogas?

[Adriano] – Droga é uma coisa muito estranha, droga faz você perder muitas amizades e faz você ganhar muitas também, eu já arrumei muitos trocos, eu era abonado mesmo (...). Droga mesmo não presta, já fala o nome. Eu comecei tinha doze anos, foi uma menina da escola que me ofereceu. Eu gostei demais! No outro dia eu trouxe o dinheiro, e pedi pra ela buscar mais. Depois foi a merla [um derivado grosseiro da pasta de coca], nossa... nós com treze anos começamos a fumar merla... igual a isso não tem não... quanto mais você fumava mais você queria. Eu fumava quatro latas por dia, eu e meu pai, sem parar. Todo dinheirinho que eu arrumava ia pras drogas, não vou mentir pra você não. A droga quanto mais cara mais difícil é de achar.

E você arrumava onde?

[Adriano] – Ah, quando eu comecei a fumar merla, eu fumei uns três anos, porque meu pai me dava uns trocos. Depois ele foi vendo que eu estava ficando mais viciado, e ele parou de dar troco pra mim, hoje ele não dá troco pra mim não, ele falou que se eu parasse, ele via meu lado... daí ele parou de dar troco pra mim, e eu comecei a roubar. Ninguém roubava igual eu nesse setor aqui não. Eu roubava uma casa, era oitocentos por dia, em dinheiro ou mercadoria. Eu roubava a casa completa. A primeira vez que eu roubei uma casa, eu liguei pro cara e disse pra ele o que tinha, o cara falou “vou mandar o caminhão agora”. O cara veio, parou o caminhão e nós colocamos tudo pra dentro, até cama! Tipo uma mudança! O cara me deu dois mil nas coisas e oito latas de merla. Fumei merla demais... Comprei dois “ferros” [armas de fogo], dei um de graça pro meu amigo, de presente. Fumei tudo depois, gastei o dinheiro, vendi o “ferro”, fumei, fumei tudo! Merla é um negócio que faz você vender tudo, se você estiver a fim de fumar, você vai fumar. Você põe na cabeça, nem que você roube, você faz tudo só pra fumar essas merdas! (...).

E você não tem problemas com a vizinhança?

[Adriano] – Esse povo daqui fofoca demais... A vizinha aqui, um dia ela chegou, eu estava fumando merla aí na porta e depois saiu falando pra todo mundo que eu fumo droga. Minha mãe brigou com ela. Hoje em dia minha mãe fala, “se você quer fumar, fuma aqui dentro”, não quer nem que eu fume na rua. Mas também hoje eu não dou muita idéia pra ninguém não, eu sei de um monte de gente que está usando droga aí, por isso que eu não dou muita idéia para os outros. Se eu fumo, eu fumo com o meu

dinheiro, pra ficar de boa... eu evito de brigar, eu fumo droga para curtir minhas idéias, pra ficar de boa... Eu já aproveitei a vida, assim... minha adolescência. Desde os onze anos eu saio de casa e não aviso não, não falo nada... Eu preciso parar com essas drogas, o povo falando de mim... eu já roubei muita coisa...

Você se arrepende?

[Adriano] – Eu arrependo... antes eu não tinha animação de trabalhar, hoje qualquer coisinha que eu acho, eu já vou, ano passado eu trabalhei dois meses numa firma.

(...) Por que umas pessoas entram para o crime e outras não?

[Adriano] – Ah, cada um tem seu juízo, os juízos das pessoas não são iguais não, cada um tem um jeito de pensar. Eu mesmo, eu acho massa, eu curti a vida. A maior parte das pessoas aqui viraram tudo drogados. Todo mundo novo. Não tem a ver com o lugar onde mora. Meus pais fumavam droga, mas eu não comecei por causa deles, eu comecei por causa de uma pessoa que eu gostava, uma menina que fumava (...)

(...) O que falta pra sua vida melhorar?

[Adriano] – Pra mim, só um serviço. Droga não significa nada pra mim não.

Que sonhos e desejos você tem?

[Adriano] – Eu espero ter alegria, saúde, viver de boa... [longo silêncio].

O caso de Adriano era emblemático a esse respeito. Como se observa novamente no Quadro 03, ele havia migrado do interior da Bahia com os pais. À época da pesquisa, completaria dezoito anos. Era muito conhecido em todo o bairro, com amplo histórico de envolvimento com drogas, assaltos e brigas na escola. Fora preso seis vezes, numa delas acusado de cumplicidade num homicídio. Além disso, tivera contato muito cedo com as drogas, através de uma amiga e dos próprios pais, já separados: “minha mãe nunca foi contra quem fuma não, ela já fumou; meu pai, acho que até hoje ele fuma ainda, vende as coisas dele, mas não é contra as pessoas não”.

Havia participado também de um roubo de veículo, cujo confronto com a polícia resultara na morte de um de seus amigos, também menor de idade, e a

prisão de outros dois maiores. Ele conseguiu escapar do cerco, nadando pelo rio Meia Ponte e fugindo, em seguida, para Brasília. Apesar do trágico resultado, lembrava do ocorrido como um grande feito, pois puderam comprar “altas drogas” e ficar “uma semana de curtição”, nas palavras dele próprio. Sempre atento, ao falar da relação com a polícia, mudava o tom da conversa, salientando o ódio recíproco, inclusive com descrições minuciosas de vários espancamentos sofridos quando de suas seis prisões: “a polícia, eles estão fazendo o serviço deles, mas muitas vezes eu desconfio de polícia pela safadagem deles”.

A entrevista com Adriano ocorreu depois de longa negociação e conversas informais. Mesmo assim, foi marcada por extrema desconfiança, tendo em vista suas experiências vividas e o teor de algumas de suas declarações. Entretanto, com voz serena, não se esquivou de nenhuma pergunta.

No geral, Adriano portava os atributos principais de uma trajetória em conflito com a sociedade circundante, como ficou explícito no episódio com a vizinha. Ele demonstrava ter consciência dessa situação (“fumar essas merdas”), embora também percebesse os valores socialmente desejados, sobretudo o fato de se ter um emprego. Era o que ocorria também na pequena cidade. Freqüentador assíduo do “rodeio”, quando lá estava, muitos vinham falar com ele, o que demonstrava sua influência no local, não obstante seus inúmeros inimigos, como nos confidenciou Luís.

O que entrevemos nas considerações de Adriano, para além da dimensão transgressora de suas práticas, é algo semelhante ao que ocorria com Pedro, na cidade pequena, ou seja, envolvia-se cotidianamente em episódios que o rebaixavam socialmente, sendo alvo de intensas fofocas depreciativas, mas que lhe conferiam ao mesmo tempo maior visibilidade diante das pessoas. O registro primordial dessa ambigüidade era a polarização entre o “trabalho” e o “consumo e venda de drogas”. O objeto primeiro de suas observações eram, destarte, as fronteiras opacas entre o “mundo legal” e o

“mundo ilegal”, sempre confrontadas com os valores e julgamentos difusos do meio social mais imediato que o cercava.

Esse embate mais aberto com as regras e costumes estabelecidos até lhe conferia certo *status* e reconhecimento entre seus pares, contudo, no balanço final de suas ponderações, o desejo comum de fundo era sempre “ser alguém normal na vida”, pela via do trabalho formal. Mas sempre com a ressalva de que este viesse acompanhado de um giro qualitativo, posto que refutava a possibilidade de “trabalhar duro e ganhar uma miséria, e ainda ficar agüentando a encheção de saco do patrão”, nas suas palavras. Diante das seguidas repetições dessa conclusão, o que restava era a participação, de difícil saída, na venda de mercadorias ilegais ou ilícitas, que lhe possibilitavam adentrar minimamente, é bem verdade, nos circuitos de consumo de bens altamente desejados e valorizados pelos amigos, como roupas e tênis de melhor qualidade e de marcas famosas, promoção de festas, ajuda a terceiros, distribuição de presentes, etc.

Era esse o dilema por que passava, embora fossem nítidas algumas conseqüências do rumo, sempre incerto, a ser pessoalmente empreendido, como os confrontos e perseguições policiais e também as ameaças de desafetos no próprio bairro e em bairros vizinhos. Dilema este que evidentemente não tinha um desfecho fácil, imediato ou estável, dadas as variações aí presentes, inclusive a baixa escolaridade e a falta de experiência profissional de Adriano.

Também para Luís, negro, com inúmeras experiências de trabalho, mas naquele momento desempregado, a “única coisa” que lhe faltava era “um serviço”. Residia numa casa modesta com mais sete pessoas. Ele conhecia e convivia com alguns traficantes, embora dissesse preferir manter uma distância deles, ciente dos riscos. Suas diversas experiências de trabalho, desde a infância, quando perambulava pelo centro como engraxate, até renderam-lhe alguns produtos, como o potente som em que ouvia os grupos de *rap*, as roupas boas que vestia, os tênis e os colares que usava (para as práticas culturais identificadas, conferir Quadro 04). No entanto, depois de tantas idas e

vindas no mercado de trabalho, chegava novamente à conclusão de que o que lhe faltava era um emprego. A mínima proteção social (em vias de rarefação?) e a relativa estabilidade financeira que um emprego proporciona⁶⁸, que, no Brasil, nunca correspondeu a toda população, parecia injungir a Luís um certo desejo dessa “proteção”, como que estabelecendo uma linha demarcadora da “conjuntura ideal”.

Por sua vez, a trajetória de João que morava na “parte de baixo”, traduz bem o desespero frente às situações dilemáticas vivenciadas nesses locais, cuja infra-estrutura urbana precária, a presença, ainda que discreta, dos mesmos traficantes, os inúmeros relatos de abusos policiais e a multiplicação das tragédias pessoais pela vizinhança afora compunham a paisagem de desalento encontrada. Desempregado, de família evangélica, com amplo histórico de problemas com bebidas alcoólicas, baixa escolaridade e vivendo em condições degradantes com a mãe e o padrasto (um barracão de dois cômodos construído com pedaços velhos de madeira), ficara nítida a situação delicada em que se encontrava naquele momento. Com forte sentimento de rejeição em relação à família e aos vizinhos, João estava no limiar de um desligamento social mais acentuado, baixa auto-estima e em nítido momento de sofrimento.

09.

(...) E como tem sido sua vida nos últimos anos?

[João] – É muita mágoa... Nada deu certo. Eu não sou aquele cara feliz, não...

E isso por quê?

[João] – Ah o mundo! O mundo está muito ruim... [silêncio]. O mundo está ruim demais da conta! Sabe assim, as coisas que a gente quer ter, e parece que não alcança. Você fica com a mão estendida assim pertinho e quando você vai abraçar, você abraça o vento. Isso devido ao povo... Sei lá! Falta de emprego, de estudo também, metade foi mais parte minha também. Eu não posso culpar só os outros...

Você estudou?

⁶⁸ Basicamente os dispositivos da CLT, e as alterações nela processadas ao longo de tempo, inclusive a criação do seguro-desemprego, em 1986.

[João] – Fiz só a primeira série. Também com essas mudanças todas. Mudava de casa, mudava de escola. Eu ia lá só pra zoar, eu não tinha o interesse de antigamente. Sabe quando você perde o interesse? Eu disse, “ah não vou mexer com isso mais não”. Um exemplo, você compra um carro, o carro está dando problemas, e você ainda fala que comprou um carro bom demais, os outros garantem pra você que é bom. Você está ali sentado nele e começa a dar problema daqui, a dar problema lá, uma coisinha aqui, você fala “é melhor eu desistir, não vou mexer com isso mais não”. Aí você deixa pra lá, você desiste. Sempre tem umas coisas de que a gente desiste, mas tem gente que não desiste. Mas tem uns que são mais desanimados, sabe?

Você se acha mais animado ou desanimado?

[João] – Eu me acho mais desanimado. Eu não tenho mais aquela força que eu tinha antigamente, não. Praticamente eu me sinto um derrotado. Cada um se sente de um jeito, eu me sinto um derrotado.

E o que levou você a pensar assim?

[João] – Ah, cara, desilusão... Muitas coisas, família... Família que não gosta da gente, sabe? A gente gosta das pessoas, mas sempre tem umas pessoas que não gostam da gente. A gente vai desanimando, ouve o que um fala dali, fala de lá, aí a gente começa a se sentir um derrotado. Eu me sinto só rebaixado, cada vez mais rebaixado. Assim vai acontecendo, mas você sempre tem aquele ânimo de andar na Terra... viver... Eu nunca perdi a vontade de viver, andar com meus amigos, mas você anda assim...

Quando perguntado sobre os motivos de ter chegado àquele estado mais acerbado, ele considerava apenas os problemas com o padrasto anterior e o abandono da namorada “por um cara melhor de situação”, embora incorporasse em suas ponderações o problema das desigualdades sociais e da segregação urbana, comparando, por exemplo, o lugar em que vivia com os bairros mais centrais e com a criação de condomínios fechados, e ao fato de ter desistido de estudar, como que em busca de uma explicação mais fidedigna para suas singularidades em relação a outros indivíduos. Percebe-se em suas palavras a penosa dificuldade em romper o *ciclo de negatividades* em que se encontrava, o motivo mais explícito, para nós, de “ter chegado ao fundo do poço” e sentir-se “um derrotado”, como declarou.

A expressividade das palavras de João (“nada deu certo”, “eu me sinto um derrotado”, “cada vez mais rebaixado”), absorto em suas dificuldades pessoais, não pode ser compreendida sem os eventos passados que tão

profundamente o acometiam naquele momento. Tais singularidades, no entanto, não devem ser compreendidas como meras “eventualidades”, “casualidades” ou “incidentes”. As características que o definiam pareciam apenas exacerbar os demais casos da vizinhança, compondo, assim, alguma regularidade. Esta, todavia, se manifestava segundo os atributos pessoais e os laços de convívio mais imediato de cada um. Nesse sentido, trata-se muito mais de uma desoladora singularização dos mecanismos mais gerais de desligamento do corpo social do que um “caso isolado”, ou um tipo de “exceção à regra”. Noutras palavras, podemos vislumbrar, a partir desses traços biográficos mais significativos, algumas formas peculiares em que *as variáveis externas são singularmente internalizadas*, as quais definirão e redefinirão ao longo do tempo a estrutura de personalidade e as estratégias cotidianas para escapar desse fechamento mais intenso das “oportunidades”.

No caso de João, restringindo-nos apenas aos *eventos por ele revelados ou comunicados*, teríamos que problematizar melhor os inúmeros motivos de ter saído da escola tão cedo e de não conseguir a ela retornar, da família ziguezaguear pela cidade e não gostar dele, da namorada preferir outrem a ele, enfim, desses eventos singulares que tracejavam sua biografia e que tanto o importunavam. Evidentemente não temos dados mais detalhados para verificar as motivações para tantas e distintas ações, mas, por outro lado, não há como compreender seu sofrimento explícito sem considerar o contexto no qual vivia, cujos elementos são indiretamente considerados pelo próprio João: a crítica à escola, à política habitacional dos governos, à diferenciação de rendas, ao papel resignante das religiões e ao preconceito e criminalização generalizados contra populações de áreas degradadas.

Algo semelhante ocorria com a família de Marcelo, vizinho de João. Logo após a separação dos pais, a decisão de migrar foi sendo lentamente discutida, tornando-se viável meses depois. Primeiramente, a mãe, o irmão (que depois fora para Mato Grosso), a irmã, Maria, e o marido; em seguida, Marcelo e o primo José (Quadro 03). Todos moravam numa pequena cidade do Tocantins, onde as únicas opções de trabalho concentravam-se na zona rural. O mote era o mesmo para todos: a partir de breves informações de parentes e

amigos, migravam em busca de melhores condições de vida, fundamentalmente através da obtenção de um emprego. De fato, todos os membros da família já haviam desenvolvido algum tipo de trabalho. Não obstante, a precariedade em que viviam – um barracão de chão batido com três cômodos – atestava as frustrações com as esperanças de conseguirem “um serviço” que lhes propiciasse minimamente alguma melhora. Seguiam, conseqüentemente, “vivendo um dia de cada vez” como afirmou Marcelo.

10.

Por que vocês deixaram o Tocantins?

[Marcelo] – Deixamos por causa de serviço, que lá não tem. Tem, mas é só de roçar mato, essas coisas. Então nós resolvemos vir embora pra cá, pra estudar, pra ter alguma coisa na vida. Lá não tinha isso, então, nós viemos pra começar a vida. Primeiro veio meu irmão, que mora no Mato Grosso, aí veio minha irmã, a minha mãe e meu cunhado, depois veio meu primo e eu.

E como foi a chegada de vocês?

[Marcelo] – Arrumaram serviço pra todo mundo, todo mundo estava trabalhando, aí mandaram nós vir pra cá também. Daí eu cheguei, no outro dia eu já fui trabalhar, gostei, saí, conheci um punhado de coisas que nunca sabia que existia, prédios, sobrados. Então, a alegria pra mim foi isso. Conhecer, aprender, trabalhar, pegar seu dinheirinho, fazer as compras, pagar conta, passear, conhecer mais cidades.

E o que era melhor lá no Tocantins?

[Marcelo] – É melhor pra morar. Se lá tivesse serviço, eu nunca tinha vindo pra cá não. Eu preferia ter morado lá, ter ficado lá. Mas não tem, tem que caçar outro jeito pra sobreviver. O pior lá é só o serviço. Lá é um povoadinho bom de morar, todo mundo se conhece, é amigo, de boa, eu nasci lá, é minha cidade, mas não tem jeito, então, tem que vir embora. O problema da cidade grande é que você tem que procurar muito serviço.

Com quantos anos você começou a trabalhar?

[Marcelo] – Com quinze anos, como servente.

(...) O que falta pra você ter uma vilha melhor?

[Marcelo] – Falta muita coisa [risos]! Porque eu tenho que trabalhar fichado, ganhando assim um dinheiro bom pra sobreviver. Aí depois que eu já tiver trabalhando fichado, você vive bem, você faz suas coisas, é isso.

Nessa rotina inconstante, as alternativas mais almejadas, como depreende-se dos comentários de Marcelo, recaíam todas na obtenção de um emprego. Emergia, então, uma paisagem social adversa, pois, ao mesmo tempo em que se constataam tantas modificações no mercado de trabalho, no regime de acumulação, nas regulamentações estatais, no aumento de produtividade viabilizado pelas melhorias técnicas na produção e a conseqüente exigência de maior qualificação profissional, dentre tantas outras alterações de peso, o emprego, nos moldes conhecidos das proteções garantidas pelos direitos trabalhistas, prosseguia como fonte de difusão de um imaginário de estabilidade e bem-estar, jamais concretizado no Brasil, vale repetir, que poderia abrandar o aumento das incertezas.

Outra vez, as dicotomias entre pequenas e grandes cidades, quando da comparação de Marcelo e de seus familiares, não produziam o efeito de realidade desejado. Por meio de paralelos que sempre remetiam às relações de trabalho, a constatação mais geral era sempre que, no final das contas, a vida só será melhor mesmo numa cidade grande porque, basicamente, o mercado de trabalho é mais diversificado, logo, as possibilidades de nele inserir-se são sempre maiores, ainda que Marcelo, Maria (já casada e com um filho), José e as demais pessoas da família não estivessem trabalhando naquele momento. A exceção ficava por conta do marido de Maria, que cobria as principais despesas da casa.

Essa rápida conclusão sintetiza bem as principais relações entre a vida em pequenos e em grandes centros urbanos, que, somadas a outras variantes singulares, como o deslumbramento de Marcelo com as grandes construções e seus desejos de “fazer as compras, pagar conta, passear, conhecer mais cidades”, compõem esses potentes referenciais simbólicos. Essas “virtudes” da metrópole, em relação às pequenas cidades, desloca as bases do convívio social e, assim, reordena perenemente os modos tradicionais de sociabilidade, para falar apenas de alguns eventos mais importantes, como a intensificação das migrações, os laços de solidariedade e as rearticulações de elementos

culturais nesses espaços sociais distintos (religiosidade, festas e comemorações populares, canções, brincadeiras, etc.)⁶⁹.

Não queremos com isso perder de vista as inúmeras singularidades presentes no mesmo bairro. Para outros, vindos ou não do interior, como nos casos de Fabiana, Leandro, Ângela e Juliana, constatavam-se outras dinâmicas. Todos eles moravam na “parte de cima”. Possuíam, além do mais, as mesmas origens sociais que os outros jovens, famílias provenientes de pequenas cidades ou da zona rural e rendas nominais mensais semelhantes, pouco mais, pouco menos. Apesar disso, o teor de suas falas divergiam consideravelmente, o que era tranqüilamente compreendido pelo conjunto de suas singularidades.

Difícil apreender essas sinuosidades, pois as sutilezas cotidianas podem desautorizar um determinado padrão de explicação sempre que se efetua uma generalização mais intensa, ou seja, quando não se atenta para a fluidez e a efemeridade das conjunturas mais otimistas, ou, no lado oposto, das que manifestam maiores inseguranças em cada caso e a cada momento. Essas oscilações das trajetórias, cada vez mais, dotam a realidade social de modulações muito diversas. Ainda assim, ao menos em se tratando de contextos como o brasileiro, cujos *padrões cambiantes de restrição* impostos aos indivíduos nunca foram desfeitos, as dificuldades materiais cotidianas, bem como suas inúmeras explicações no senso comum (“injustiça”, “desigualdade”, “falta de Deus”, “corrupção”, etc.), segue como uma medida significativa das ações, estratégias e representações dos indivíduos; algo que, provavelmente, não resultaria nos mesmos frutos explicativos do caso europeu, por exemplo.

O que diferenciava, então, estas pessoas social e economicamente tão próximas? Na verdade, trata-se de uma resposta multifacetada. Desde as diferenças na família, passando pelos discursos da prosperidade, comuns a círculos neopentecostais, até uma visão resignada das relações de poder e de outras características da vida social, ocorriam variações importantes, embora

⁶⁹ Para essas reacomodações mais recentes da cultura popular, cf. Brandão (1986, 1999, 2004, 2009, 2009a, 2009b) e Brandão e Ramalho (1986).

sem um padrão de explicação unívoco. O que constatávamos, nestes últimos casos (e também na maioria das pessoas da cidadezinha), era que o fato de estarem envoltos num *ciclo mínimo de proteção social* permitia uma visão de mundo diferenciada, pelo menos em relação aos casos de desligamento social mais intenso anteriormente discutidos.

Estes elementos propícios a engendrar uma ação mais vultosa para seus problemas imediatos, pragmaticamente orientada, não dizia respeito ao macro-universo comum a todos os indivíduos, mas, como é de se esperar e como por diversas vezes já se demonstrou (TÖNIES, 1944; MAUSS, 1974 e THOMPSON, 1998), aos laços afetivos mais circunscritos e à mínima proteção social que daí advém, em geral, relacionados à família, às amizades e ao pertencimento a determinados grupos religiosos. Certamente estão condicionados aí, ainda que as exceções ocorram, o distanciamento das práticas socialmente rejeitadas, sobretudo o tráfico de drogas e demais ações criminosas, que eventualmente resultariam em problemas com o sistema de justiça. E, nesse sentido, as observações restringiam-se à vida cotidiana mais particular, situando “os demais” ora em discursos da “vagabundagem”, ora numa disforme “ausência de Deus”, cujos juízos possuíam a singularidade de *culpabilizar individualmente tais pessoas*, muito raramente discutindo-se as demais questões que concernem ao conjunto dos indivíduos.

Por isso, as comparações realizadas por muitas pessoas originárias de pequenas cidades seguiam, quase sempre, o viés da exaltação dos laços comunitários, da ausência de seguidos crimes violentos, da solidariedade e das prestações e contra-prestações da vizinhança, enfim, dos laços de sociabilidade que supostamente estariam ausentes numa grande cidade. A despeito do grau de confirmação dessas avaliações, vimos que, na pequena cidade pesquisada, não eram poucas também as ocorrências em sentido contrário, ou seja, de maneira bastante geral, do individualismo pouco habituado à alteridade. Na fala de Leandro, que havia migrado do Pará e trabalhava como vendedor ambulante, ficaram bem nítidas essas chaves “comunitárias”, embora sempre se destaquem também uma ou outra “falta”.

11.

(...) Por que você sente falta de onde você morava no Pará?

[Leandro] – Coisa boa na pequena cidade é a liberdade. Presta atenção, quando dá sete horas da noite, oito horas da noite aqui, a maioria [das casas] está tudo fechado, tudo trancado, e lá não, lá não tem isso. É todo mundo unido, é diferente. Agora, a saúde numa cidadezinha pequena é cruel, um amigo que eu levei pra trabalhar morreu por causa de uma congestão com uma comida lá. Então é muito complicado. Na cidade grande você não pode sair, eu não saio à noite de jeito nenhum porque tem a polícia. Tem uns que respeitam, agora tem outros... É cheio de abordagens, de baculejos [abordagens policiais mais ríspidas], tem uns que são maus. Lá no Pará não tinha nada disso. Mas é assim, tem que ser assim...

12.

Grande parte da sua vida foi numa cidade pequena, o que você acha que lá é melhor?

[Juliana] – Até certa idade a cidade do interior é muito melhor. Sabe o que é você ter onze anos e poder andar na rua de noite, sem perigo? Ir na casa de quem você quiser sem ninguém preocupar com você, você vai pra escola com sete anos sozinha, atravessar a cidade sozinha... Aqui você não pode, ou a gente leva [a criança para a escola] ou não vai. Agora, quando você começa a querer trabalhar, a querer estudar... Na pequena cidade você nem vê as coisas, nem sabe que existe, eu fui a um shopping, a um cinema pela primeira vez eu tinha dezesseis anos. Lá, quando chega um circo com um palhaço e um leão, é aquela maravilha! Vai a cidade inteira! Quando chega[va] um parquinho com um camicase, uma xícara maluca e uma roda gigante, três ou quatro brinquedos, faziam a festa! A gente espera o ano inteiro numa cidade do interior pela festa da padroeira da igreja. O pessoal guarda dinheiro pro leilão, pra comprar roupa, vivia o ano inteiro em prol daquilo. E você vê meninos de seis, sete anos andando na festa, brincando, que não tem perigo!

E o que Goiânia tem de melhor?

[Juliana] – Goiânia tem muitas oportunidades. Se você quiser, é só você procurar. Você tem biblioteca pública, você morando aqui não tem como você falar que não tem acesso, você tem acesso sim, você paga o ônibus e fica o dia inteiro na biblioteca. Você pode levar lanche da sua casa, você lê o que você quiser, volta de tarde na hora que você já fez todos os seus trabalhos. Tem biblioteca que tem até acesso a internet grátis, e os que não é, é um real a hora. Até o próprio acesso a internet ficou muito fácil, você não precisa ter um computador em casa, *lan-house* tem por todos os lugares. E aqui é ruim pela violência. A gente sai sozinha já fica aquela coisa, se você sair com turma chama mais atenção ainda, você não sabe se você tem que sair arrumado ou mal arrumado, porque se você sai bem arrumado eles vão querer te roubar, ou te pedir dinheiro, se você sai mal arrumado, “esse é concorrente, vamos

bater nele!”. É difícil! Você tem que ficar burlando um monte de coisas! Mas se souber aproveitar tem muita coisa.

Você acha o bairro violento?

[Juliana] – Não, eu não acho aqui violento, eu acho que tem bairros muito mais violentos, bairros até melhores de infra-estrutura, até nobres, que são muito mais violentos que aqui. Aqui você ouve falar de violência, mas quando você vai prestar atenção, são os bairros vizinhos.

Quais os principais problemas do bairro?

[Juliana] – Acho que aqui deveria ter uma praça, uma quadra pra jogar volei, um clube próximo (...).

A jovem Juliana também retoma esses mesmos elementos, por assim dizer, “comunitaristas”, no registro da sua contraposição com as “ausências” do mundo urbano complexificado. É exatamente esse *discurso da “falta”* que fundamenta a vinda para uma grande cidade. E Juliana viveu até os dezesseis anos no interior de Goiás, estando naquele momento desempregada e vivendo com a irmã e o filho na “parte de cima” do bairro.

De maneira equivalente a inúmeras outras respostas, ela demarcou bem o limite principal da vida numa cidadezinha para as novas gerações: “até certa idade a cidade do interior é muito melhor. (...) Agora, quando você começa a querer trabalhar, a querer estudar...”. Após articular na memória os agradáveis momentos da infância, termina por elencar as inúmeras possibilidades de utilização gratuita de diversos equipamentos públicos da cidade, embora todos eles ficassem distantes do bairro em que morava, o que implicava impedimento desse acesso para muitos jovens.

Juliana demonstrou-se muito bem disposta e confiante em encontrar um emprego e, em seguida, estudar ainda mais e “seguir a vida com o filho”. A proximidade e auxílio da família, bem como sua militância nas pastorais juvenis católicas, eram traços biográficos que possibilitavam a ela uma percepção de si altamente positiva e uma abrangência e detalhamento muito incomuns em suas ponderações acerca do próprio bairro em que vivia, contornando, assim, pela sua breve incursão nas regiões mais cinzentas das relações sociais, aquelas

dicotomias fáceis que vimos emergir das representações da maioria dos moradores de ambos os espaços sociais.

Da mesma forma, Ângela e Fabiana também freqüentavam religiões, possuíam fortes vínculos com suas famílias e dedicavam-se bem mais aos estudos, demonstrando projeções de futuro muito mais animadoras e otimistas. Tais configurações incidiam naturalmente sobre seus cotidianos, como o confirma o maior apreço delas pela leitura, uma percepção mais acurada do universo social em que estavam inseridas, desejo de adentrar no ensino superior público; enfim, auto-imagens equivalentes entre si por conta desse ciclo mínimo de positivities em que se encontravam.

Por isso, o que constatamos de todos esses traços biográficos apresentados é que, ao duplo risco de se dissociarem as trajetórias individuais do contexto mais imediato no qual se situam e de recusarem outras variáveis que transpassam o país de fora a fora, corresponderia, a nosso ver, exatamente o alcance e a abrangência das explicações sociológicas. Se não pudemos detalhar, em toda sua real vastidão, as trajetórias de vida desses jovens, ao menos buscamos remarcar, na esteira de diversas teorias, a importância da junção dos níveis “micro” e “macro” quando se trata de explicar os determinantes das ações individuais, suas visões de mundo e suas projeções de futuro.

3.4 Cidade grande e cidade pequena

No Brasil, a relação de imbricação entre o mundo rural e o mundo urbano, transparecida por Francisco de Oliveira (2003), prossegue como uma forte chave de explicação para muitas de nossas contradições. E o relacionamento entre pequenas e grandes cidades é uma possibilidade de vislumbrar as atuais configurações dessa macro-junção: o trânsito das mercadorias, a distribuição dos investimentos públicos e privados, o padrão caótico de conformação das metrópoles, etc.

As primeiras, a partir de sua propriedade essencial de *pontos de mediação* entre o “rural” e o “urbano”; as segundas, como receptoras das sobras de força de trabalho e depositária dos desejos de acesso às novidades do mercado consumidor, algo particularmente decisivo para as novas gerações. Tal esforço diz respeito exatamente à dificuldade de empreendermos uma análise que englobe o movimento de acomodação, transformação ou readequação das formas de acumulação capitalista como um todo. Por essa via, o retorno à assertiva de Olivera, segundo a qual “a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo (...)” (p. 60), está no centro do trabalho, consideradas, todavia, as respectivas alterações nos significados de “arcaico” e “novo”. As novas gerações conseguem sintetizar bem essas novidades, como vimos até aqui.

Nesse sentido, fomos revisitar em Goiás alguns dos feitos atuais em que essa “integração dialética” se nos apresenta, com o fito de repensar temas específicos como as desigualdades regionais, o mundo do trabalho e as novas modalidades de intervenção do Estado. Se a conclusão mais ou menos generalizada dos indivíduos jovens, cujas vidas prosseguiram incertas naquele momento, era a partida para a capital sem garantias suficientes de êxito, procuramos compreender tal *decisão* através da inserção num hipotético local de recepção, no caso, um bairro da periferia de Goiânia.

Como vimos, cinco pessoas já deixaram a pequena cidade em direção à capital. O que se depreende disso é que a saída desses jovens de cidades pequenas ocorre *principalmente* por conta dos efeitos do contexto de fechamento radical das possibilidades de construção das trajetórias biográficas no local em que sempre viveram. Isto é, a motivação preponderante, como noutros momentos, era a busca por lugares em que muitas das decorrências negativas ali vivenciadas, o discurso da “falta”, fossem mais facilmente invertidos: mais e melhores empregos, continuação dos estudos, multiplicação das experiências cotidianas, acesso às produções culturais em geral, etc.

Teoricamente, tal como demonstrado, por exemplo, por Rosana Baeninger (1999), para estas pessoas, a chegada numa grande cidade seria acompanhada (caso não haja a acolhida de um amigo ou parente) por inúmeras dificuldades de realocação na nova comunidade de pares, o que divergia dos desejos comuns de ascensão social, nos exemplos de Cristiane e Mateus. Por outro lado, vimos também que as pessoas que estavam relativamente protegidas pelo círculo familiar podiam criar alternativas mais facilitadoras da permanência na metrópole, como para Ângela e Fabiana.

O que unia, todavia, as duas situações era o receio de não se conseguir um emprego, quando da mudança para outra realidade social. Mas isso também necessita de uma problematização, tendo em vista as novidades do mercado de trabalho. Trata-se, outrossim, de uma *generalização espacial das restrições* que, a despeito dos diferentes graus em que estas ocorrem, prossegue pautando as diferenças e aproximações entre os diversos indivíduos. E o mundo do trabalho permanece central para compreender as dificuldades pessoais e, desse modo, adentrar nas sutilezas do espaço existente entre um indivíduo e outro.

Quadro 01- O perfil dos jovens entrevistados (pequena cidade)						
Nome	Idade	Escolaridade	Estado civil	Religião	Idade de início no trabalho	Condição de trabalho / Profissão
Angélica	16	8ª série – fundamental	Solteira, conviveu maritalmente por dois anos com um homem	Católica, raramente participava das atividades religiosas	15	Desempregada, realizava pequenos trabalhos como empregada doméstica
Cássio	23	Ensino médio. Pretendia ingressar no curso superior de matemática em uma universidade pública da região	Solteiro	Católico	16	Vendedor ambulante. Por breve período, dera aulas de educação física para crianças
Cristiane	17	5ª série – fundamental	Solteira	Católica, raramente participava das atividades religiosas	15	Desempregada, realizava pequenos trabalhos como empregada doméstica
Cecília	20	Concluiu o Ensino Médio	Solteira	Católica, não participava das atividades religiosas	14	Desempregada, realizava pequenos trabalhos como manicure
Diogo	20	Ensino Médio	Solteiro	Católico	15	Desempregado, realizava alguns trabalhos temporários nas fazendas da região
Jostane	21	Ensino Médio. Posteriormente concluiu o curso Normal Superior em universidade privada	Solteira	Católica	14	Atendente em caixa de supermercado
Mateus	19	8ª série – fundamental	Solteiro, conviveu maritalmente com uma mulher	Católico, raramente participava das atividades religiosas	10	Desempregado
Patrícia	18	Cursava Administração numa universidade privada	Solteira	Evangélica	18	Secretária de um pequeno escritório público (vínculo temporário)
Pedro	15	6ª série - fundamental	Solteiro	Evangélico, raramente participava das atividades religiosas	13	Desempregado
Zé Paulo	22	Iniciava o Ensino Médio	Solteiro	Católico	12	Trabalhos braçais, funcionário da prefeitura

Quadro 01 (Continuação) - O perfil dos jovens entrevistados (pequena cidade)			
Nome	Condição familiar	Situações de conflito com a lei que resultaram em intervenção policial ou do Conselho Tutelar	Renda familiar mensal aproximada (salário mínimo-2005)/ número de pessoas da família
Angélica	Mantinha afastamento dos pais. Vivía com os avós maternos (aposentados) na pequena casa de alvenaria deles.	-	1 / 4
Cássio	Pais separados. Vivía com os avós maternos (aposentados)	-	4 / 7
Cristiane	Pais separados. Vivía com a mãe (dona de casa) e as irmãs	Brigas, consumo de bebidas alcoólicas	1 / 4
Cecília	Nunca conheceu o pai. Conflitos com os parentes do padrasto. Vivía com os avós (aposentados)	Briga, uso de drogas ilícitas	2 / 3
Diogo	Vivía com os pais, os irmãos e sobrinhos num barraco feito de palhas num dos acampamentos dos sem-terra. Família possuía também pequena casa de alvenaria na cidadezinha	-	3 / 7
Josiane	Vivía com os pais (lavradores em busca de aposentadoria) e irmãos (pedreiro e empregada doméstica) numa casa precária de alvenaria	-	3 / 7
Mateus	Pais separados. Brigas com o pai, aproximaram-no da mãe (dona de casa)	"Bagunça em cima da ponte"	2 / 3
Patrícia	Vivía com os pais (lavradores), irmãos já casados	-	3,5 / 4
Pedro	Nunca conheceu o pai. Vivía com a mãe (auxiliar de vendas). A avó também era próxima	Brigas, consumo de bebidas alcoólicas, uso e venda de drogas ilícitas, roubo	1,5 / 2
Zé Paulo	Vivía com os pais (lavradores). Brigas constantes com os irmãos. Casou-se posteriormente	Brigas, uso de drogas ilícitas	2 / 4

Quadro 02 – Algumas práticas culturais dos jovens entrevistados (pequena cidade)

Nome	Tempo de exposição diária à TV (aproximação em horas)	Programas preferidos na TV	Hábitos de leitura	Música
Angélica	3	Novelas, Malhação	Não possui	Sertaneja
Cássio	2	Desenhos animados, programas esportivos, jogos de futebol	Não possui (lia apenas em ocasiões especiais como o vestibular ou outros concursos)	Não gosta
Cecília	4	Novelas, filmes	Literatura brasileira, romances	Sertaneja, MPB
Cristiane	10	Novelas, Malhação	Revistinhas do zodíaco	Sertaneja, pop
Diogo	3 (depois de ir para o acampamento, assistia com menor regularidade)	Programa do Gugu, filmes, jornal	Não possui	Sertaneja
Josiane	4	Shows, novelas, programas religiosos	Revistas de fofoca	Sertaneja, algumas MPB
Mateus	4	Filmes, esportes	Não possui	Sertaneja
Patrícia	3	Novelas (família não possuía TV, assistia na casa vizinha)	Revistas de fofoca, jornal, Bíblia	Evangélicas
Pedro	3	Filmes, mini-séries	Não possui	Rap
Zé Paulo	4	Desenhos animados, Malhação, filmes de ação e terror	Revistas pornográficas	Rap (Racionais, D2, Guind'art 121, como ele próprio citou)

Quadro 03 – O perfil dos jovens entrevistados (grande cidade)							
Nome	Idade	Escolaridade	Estado civil	Religião	Origem	Idade de início no trabalho	Condição de trabalho / Profissão
Adriano	17	7ª série – fundamental. Apesar da inconstância nas aulas, estava estudando naquele momento.	Solteiro	Evangélico, não participava das atividades religiosas	Barreiras –BA	15	Desempregado
Ângela	18	Ensino médio. Estava estudando para o vestibular	Solteira	Católica, raramente participava das atividades religiosas	Goiânia-GO (pais do interior)	10	Vendedora ambulante. Já havia trabalhado como entregadora e recepcionista
Fabiana	19	Ensino Médio. Estava estudando para o vestibular	Solteira	Católica	Goiânia -GO (morou por um tempo no interior)	15	Auxiliar de escritório
João	22	4ª série – fundamental	Solteiro	Evangélico, raramente participava das atividades religiosas	Goiânia-GO (pais do TO)	13	Desempregado. Sempre que possível, realizava serviços temporários de servente
José	19	5ª série – fundamental	Solteiro	Católico, não participava das atividades religiosas	Ananás-TO	15	Desempregado. Sempre que possível, realizava serviços temporários de servente de pedreiro
Juliana	20	Ensino Médio	Solteira	Católica	Sta. Bárbara-GO	16	Desempregada
Leandro	22	7ª série – fundamental	Solteiro	Evangélico	Marabá-PA	12	Vendedor ambulante
Luis	20	5ª série – fundamental	Solteiro	Católico, raramente participava das atividades religiosas	Palmeirópolis-TO	7	Desempregado. Já havia trabalhado como engraxate, servente, empacotador, borracheiro, lanterneiro e marceneiro
Marcelo	21	8ª série – fundamental	Solteiro	Católico, não participava das atividades religiosas	Ananás-TO	12	Desempregado. Já havia trabalhado como lavrador, pedreiro, ajudante geral e operário de fábrica de alimentos
Maria	25	5ª série - fundamental	Casada	Católica, não participava das atividades religiosas	Ananás-TO	15	Desempregada

Quadro 03 (Continuação) – O perfil dos jovens entrevistados (grande cidade)				
Nome	Condição familiar	Situações de conflito com a lei que resultaram em intervenção policial ou do Conselho Tutelar	Renda familiar mensal aproximada (salário mínimo-2005)/ número de pessoas da família	
Adriano	Pais separados. Morava com a mãe (empregada doméstica) e o irmão em casa própria	Preso por tráfico de drogas. Havia participado de assaltos e brigas na escola	1 / 3	
Ângela	Morava com os pais (pai, marceneiro; mãe, auxiliar de escritório) e os quatro irmãos em casa alugada	-	4 / 7	
Fabiana	Morava com os pais (pai, vendedor; mãe, dona de casa) e o irmão em casa própria	-	3 / 4	
João	Vivia precariamente com a mãe (empregada doméstica) e o padrasto (servente de pedreiro) num pequeno barraco construído com pedaços velhos de madeira, sem água encanada, em lote doado pela prefeitura	Havia sido agredido por quatro policiais, depois de questionar uma abordagem truculenta	1 / 3	
José	Pais separados. Morava precariamente com a mãe (dona de casa), dois irmãos, um cunhado (pedreiro) e dois sobrinhos, num pequeno barraco de dois cômodos, sem água encanada, em lote doado pela prefeitura	-	3 / 7	
Juliana	Morava com a irmã (secretária) e o filho em casa própria	-	2 / 3	
Leandro	Vivia com os pais (vendedores ambulantes) e o irmão em casa própria	-	4 / 4	
Luis	Morava com a família (7 pessoas) da irmã (empregada doméstica), na pequena casa de alvenaria dela	-	2 / 8	
Marcelo	Pais separados. Morava precariamente com a mãe (dona de casa), dois irmãos, um cunhado (pedreiro) e dois sobrinhos, num pequeno barraco de dois cômodos, sem água encanada, em lote doado pela prefeitura	-	3 / 7	
Maria	Pais separados. Morava precariamente com a mãe (dona de casa), dois irmãos, um cunhado (pedreiro) e dois sobrinhos, num pequeno barraco de dois cômodos, sem água encanada, em lote doado pela prefeitura	-	3 / 7	

Quadro 04 – Algumas práticas culturais dos jovens entrevistados (grande cidade)

Nome	Tempo de exposição diária à TV (aproximação em horas)	Programas preferidos na TV e outras atividades	Hábitos de leitura	Música
Adriano	3	Malhação	Não possui	Rap
Ângela	3	Filmes	Livros da literatura brasileira, revistas de entretenimento	Rap, forró
Fabiana	3	Novelas, tele-jornais, filmes	Jornais, revistas de notícias, literatura brasileira, poemas	Pop, Rock, Sertaneja
João	4	Desenhos animados, gostava de fazer desenhos livres	Não possui	Sertaneja
José	1	Tele-jornais	Não possui	Sertaneja
Juliana	4	Tele-jornais, novelas	Livros da literatura brasileira, jornais	MPB
Leandro	4	Desenhos animados, filmes	Não possui	Evangélicas
Luis	2	Malhação	Não possui	Rap
Marcelo	6	Esportes, filmes, novelas	Revistas de notícias, jornais	Brega, Forró, Reggae
Maria	4	Novelas, programas de auditório	Não possui	Sertaneja, Forró

Algumas imagens da pequena cidade

Praça central

Danceteria

Praia

Um dos acampamentos dos sem-terra

Planta urbana da pequena cidade

Fonte: Prefeitura Municipal de Jaupaci

Algumas imagens do bairro

Um dos vários bares

Campos de futebol

Arena de rodeio

Planta do bairro

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento (SEPLAM)

4 - O mundo do trabalho como norteador das trajetórias individuais

Si cada día cae
dentro de cada noche
hay un pozo
donde la claridad está encerrada.

Hay que sentarse a la orilla
del pozo de la sombra
y pescar luz caída
con paciencia.

Pablo Neruda, *Si cada día cae*

Ainda que outras dimensões da vida social, como o lazer, a sexualidade e a religião, estejam presentes no conjunto das pesquisas realizadas, não podendo ser, por isso mesmo, descartadas, o mundo do trabalho emergiu como a dimensão elementar para a definição das restrições aqui tracejadas. É em torno dele que giram as principais preocupações dos indivíduos jovens, ao menos para aqueles das classes populares, como foi o caso. Era esse o eixo central de articulação das estratégias de ação e de fruição do imaginário de decadência, ou das constatações mais conclusivas acerca do fechamento das possibilidades de reprodução material da vida.

Não vislumbravam, por conseguinte, melhora substancial em suas trajetórias de vida, num futuro próximo, restando-lhes apenas a lida cotidiana para a garantia do essencial. Gradativamente, seus sonhos aderiam-se também à dura realidade, logo, não configuravam panacéias do “inalcançável”, mas vinculavam-se às diversas constringências sobre eles impingidas. Contudo, isso não quer dizer que os indivíduos agiam mecânica, resignada ou passivamente. Tratava-se, ao contrário, das diversas maneiras *possíveis* de responder aos dilemas criados por elementos externos que fogem ao controle dos indivíduos, mas que, mesmo assim, repercutem em seus universos pessoais de referência para as ações cotidianas.

E muitos aprendiam, desde cedo, que trabalhar é o que há de mais importante e fundamental para a própria subsistência, o que fica demonstrado

pelas idades em que se iniciaram em alguma atividade laboral remunerada, entre 7 e 18 anos. Esse *ethos*, porém, não se desprende das transformações reais que estão em curso, ou seja, as evidências de como as relações de trabalho contemporâneas vêm provocando seguidos curto-circuitos nas vidas pessoais, nas estruturas de personalidade, enfim, nas novidades dessa velha relação indivíduo-sociedade.

Os jovens, em particular, têm dado diferentes respostas a esse novo contexto, as quais variam segundo os modos de vida e as trajetórias de cada um deles. Todavia, para além de se encontrar um emprego, evento crucial, resta ainda acompanhar melhor o que se passa nos postos de trabalho porventura surgidos, cuja precariedade e as baixas remunerações traduzem a outra faceta dos que trabalham: *não trabalhar ou trabalhar em condições aviltantes tornou-se o dilema básico entre os jovens de classes populares*.

4.1 Transformações de peso

A generalização espacial das restrições poderia ser demonstrada, então, a partir de qualquer uma das variáveis presentes na relação entre pequenas e grandes cidades. No entanto, conforme já vimos em diversas passagens, o mercado de trabalho era o centro de onde rutilavam as preocupações pessoais. Esse parece ser o entroncamento contemporâneo das incertezas juvenis, como também defendeu Robert Castel (2009) para o caso francês, tendo em vista, de um lado, a amplitude das alterações estruturais que se processam e o fundo de conflitos e irresoluções submersos na teia das relações de trabalho, e, de outro, seus efeitos no cotidiano, ou seja, a concretude que adquirem tais transformações junto aos indivíduos.

Todas as pessoas por nós entrevistadas, em ambos os espaços sociais, referiram-se ao mundo do trabalho como o centro de suas hesitações e inseguranças mais autênticas e profundas. Dentre os que estavam empregados e contestavam seus baixos salários e o alto desgaste físico da

jornada, os que nem emprego tinham, os que viviam de trabalhos precários, intermitentes ou em tempo parcial, ou ainda os que estavam inseridos nos circuitos do comércio ilegal de drogas, eram gerais as preocupações com o círculo de variáveis aí implicado.

Entreviam-se, pois, as modalidades atuais da relação capital-trabalho, das quais seguem emergindo parte importante dos conflitos em torno da riqueza socialmente produzida. Na verdade, estas são apenas as etapas mais recentes de um longo caminho, nas quais se pode antever o fulcro em que se produzirão os novos impasses, tal como se observou no caso dos estudos franceses de juventude e o mais recente contexto de destituição de direitos.

Nesse sentido, cabe retomar as discussões em torno da centralidade do trabalho para se pensar o mundo contemporâneo, bem como suas metamorfoses mais significativas. Na década de 1980, esse debate emerge com mais intensidade, tomando formas diversas⁷⁰, mas, em geral, repercutindo as amplas modificações na esfera da produção trazidas pelo desenvolvimento científico e técnico. Concluiu-se apressadamente, então, pelo fim da lei do valor de Marx (1959)⁷¹, já que, doravante, o chão de fábrica seria ocupado cada vez mais pelas máquinas, em substituição progressiva da força de trabalho operária. Com o tempo, atentou-se para dois fatos correlatos: robôs não geram mais-valor, tratando-se tão-somente da conversão de trabalho vivo em trabalho morto, logo não há prescindência de seres humanos que trabalham; e o dinamismo da ciência, por seu turno, revelou-se igualmente refém da produção de valores de troca, o que acelerou o desenvolvimento das formas de trabalho imaterial, em detrimento, mas jamais a extinção, do trabalho material.

Essa importância crescente da ciência, que se difundira já na década de 1960 com a expansão controlada das empresas multinacionais, ou seja, sem a concessão das inovações tecnológicas principais aos países onde se instalavam, foi o moto renovado do processo de acumulação de capital, cuja

⁷⁰ Cf. Gorz (1982, 1988, 1997), Habermas (1987, 1994), Offe (1989), Rifkin (2006) e Touraine (1989).

⁷¹ Tentativa de desconstrução especificamente empreendida por Habermas (1994), com a tese da transformação gradativa da ciência na principal força produtiva.

rearticulação fundou os novos (mas nem tanto) parâmetros das relações internacionais e fragmentou e embaralhou as relações de trabalho com feições mais tradicionais, essencialmente o fordismo. Nesse cenário, as sutilezas do trabalho abstrato se complexificaram ainda mais, resultando nessas novas interpretações.

Tal constatação está na base dos subseqüentes aumentos de produtividade experimentados em diferentes países nas últimas décadas, decorrentes de avançados sistemas de gestão e de novas tecnologias de produção (ANTUNES, 1999). Essas mudanças, todavia, não foram acompanhadas de ganhos reais para as massas de trabalhadores, ou seja, reformularam-se os mecanismos de apropriação do excedente através de malabarismos cada vez mais sofisticados. São macro-transformações profundas, que redefinem e entrelaçam, por toda parte, os modos de conformação das continuidades e das rupturas, das instituições e das regulações internamente definidas, mas *externamente determinadas*.

Essas mesmas discussões, quando inseridas no contexto brasileiro, requerem outras ponderações, pois, de maneira geral, no mesmo momento em que se discutem, nos países centrais do capitalismo, as mais avançadas tecnologias e suas implicações para os processos de produção, retornamos, como que para não perder o costume, aos velhos dilemas nacionais, já expostos, para, outra vez, reinventarmos novos “jeitinhos”. Isso porque, no momento em que o trabalho imaterial ganha destaque na definição do valor das mercadorias, requerendo altíssimo grau de instrução e especialização (DOS SANTOS, 1983), voltam-se de novo os olhares para a contradição entre as exigências de intensificação do desenvolvimento científico e econômico e a *simultaneidade de uma base social que não se altera a ponto de solidificar as expectativas em contrário*, como o atesta, por exemplo, o Gráfico 02. Portanto, é necessário ter mais claro o que se passa na vida cotidiana das pessoas, como tentamos demonstrar anteriormente, para que fiquem explícitos os diversos mecanismos de restrição da vida dos indivíduos.

Isso, todavia, não se confunde com mensurações do grau de felicidade, ou com a celebração das migalhas que sempre chegam. Na verdade, o que se destaca são as diferentes gradações em que as restrições se manifestam junto aos indivíduos, em particular dos jovens de classes populares, num mesmo espaço social, *face às inúmeras modalidades de inserção no mundo do trabalho* (GUIMARÃES 2005; JARDIM, 2004, 2009; MARTINS, 2004; PAIS, 2001; TELLES, 2006), o que interferirá nos seus respectivos modos de ação e de auto-percepção.

Como vimos, esses jovens são particularmente afetados por essas alterações porque situam-se no momento da vida em que as expectativas mais imediatas das pessoas que os cercam estão fortemente direcionadas para o imprescindível desempenho de alguma atividade produtiva. Entretanto, essas novidades contemporâneas não têm viabilizado tal exigência de *se ter que trabalhar*.

Gráfico 02 – Percentual de jovens de 24 anos com 12 anos ou mais de estudo/Brasil-2006

Fonte: OIT/PREJAL, a partir dos microdados IBGE/PNAD de 2006 (CONSTANZI, 2009, p. 33)

Novamente, então, o ciclo se fecha, pois, ao não arranjam emprego (ou recusarem empregos precários), e conseqüentemente não possuírem os

“suportes” materiais necessários, emergem com assomo as situações de vulnerabilidade, incerteza e desalento, além do aliciamento pelo crime organizado, cujas atividades são mais rentosas e conferem algum *status* social. A emersão desses *habitus precários* (SOUZA, 2003) decorre dos processos que vimos discutindo até aqui, ainda que permaneçam invisíveis para a maior parte das pessoas. Por isso, é nessa *dinâmica do obscuro* que se poderá entrever mais exatamente a medida da restrição.

4.2 A medida da restrição

Nesse ponto, cabe retomar algumas das características dos jovens de classes populares aqui considerados e suas respectivas realidades sócio-econômicas. Diante dessas transformações elencadas, como compreender o coro por “serviço” que ecoou da cidadezinha e que ecoa também das demais zonas rurais e pequenos municípios Brasil afora? De modo equivalente, como identificar as inúmeras nuances do mercado de trabalho nos grandes centros urbanos? Nesse contexto de mudanças, haverá alguma novidade para os jovens, cuja peculiaridade elementar, como visto, é a de chegarem ao mercado de trabalho no mesmo momento em que as bases das relações trabalhistas se alteram, sem portarem, todavia, as devidas credenciais de “qualificação”, “experiência profissional”, “versatilidade” e “loquacidade”? Estarão, assim, de antemão, como que “naturalmente” destinados às sobras do trabalho manual, formalizado ou não, com diversos inconvenientes e baixíssimas remunerações? Ou se lançarão, cada vez mais, à roleta-russa do mercado ilegal? Há alguma injunção para a vida pessoal nesse novo contexto, cujo ritmo do tempo se acelera e os laços de solidariedade se estremecem?

Foram estas algumas questões que emergiram com maior intensidade das pesquisas realizadas em Goiás. Por trás delas, escondem-se as trajetórias biográficas e os discursos apresentados, cujos traços mais significativos delineavam pouco a pouco a junção, cotidianamente operada, entre as

dimensões micro e macro da vida social. As preocupações pessoais em torno do mundo do trabalho estiveram presentes em todos os depoimentos recolhidos.

Quando perguntados sobre o que faltava para suas vidas as respostas unânimes eram, em síntese, um “serviço”, um “emprego”, ou um “emprego melhor”. Outrossim, na ocasião da pergunta sobre o que faltava para o lugar em que viviam, lembravam sempre da impositiva vinda de “mais indústrias”, “mais empregos para a população” e “mais apoio do governo” para esses intentos.

Ora, até certo ponto, estas são exatamente as respostas esperadas para pessoas com as características aqui consideradas (que nomeamos, para efeitos de simplificação, “classes populares”), o que apenas reforça o argumento da *inviabilidade* de se estudar os “sujeitos” apartados de suas configurações sócio-econômicas. Isso decorre do fato de *não se tratarem de características inatas*. Pelo contrário, as posições sociais na estrutura de classes são os frutos mais genuínos das próprias relações sociais dominantes, ou seja, *não existem posições sociais sem as devidas relações sociais que as sustentam*. É dessa interdependência que se deve extrair a compreensão dos artefatos empíricos pautados nas opiniões, relatos orais, experiências e percepções pessoais.

A partir disso, os graus e especificidades dos dilemas pessoais vividos vinculavam-se às vicissitudes de cada trajetória, longe, portanto, de conformarem uma linha homogênea e unívoca de sofrimentos, desligamentos do corpo social, ou de estados de depressão e lamúria, em rápida ascensão nos últimos anos (KEHL, 2009). Nos casos analisados, os laços mais estritos de convivência e proteção social continuavam sendo os principais motivos de impedimento de uma “desfiliação” (CASTEL, 2005), como vimos em ambos os espaços sociais. Entretanto, isso não era suficiente para avaliar as diferentes restrições observadas em cada jovem. Ainda assim, conforme os excertos das entrevistas, a condição dos vinte jovens em relação ao mundo do trabalho, pelos motivos já apresentados, era o que traçava o contorno das projeções de

futuro, das esperanças, das alegrias ou dos desânimos com as contingências da vida cotidiana, pontecendo suas ações individuais. E treze dentre eles estavam desempregados naquele momento.

Como já enfatizado, embora o trabalho imaterial se intensifique lentamente em nossa plaga, o trabalho material ainda é sobrepujante quando falamos de pessoas de classes populares de pequenas cidades (dada sua estreita relação com as atividades agropecuárias e os baixos graus de escolaridade). Tais pessoas ora são lançadas nas franjas restantes do trabalho precário, com altas jornadas, baixíssimos salários e poucas exigências técnicas, ora estão submetidas à aleatoriedade das coisas; algumas delas incorporando-se à alternativa dos subterrâneos do mercado ilegal.

O mercado de trabalho e os canais de inserção e permanência em seu interior tornam-se, pois, a medida mais eficaz das restrições, com todas as decorrências para o desenvolvimento das “subjetividades” (LINHART, 2008a; FORTINO, 2008; SENNET, 2001). Neste contexto, como bem sintetizou Ricardo Antunes (1999), de conversão do trabalho vivo em trabalho morto (os processos de automatização), de redução dos níveis de trabalho improdutivo nas fábricas (supervisão, vigilância e inspeção) e de ampliação das formas de trabalho imaterial (com a crescente importância das produções científicas e das inovações tecnológicas), a tendência é que essas restrições novamente se definam de acordo com a posição ocupada por cada um no sistema produtivo como um todo, reflexo direto da perpetuação da estrutura de classes. Assim, como é comum se observar ultimamente, nem todos estão “inseridos”, e dificilmente se incorporarão de maneira definitiva, um vez que o modelo atual é *incapaz de acomodar a todos*. Pelo contrário, no mesmo momento em que se alarga a população jovem do país, incrivelmente diminui-se a sua participação no estoque de emprego formal (Gráfico 03). Contradição esta que indica não apenas a insuficiência dos postos de trabalho criados, mas também a insegurança permanente para aqueles que trabalham. Logo, já não se trata apenas de garantir o “primeiro emprego”, mas da própria manutenção nalgum emprego (FLORI, 2003), sob o risco de lançarem-se cada vez mais pessoas para a bomba-relógio da economia informal e dos mercados ilegais.

Fica nítida, então, a encruzilhada desses e dessas jovens precariamente inseridos no mercado de trabalho, mais notavelmente nas grandes cidades, as quais apresentam, *mesmo assim*, maiores alternativas. Nas palavras de Antunes (2003):

paralelamente a esta tendência [de se exigir maior qualificação para o trabalho] se acrescenta outra, dada pela *desqualificação* de inúmeros setores operários, atingidos por uma gama diversa de transformações que levaram, de um lado, à *desespecialização* do operário industrial oriundo do fordismo e, por outro, à massa de trabalhadores que oscila entre os temporários (que não têm nenhuma garantia no emprego), aos parciais (integrados precariamente às empresas), aos subcontratados, terceirizados (embora se saiba que há, também, terceirização em segmentos ultraqualificados), aos trabalhadores da ‘economia informal’, enfim, a este enorme contingente que chega até a faixa de 50% da população trabalhadora dos países avançados, quando nele se incluem também os desempregados, que alguns chamam de *proletariado pós-industrial* e que preferimos denominar de *subproletariado* moderno (p. 60, grifos do autor)

A partir daqui se consolida a noção de restrição aqui proposta. Ora, se praticamente todas as questões centrais (cujas síntese, sem dúvida, é a possibilidade de incorporação num emprego) que afligem subjetivamente estas pessoas lhes são, por assim dizer, “exteriores”, cabe deslindar o que se passa à sua volta para, só então, apreender a dinâmica e as circunstâncias desses desligamentos tácitos do corpo social. O caminho inverso poderia até demonstrar maiores detalhes das biografias, como não foi o nosso caso, mas ocorreria um *deficit* razoável de explicação, que nos impediria exatamente de antever os mecanismos de restrição que acompanham toda nossa história.

Gráfico 03 - Participação (%) dos jovens de 15 a 24 anos no estoque de emprego formal total no Brasil (1985-2006 / RAIS)

Fonte: OIT/PREJAL, a partir dos dados da RAIS/MTE (CONSTANZI, 2009, p. 46)

O emprego tem se tornado, para as pessoas de pequenas cidades e para aquelas em situações de vulnerabilidade em geral (em grande número nas metrópoles), um horizonte difícil de atingir, um sonho furtivo, pouco palpável. Em vista desta redução quantitativa e do pioramento qualitativo dos empregos, configura-se um problema de difícil mensuração e resolução. E é por conta disso que crescem as reivindicações por “serviço” ou “serviço fichado”. A obtenção de um emprego prossegue, pois, como uma modalidade decisiva de acesso aos direitos e ao mercado de bens de consumo não-duráveis ou duráveis. O que as diversas situações de desemprego, por sua vez, não revelam são os subterrâneos, privados e públicos, da inadiável reprodução da vida. Essa condição abre as portas de um complexo de práticas, não necessariamente criminosas, que, outra vez, dão visibilidade às fontes e às figuras da restrição.

5 – A interdição das subjetividades e o conhecimento sociológico

O dente morde a fruta envenenada
a fruta morde o dente envenenado
o veneno morde a fruta e morde o dente
o dente, se mordendo, já descobre
a polpa deliciosíssima do nada.
Carlos Drummond de Andrade, *Descoberta*.

Como se depreende desse nosso percurso, buscamos problematizar alguns procedimentos de pesquisa que têm conquistado muito prestígio nas Ciências Sociais como um todo. E a guinada biográfica, como procedimento metodológico, certamente já vem revelando novas dimensões e outros problemas da vida em sociedade. Entretanto, as pesquisas que realizamos em Goiás demonstraram, dentre outros elementos, a inviabilidade, no plano do conhecimento, de se considerar os indivíduos destituídos de seus contextos, ou seja, alheios às relações sociais dominantes que os circunscrevem, as quais determinarão, em boa medida, suas ações individuais. Isso, por sua vez, não significa desconsiderar que os indivíduos possam agir cotidianamente conforme seus próprios desígnios, mas que *estes também* são conduzidos de acordo com limites impostos pela vida em sociedade, pelo que há no espaço, muitas vezes incômodo e pouco claro, que existe entre um indivíduo e outro.

Nesta retomada das entrevistas efetuadas em 2005, essas dimensões ficaram bem nítidas para nós. Desse modo, não se trata de quantificar os graus de auto-estima, mas de entrever o padrão das agruras repetidamente vivenciadas por diferentes indivíduos, que lhes obstrui o alargamento das chances de escolha, ou as oportunidades de novas alternativas, em qualquer espaço social. É aí que se situa o indivíduo restrito. Em outras palavras, trata-se dos modos específicos de como as diversificadas e aperiódicas *injunções impostas estruturalmente aos indivíduos*, resumidas em torno da questão

social, ressoam nas suas trajetórias de vida e nas percepções de si e dos outros.

Nesse sentido, os traços biográficos aqui discutidos buscaram evidenciar o maior ou menor grau de satisfação com a própria vida, as disposições para agir, pensar e sentir, a configuração dos conflitos sociais, enfim, um vasto número de elementos que variavam segundo cada lugar, mas que se vinculavam singularmente ao conjunto mais amplamente considerado. Logo, não se restringiam às singularidades intra-individuais e aos aspectos circunstanciais da vida cotidiana, mas correspondiam à não efetivação de direitos, os quais poderiam equalizar as múltiplas faces da hierarquia social (distinção, favor, clientelismo, tutela).

Não são poucas, como procuramos demonstrar até aqui, as implicações desses mecanismos de restrição socialmente impostos aos indivíduos para a pesquisa social, ou seja, para as opiniões, sentimentos e percepções largamente utilizados hoje em dia. Assim sendo, para além da forma segundo a qual algumas disputas acadêmicas inserem-se nas teorias, produzindo discursos fragmentados da realidade, haverá de ser considerado sempre a estreita e intrincada interdependência entre os níveis micro e macro, sob o risco de, outra vez, se falar de “indivíduos” sem o pano de fundo que traduz suas existências singulares.

5.1 De novo a história: entre mediações e reprodução social

No leito em que corre a história quedam dispersos os fundamentos dessa fusão de fenômenos e práticas diversos a que chamamos “sociedade”. A teia resultante da longa, intrincada e incessante atividade de composição do “real” está como que sustentada por essa dinâmica conflituosa e contraditória. As reminiscências de antão conduzem o atual excerto de uma peça inacaba.

Do fluxo desses movimentos dispersos emergem as indagações e disputas sobre a natureza e o fundamento da vida social. Por isso, no seio das teorias e análises sociais, emergiram princípios e conceitos que buscaram, no correr dos tempos, explicar esse quadro: cadência e imperfeições pontuais, sistema e funções inatendidas, autonomia dos sujeitos e liberdade de ação, as instituições e sua ancoragem na vida cotidiana são alguns dos parâmetros que pressupunham a tarefa ingrata de explicar a totalidade social.

Todavia, como atesta a longa tradição sociológica francesa, ainda que insistamos no predomínio de uma coerência e harmonia minimamente necessárias entre as unidades constituidoras do “tecido social” para que este se sustente, constatam-se ali, ao contrário, amálgamas sempre frágeis e hesitantes⁷². As tentativas de concertar a multiplicidade difusa desses aspectos distintos seguem compondo um ideal diuturnamente renovado, embora os balanços a cada etapa as abortem ou as decifrem. Se o que conta aqui é o “ponto de vista”, ou a forma objetivada da abordagem científica, por outro lado, a fratura social endêmica vem imprimindo, a longa data, os ritmos titubeantes das trajetórias de vida e as várias tonalidades das projeções do futuro. O “selo do aleatório”, decretado para o presente (CASTEL, 2005), não seria, assim, um desafio a mais para a combatida coesão social, mas um elemento constituidor, um contraponto permanente (embora jamais imutável) da produção e reprodução das relações sociais.

O acompanhamento do curso desse rio caudaloso requer uma minuciosa atenção aos contornos políticos dessas disputas, lugar natural das ações humanas ao longo dos anos. Deslindar a composição das linhas de força das classes e grupos sociais no seio da distribuição ou apropriação da riqueza socialmente produzida significa, então, propor um viés comum, dentre outros possíveis, na aproximação dessas lutas. A reposição do problema nesses termos não significa, contudo, a imposição de uma visão de conjunto, anulando as infinitas variações individuais. Pelo contrário, a concretude das diferenças em relação ao acesso aos canais de reprodução da vida deve ser associada

⁷² Bons indicadores podem ser encontrados em Chevalier (2007) e Wacquant (2001).

aos costumes, valores e práticas culturais, campos de menor clareza e rigidez, mas não menos marcados pelas renovadas *distinções hierarquizantes* (também constituidoras das ações sociais), tão típicas das sociedades capitalistas contemporâneas.

Como vimos, a codificação de inúmeros direitos não significa sua subsequente efetivação. São as implicações desse dilema que a “sociologia dos indivíduos” não consegue resolver (MARTUCCELLI e DE SINGLY, 2009). Desfigurando uma expressão comum no Brasil, diríamos que confundem a fome com a vontade de comer, pois dissociam, de maneira geral, o caráter histórico e social daquela (por exemplo, as noções de “genealogia” e “processo”), subsumindo-a às unidades que clamariam pelo “individualismo humanista”⁷³. Noutras palavras, não aderem, em suas análises, as condições necessárias e suficientes para o ideal da emancipação humana. Sua busca incessante por essa emancipação não leva em conta as mediações presentes nos variados modos de anulação dos indivíduos, ou seja, novamente, do caráter de reelaboração contínua do problema da verticalização social, cujo fundamento se encontra na *estruturação* das desigualdades econômicas e sociais. É esse o parâmetro, *socialmente elaborado*, para a definição de quem é mais ou menos indivíduo do que outro, ou para as facilidades ou os tormentos das “*épreuves personnelles*”.

Nesse sentido, os problemas da autonomia humana não derivam da (ou se confundem com a) *forma* “indivíduo”. Esse movimento é falso. Ao contrário, são os modos dominantes das relações sociais que determinam a destruição ou subjugação dos indivíduos, *y compris les jeunes*, sem prejuízo para as diversas possibilidades de resistências ou contrapontos, noutros termos, para a *luta política*. É do compartilhamento de idéias e planos que emergem as ações, individual ou coletivamente levadas a cabo, tendo-se em vista o pano de fundo comum que inviabiliza a plena realização de todas as vidas, a emancipação, a autonomia, a liberdade, como se queira.

⁷³ Conforme a proposição aventada por De Singly (2005): “Com o modelo de um indivíduo emancipado, o individualismo é um humanismo, desenhando um mundo ideal onde cada ser humano poderia desenvolver-se e tornar-se ele mesmo, desfazendo o máximo possível as constrições sociais impostas” (p. 10).

Esse é um tema caro ao Brasil. A predominância de uma sociedade extremamente cindida, com seus níveis conhecidos de violência institucional e inter-pessoal, cujo algoz mais notável continua sendo a concentração de bens e riquezas por algumas pessoas, tão bem moldados por caracteres políticos de longa data praticados e metamorfoseados, segue traçando as marcas dúbias do país de Macunaíma: da alegria e da pobreza que persiste, das lentas mudanças e das heranças históricas malditas, dos movimentos sociais e do longínquo Estado que decide, do reinado contínuo das *commodities* e da alta-tecnologia titubeante, breve, do país que possui a sina de estar sempre “chegando lá”, embora insistentemente se renovem as partidas. É o ornitorrinco de Francisco de Oliveira (2003), em cujas imagens mais recentes parecem estar coladas longas e belas asas, como que sofrendo outra evolução, dessa vez para ganhar os céus e voar...

Tal como na França, os jovens e as jovens de cá seguem experimentando e agindo dentro de suas possibilidades, ainda que sob modelos opacos. Entretanto, a complexidade em que se nos apresentam tais estratégias não anula, nem arrefece, o conteúdo valorativo, e também normativo, que emerge de cada sociedade. Por isso, se, de um lado, como tem demonstrado Bernard Lahire (2001, 2002), tantos aspectos contribuem para a construção contínua do “sistema (ou “patrimônio”, como ele prefere) de disposições para pensar, agir e sentir”, o *habitus* dos indivíduos, cabe reafirmar, de outro, que os feitos das eventuais inserções e permanências no mundo do trabalho prosseguem moldando de maneira resoluta esses gestos e ações, pelo menos para aquela maioria de pessoas cujos instrumentos primordiais de inserção no mercado são ainda seus próprios corpos, ou a venda de sua força de trabalho.

Não obstante, apesar da visibilidade daqueles números concernentes ao desemprego ou às novas modalidades de trabalho precário, faz-se necessário uma abordagem que detalhe e caracterize as referidas transformações na esfera produtiva, o caráter sutil da intensificação da exploração da força de trabalho e a quebra de direitos conquistados a duras penas, adentrando-se, enfim, nos meandros dos “debates”, que, ora pendem para o fatalismo

pragmático, “é assim mesmo, e se não fosse assim seria ainda pior”, ora assumem posturas mais alarmistas, como os que propugnaram o fim do valor-trabalho, ora lançam sobre os indivíduos as responsabilidades absolutas por suas tragédias pessoais, no comum esquema estadunidense do *blame the victim*.

Nesse ínterim, a complexidade da sociedade contemporânea ganha forma e volume espantosos. Assim, inúmeras portas poderiam ser selecionadas para a entrada num dado problema sociológico, porquanto a escolha de uma delas não inviabilizaria, a princípio, o acesso àquela gigantesca teia de elementos dinâmicos do mundo social. Tal como nos mitos e lendas, observamos, em muitas pesquisas e teorias sociais, um certo receio, um distanciamento seguro desses “gigantes”. Parece ser esta a encruzilhada atual da “sociologia dos indivíduos”. Sua preocupação mais comum, no que concerne aos atributos sociais, são os efeitos da nulificação dos “sujeitos” pela “estrutura”. O interessante é que esse procedimento paradoxalmente faz as referências se ampliarem ainda mais, dificultando o quadro de análise, já que as unidades compõem um vasto número. Mesmo que essa vastidão seja interpretada positivamente como resguardo da “diversidade” e da “pluralidade” dos seres humanos, ela prosseguirá apoquentando as metodologias.

Ora, a tentativa aqui foi justamente o contrário: demonstrar que, se os “sujeitos” são diminuídos pela “estrutura”, podemos simplesmente *desvelar a “estrutura”*, partindo das próprias experiências por eles vivenciadas. Ainda assim, não se trata de afirmar que a “estrutura” é o único e definitivo problema para a sociologia, mas que há determinadas dimensões do nível “macro” que vêm sendo obscurecidas por esta legítima preocupação com as *liberdades individuais*. Esse movimento compõe um risco adjacente à dupla complexidade em questão: a da grande diferenciação das sociedades contemporâneas e suas tramas, e a das unidades sociais e sua extensão quase infinita.

Em especial, os estudos sobre jovens, na França, vêm lidando com essas questões de maneira muito recorrente. Se, de um lado, a busca da “especificidade juvenil”, associada à questão dos direitos sociais, possibilita

uma transposição dos debates públicos para o campo institucional, provocando, conseqüentemente, alguns avanços e conquistas; de outro, o mercado de pesquisas e “projetos” que emerge pode passar à margem de outras questões que dizem respeito a *toda a sociedade*.

Com o auxílio da “sociologia dos indivíduos”, a “juventude” contemporânea é, assim, convertida num grandioso e contraditório espetáculo, como já teorizara Debord (1997). De um lado, se lhe atribuem alguns adjetivos e particularidades comuns a outros segmentos populacionais, de outro, fixam-na como um epifenômeno que comprovaria a célere junção entre “individualidade”, “individualização” e “individualismo” na teoria sociológica.

Dessa forma, as conclusões são sempre semelhantes, observando-se apenas variações de grau: a “juventude” “é” individualista, politicamente apática, consumista, hedonista, violenta, racista, participa de grupos extremistas e neo-nazistas, são os novos herdeiros das elites globais, ocupando postos de decisão e deliberação em bancos, empresas e governos, etc. Porém, surge imediatamente o contraditório: “existem também” jovens solidários, engajados politicamente nos partidos políticos e em ONGs, que combatem o capitalismo, são as maiores vítimas da violência, são desempregados e sem perspectivas, se preocupam com o futuro e com o meio-ambiente, participam de religiões, etc. E finalmente as fichas caem: o distanciamento do “todo” resulta numa perigosa contraposição ponto a ponto, semi-maniqueísta, cujas frações de verdade possibilitam apenas as subseqüentes e conhecidas distorções práticas. Para o Brasil, vemos os brados em defesa da redução da maioria penal, a criminalização dos pobres e dos movimentos sociais, o paternalismo de fundo religioso, as políticas públicas a conta-gotas (SPOSITO, 2007), etc. No caso francês, fortalece-se a xenofobia em relação aos jovens de origem muçulmana e africana, intensificam-se as inserções policiais nas *banlieues* e perpetua-se o discurso meritocrático no âmbito do acesso à escolarização técnica e superior.

As diferenças e contradições entre os jovens acompanham normalmente as incoerências de toda a sociedade, e, se existe uma “questão juvenil” no

Brasil ou na França, é porque existem questões outras que, como vimos até aqui, restam inertes na agenda pública. O apelo para cuidarmos de “*nossas próximas gerações*”, cuja alusão ao *passado* se dá por uma opaca idéia de “continuidade”, é, ao mesmo tempo, alarmista e dúbio, pois camufla, no *presente*, as diferenças sociais e econômicas implícitas nas expressões “nossas” (de quem?) e “gerações” (como se constituem suas distinções internas?), assim como dissimula as disputas em torno da noção de *futuro*, aparentemente consensual quando escutamos a palavra “próximas”.

Como visto, o problema da relação indivíduo-sociedade perpassa praticamente toda tradição da teoria sociológica. Por isso, mais do que a história desse objeto de pesquisa, tentou-se aqui observar muito brevemente as novidades segundo as quais ele atualmente nos é apresentado por segmentos diversos da sociologia. A base desse movimento, tem uma motivação, digamos, “forte”: centrar a análise social nas experiências dos indivíduos, como meio de escapar às leituras generalizantes ou “estruturais” do mundo social, de forte conteúdo normativo e estatutário, enfatizando-se a pluralidade intrínseca a esses indivíduos, bem como sua capacidade de agir e interferir nos rumos de suas próprias vidas. Entretanto, ao enfrentarem um monstro sem cabeça, dão origem a outro sem pernas. E, doravante, correm o risco, após longa jornada já iniciada, de retornar às mesmas categorias que atualmente combatem.

Por isso, é preciso de antemão afirmar que certas “resistências” não dizem respeito meramente à recusa do objeto “indivíduo” na “modernidade”, mas muito mais a determinadas *formas* de abordá-lo. Como visto, o pressuposto da crítica é o *conteúdo normativo do posicionamento social*, ou, no limite, a constatação do *fim das classes sociais*. Todo o conflito se daria em torno da subjugação política dos indivíduos em suas condições existenciais particulares e *não* entre classes sociais ou entre indivíduos agrupados em modos cada vez mais complexos, com interesses progressivamente difusos.

Tal como existe um grau de autonomia relativa, também existe um grau de dependência ou de conexão extra-individual relativa, talvez mais perceptível

no caso brasileiro. A ampla diferença ontológica *intra-indivíduos* é confundida, então, com as diferenças existenciais *inter-indivíduos*. Por isso, a crítica de Robert Castel (2009) pode causar algum incômodo, posto que está atrelada a macro-variáveis (econômicas, sociais e políticas) que aterrorizam os indivíduos em geral e os “sociólogos dos indivíduos” em particular.

5.2 – Derradeiras questões

As conexões cambiantes entre os indivíduos jazem num ideal de bem-estar que não corresponde a toda humanidade, já que inseridas no *mercado*, definindo-se, somente a partir daí, os que terão ou não maior mobilidade social, os que estarão ou não “conectados”, os que serão mais ou menos indivíduos. Dessa maneira, por que partir dos indivíduos e neles mesmos ancorar o frágil barco do “individualismo humanista”? Por que tentar imputar disfarçadamente às unidades humanas o peso de sua glória ou de sua tragédia? Como falar dos indivíduos em países periféricos, como o Brasil, nos quais a existência de direitos subscritos formalmente não significa a garantia cotidiana desses direitos?

Talvez sejam essas as “tentações do subjetivismo” de que fala Robert Castel (2009). Na França, como vimos, as referências epistemológicas e empíricas mudam substancialmente em relação ao Brasil, embora as discussões atuais em torno dos imigrantes em geral e dos jovens das *banlieues* se aproximem pouco a pouco dos nosso percalços. Não obstante, vê-se em diversos autores, no máximo, um registro de milhares de seres humanos, com suas devidas “singularidades” e “ações” cotidianas, sem ajuntar praticamente nada de substancial a essas unidades vivas: semelhanças, diferenças, correlações.

Pelo contrário, os *processos de individualização mais exacerbada* que observamos contemporaneamente correspondem ao contexto de arrefecimento das lutas sociais por direitos e por transformações mais significativas da

sociedade como um todo, ainda que se tente argumentar que agora esses conflitos também se “individualizaram”, e não que o individualismo contemporâneo arraste inexoravelmente a humanidade sem ser acompanhado de suas promessas de emancipação. Ao separar *na análise* os indivíduos, ou seja, contemplar a infinitude das experiências individuais na “modernidade”, vendo-as como “uma experiência vital única que permite se sentir à vontade no meio do turbilhão da existência” (MARTUCCELLI e DE SINGLY, p. 05), anulam o conteúdo político que a junção necessária entre eles implica. Outra dimensão aí oculta é que o processo de individualização posto em marcha dissimula as desigualdades *econômicas* entre os indivíduos, engendrando a competição, deliberada ou não e em todas as esferas da vida em sociedade, pelos frutos que advêm de um esforço coletivamente empreendido. Essa pluralidade imanente confirma mais uma vez a dificuldade de uma análise que parta do *singular-singularizado*.

Desse ponto de vista, “fazer da experiência dos indivíduos o objeto central de uma análise social” (*ibidem*, p. 06) não tem nada de ilusório, mas é a elaboração mais acabada da anulação da política *entre* os indivíduos. É praticamente repetir o ponto de vista dos antigos etnólogos, que, ao chegarem em terra estranha, direcionam a sensibilidade de seus olhares para uma vasta paisagem de seres humanos “diferentes”, sem atentar-se, contudo, para o problema implícito que sua própria presença ali impõe. A diferença é que agora o repetem em suas próprias terras.

Assim, não nos interessamos aqui por negar ou escamotear as dores e alegrias dos indivíduos jovens, homens ou mulheres, brancos ou negros, religiosos ou laicos, traficantes de drogas ou vendedores ambulantes, lavradores ou pedreiros, professoras ou secretárias, etc., mas *vislumbrar os movimentos subjacentes a esta paisagem*, demonstração que ficaria prejudicada se nos restringíssemos às variantes mais recentes do procedimento analítico próprio ao *tournant biographique* nas Ciências Sociais. Nesses termos, enfim, a versão sociológica do enigma do ovo e da galinha, também lembrado por Florestan Fernandes (2006, p. 38), permanece insolúvel: sociedades dos indivíduos ou indivíduos sem sociedades?

6 – Referências bibliográficas

ABRAMO, Helena Wendel. “Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil”. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, n. 5/6, Anped, p. 25-36, maio/dez., 1997.

_____. *Cenas Juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta, 1994.

ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (orgs.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania; Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

ABRAMOVAY, Ricardo. *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *A dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985 [1944].

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALEXANDER, Jeffrey C. et ali. (eds.). *The micro-macro link*. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1987.

ALMEIDA, Maria Isabel Mendes; EUGENIO, Fernanda (orgs.). *Culturas jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

AMRANI, Younes; BEAUD, Stéphane. “*Pays de malheur!*”: un jeune de cité écrit à un sociologue. Paris: La Découverte, 2005.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 9 ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora Unicamp, 2003 [1995].

_____. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARRIGHI, Giovanni. “Indústria, imperialismo e a ‘interminável’ acumulação de capital”. In: _____. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, São Paulo: Edunesp, 1996 [1994]. p. 163-245.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. “A sociologia de Florestan Fernandes”. *Tempo Social*. São Paulo, v. 22, p. 9-27, 2010.

_____. *Metrópole e Cultura: São Paulo no meio do Século XX*. São Paulo: EDUSC, 2001.

AUGUSTO, Maria Helena Oliva. "Retomada de um legado intelectual: Marialice Foracchi e a sociologia da juventude". *Tempo Social*. São Paulo, v. 17, n.2, p. 11-33, nov., 2005.

BAENINGER, Rosana. *Região, metrópole e interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes Brasil 1980-1996*. Tese (Doutorado). Campinas, IFCH-UNICAMP, 1999.

BAMBIRRA, Vânia. *El capitalismo dependiente en América Latina*. Cidade do México: Siglo XXI, 1974.

_____. *Teoría de la dependencia: una anticrítica*. Cidade do México, 1978.

BEAUD, Stéphane. *80% au bac... et après?: les enfants de la démocratisation scolaire*. Paris: La Découverte, 2002.

BEAUD, Stéphane; PIALOUX, Michel. *Retour sur la condition ouvrière: enquête aux usines Peugeot de Sochaux-Montbéliard*. Paris: Fayard, 2004 [1999].

_____. *Violences urbaines, violence sociale: genèse des nouvelles classes dangereuses*. Paris: Fayard, 2003.

BENJAMIN, Walter. "Experiência e pobreza". In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7 ed. São Paulo: Brasiliense (Obras Escolhidas, v. 01), 1994 [1933]. p. 114-119.

BERCOVICI, Gilberto. "'O direito constitucional passa, o direito administrativo permanece': a persistência da estrutura administrativa de 1967". In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 77-90.

BERNARDES, Genilda D'arc. *Goiânia, Cidade Planejada / Cidade Viva: discurso e cultura da modernidade*. Tese (Doutorado). Brasília, Departamento de Sociologia-UnB, 1998.

BLUMER, Herbert. *Symbolic interactionism: perspective and method*. Califórnia: Prentice-Hall, 1969.

BORDET, Joëlle. *Les "jeunes de la cité"*. Paris: Presses Universitaires de France, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 2003 [1974].

_____. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001 [1997].

_____. (org.). *La misère du monde*. Paris: Seuil, 1993.

_____. *Esquisse d'une théorie de la pratique (précédé de trois études d'ethnologie kabyle)*. Paris: Éditions du Seuil, 2000 [1972].

_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. *Le sens pratique*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980.

_____. *La distinction: critique sociale du jugement*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1979.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *La reproduction: elements pour une théorie du système d'enseignement*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1970.

_____. *Les héritiers: les étudiants et la culture*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1964.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A clara cor da noite escura: escritos e imagens de mulheres e homens negros de Goiás e Minas Gerais*. Goiânia: Editora UCG; Uberlândia: Editora UFU, 2009.

_____. *Prece e benção: espiritualidades religiosas no Brasil*. Aparecida: Santuário, 2009a.

_____. *O saber, o cantar e o viver do povo*. São José dos Campos: Fundação Cultural Cassiado Ricardo, 2009b.

_____. *De tão longe eu venho vindo: símbolos, gestos e rituais do catolicismo popular em Goiás*. Goiânia: Editora UFG, 2004.

_____. *O afeto da terra: imaginários, sensibilidades e motivações de relacionamentos com a natureza e o meio ambiente entre agricultores e criadores sitiantes do Bairro dos Pretos, nas encostas paulistas da serra da Mantiqueira, em Joanópolis*. Campinas: Editora UNICAMP, 1999.

_____. *Os deuses do povo: um estudo sobre a religião popular*. 2 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986 [1980].

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; RAMALHO, José R. *Campesinato goiano: três estudos*. Goiânia: Editora UFG, 1986.

BRASIL. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo agropecuário 2006*. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em 10 de novembro de 2010.

BRASIL. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Perfil dos municípios brasileiros: gestão pública 2004*. Pesquisa de Informações Básicas Municipais, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em 10 de novembro de 2010.

BRASIL. IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. *Desigualdade regional recente: uma nota a partir de dados estaduais*. *Comunicados do Ipea*. Rio de Janeiro; Brasília, n. 71, dez. 2010. Disponível em www.ipea.gov.br. Acesso em 02 de janeiro de 2011.

BRASIL. MDIC/SECEX. Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio. Secretaria de Comércio Exterior. *Balança comercial brasileira: dados consolidados, janeiro-setembro de 2010*. Disponível em www.mdic.gov.br. Acesso em 02 de janeiro de 2011.

BULGUESE, Maria Silvia. *Depressão e doença nervosa moderna*. São Paulo: Via Lettera; Fapesp, 2004.

CACCIA-BAVA, Augusto; PÀMPOLS, Carles Feixa; CANGAS, Yanko Gonzáles. *Jovens na América Latina*. São Paulo: Escrituras Editora, 2004.

CACOUAULT, Marlaine; MUXEL, Anne (dir.). *Les jeunes d'Europe du Sud et la politique: une enquête comparative France, Italie, Espagne*. Paris: L'Harmattan, 2001.

CAIAFA, Janice. *Movimento Punk na cidade: a invasão dos bandos sub*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34; EDUSP, 2000.

CAMARANO, Ana Amélia (org.). *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição*. Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

CAMARANO, Ana Amélia et al. *Caminhos para a vida adulta: as múltiplas trajetórias dos jovens brasileiros*. Brasília; Rio de Janeiro: Ipea, 2004.

CAMPOS, Francisco Itami. "A política tradicional em Goiás: 1930 a 1960". In: SOUZA, Dalva Borges (org.). *Goiás: sociedade e estado*. Goiânia: Cênone Editorial, 2004.

_____. *Coronelismo em Goiás*. Goiânia: UFG, 1987.

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Duas Cidades e Editora 34, 2001 [1964].

_____. "A Revolução de 1930 e a cultura". *Revista Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, v. 02, n. 04, p. 27-36, abril, 1984.

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 2 ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 1981 [1977].

CARDOSO, Fernando Henrique; FALLETO, Enzo. *Dependencia y desarrollo en América Latina: ensayo de interpretación sociológica*. Cidade do México: Siglo XXI, 1969.

CARRANO, Paulo César Rodrigues. *Os jovens e a cidade: identidades e práticas culturais em Angra de tantos reis e rainhas*. Rio de Janeiro: Relumé Dumará, FAPERJ, 2002.

CARVALHO FRANCO, Francisco de Assis. *Bandeiras e bandeirantes de São Paulo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

CARVALHO FRANCO, Maria Sylvia de. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4 ed., São Paulo, Edunesp, 1997 [1969].

CASTEL, Robert. *La montée des incertitudes: travail, protections, statut de l'individu*. Paris: Seuil, 2009.

_____. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2005 [1995].

CHAMBERLAYNE, Prue; BORNAT, Joanna; WENGRAF, Tom (orgs.). *The turn to biographical methods in Social Science: the comparative issues and examples*. London: Routledge, 2000.

CHAVES, Elza Guedes. *De invasor a posseiro: Estado-Igreja e a luta pela terra urbana*. Dissertação (Mestrado). João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, 1985.

CHEVALIER, Louis. *Classes laborieuses et classes dangereuses à Paris pendant la première moitié du XIXe siècle*. Paris: Perrin, 2007 [1958].

CICCHELLI, Vincenzo; PUGEAULT-CICCHELLI, Catherine. "Les recherches sociologiques sur la jeunesse en France et leurs liens avec les préoccupations politico-administratives". *Papers Revista de Sociologia*. Barcelona, v. 79, p. 101-120, 2006.

CICOUREL, Aaron Victor. "Notes on the integration of micro- and macro-levels of analysis". In: KNORR-CETINA, Karin; CICOUREL, Aaron Victor (eds.), *Advances in social theory and methodology: toward an integration of micro- and macro-sociologies*. London: Routledge; Boston: Kegan Paul, 1981. p. 51-80.

COHEN, Daniel. "Préface". In: FOURASTIÉ, Jean, *Les trente glorieuses ou la révolution invisible de 1946 à 1975*. Paris: Fayard, 1979. p. I-X.

COSTANZI, Rogério Nagamine. *Trabalho decente e juventude no Brasil*. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2009.

CORROCHANO, Maria Carla. *Jovens olhares sobre o trabalho: um estudo dos jovens operários e operárias de São Bernardo do Campo*. Dissertação (Mestrado). São Paulo, FE-USP, 2001.

D'INCAO, Maria Conceição. *O "bóia-fria": acumulação e miséria*. 9 ed. Petrópolis, Vozes, 1983 [1975].

DAL ROSSO, Sadi. *Mais trabalho!*. São Paulo: Boitempo, 2008.

DAYRELL, Eliane Garcindo. *Colônia Agrícola Nacional de Goiás: análise de uma política de colonização na expansão para o Oeste*. Dissertação (Mestrado). Goiânia, FCHF-UFG, 1978.

DAYRELL, Juarez. *A música entra em cena: o rap e o funk na socialização da juventude*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2005.

DE SINGLY. *Les adonaissants*. Paris: Armand Colin, 2006.

_____. *L'individualisme est un humanisme*. La Tour d'Aigues: Éditions de l'Aube, 2005.

_____. *Les uns avec les autres: quand l'individualisme crée du lien*, Armand Colin, 2004.

_____. *La spécificité de la jeunesse dans les sociétés individualistes*. In: DUBET, François; GALLAND, Olivier; DESCHAVANNE, Éric. *Comprendre les jeunes. Revue de Philosophie et de Sciences Sociales*. Paris, n. 05, Presses Universitaires de France, 2004a.

_____. *Libres ensemble: l'individualisme dans la vie commune*. Paris: Nathan, 2000.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997 [1967].

DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. 3v. Belo Horizonte: Editoria Itatiaia Limitada; São Paulo: EDUSP, 1989 [1834-1839].

DONZELOT, Jacques. *L'invention du social: essai sur le déclin des passions politiques*. Paris: Fayard, 1984.

DOS SANTOS, Theotônio. *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. *Revolução científico-técnica e capitalismo contemporâneo*. Petropolis: Vozes, 1983.

_____. *Imperialismo e dependência*. Cidade do México: Era, 1968.

_____. *Socialismo o fascismo: dilema de América Latina*. Santiago: Editorial PLA, 1968a.

_____. *El Nuevo carácter de dependencia*. Santiago: Centro de Estudios Socio-Económicos, 1967.

DUBET, François. *Le déclin de l'institution*. Paris: Seuil, 2002.

_____. *Sociologie de l'expérience*. Paris: Seuil, 1995.

_____. *Les lycéens*. Paris: Seuil, 1991.

_____. *La galère: jeunes en survie*. Paris: Fayard, 1987.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999 [1895].

_____. *Da divisão do trabalho social*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999a [1893].

_____. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 1996 [1912].

EHRENBERG, Alain. *L'individu incertain*. Paris: Hachette Littératures, 1995.

_____. *La fatigue d'être soi: dépression et société*. Paris: Odile Jacob, 1998.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador. Formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993 [1939].

_____. *O processo civilizador. Uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994a [1939].

_____. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994 [1987].

_____. *Mozart: sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995 [1991].

_____. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997 [1989].

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000 [1965].

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra: segundo as observações do autor e fontes autênticas*. São Paulo: Boitempo, 2008 [1844].

ENTRE les murs. Direção de Laurent Cantet. Produção de Caroline Benjo; Carole Scotta. Paris: Haut et Court, France 2 Cinéma, Canal+ (128 min.), 2008.

ESTEVAM, Luís. *O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás*. 2 ed. Goiânia: Editora UCG, 2004 [1998].

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. 3 ed. 2 v. Porto Alegre: Globo, 1976 [1957].

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. 2 ed. São Paulo: Global, 2007 [1972].

_____. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5 ed. São Paulo: Globo, 2006 [1975].

_____. "Tiago Marques Aipobureu: um bororo marginal". *Tempo Social*. São Paulo, v. 19, n. 2, p. 293-323, 2007 [1946].

_____. *A integração do negro na sociedade de classes*. 3. ed. 2 v. São Paulo: Ática, 1978 [1964].

_____. *Mudanças Sociais no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.

FERNANDES, Florestan; BASTIDE, Roger. *Branços e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana*. 4 ed. São Paulo: Global, 2008 [1955].

FLORI, Priscilla Matias. *Desemprego de jovens: um estudo sobre a dinâmica do mercado de trabalho juvenil brasileiro*. Dissertação (Mestrado). São Paulo, FEA-USP, 2003.

FORACCHI, Marialice. "A juventude: ascensão social e rebelião". In: _____. *A participação social dos excluídos*. São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977 [1965] .

_____. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Pioneira, 1972.

FORTINO, Sabine. "La mise à distance des pauvres. Gestion de la precarité, effacement de la subjectivité et résistances. Le cas de la fourniture d'énergie (1985-2004). In: LINHART, Danièle (dir.). *Porquoi travaillons-nous?: une approche sociologique de la subjectivité au travail*. Paris: Érès, 2008.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 16 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2005 [1976].

_____. *Sécurité, Territoire, Population*. Paris: Seuil; Gallimard, 2004.

_____. *Naissance de la biopolitique*. Paris: Seuil; Gallimard, 2004a.

_____. *Il faut défendre la société*. Paris: Seuil; Gallimard, 1997.

FOURASTIÉ, Jean. *Les trente glorieuses ou la révolution invisible de 1946 à 1975*. Paris: Fayard, 1979.

FRANÇA. INSEE. *Institut National de la statistique et des études économiques*. Disponível em www.insee.fr. Acesso em 20 de janeiro de 2010.

FRANK, Andre Gunder. *Acumulação dependente e subdesenvolvimento: repensando a teoria da dependência*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

_____. *Latin America underdevelopment or revolution: essays on the development of underdevelopment and the immediate enemy*. New York: Modern Reader, 1969.

_____. *Capitalism and underdevelopment in Latin America: historical studies of Chile and Brazil*. New York: Monthly Review Press, 1967.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 15 ed. São Paulo: Global, 2004 [1936].

_____. *Casa Grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. 43 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001 [1933].

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 34 ed. São Paulo, Companhia das letras, 2007 [1959].

_____. *A economia latino-americana*. 3 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976 [1969].

_____. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. 5 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1975 [1967].

_____. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

_____. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

GALLAND, Olivier. *Les jeunes Français ont-ils raison d'avoir peur?*: Paris, Armand Colin, 2009.

_____. *Sociologie de la jeunesse*. 4 ed. Paris: Armand Colin, 2007 [1991].

_____. "Adolescence, post-adolescence, jeunesse: retour sur quelques interprétations". *Revue Française de Sociologie*. Paris, XXXII-4, p. 611-644, 2001

GALLAND, Olivier; LEMEL, Yannick. *Valeurs et cultures en Europe*. Paris: La Découverte, 2007.

GALLAND, Olivier; ROUDET, Bernard (orgs.). *Les jeunes européens et leurs valeurs*: Europe occidentale, Europe centrale et orientale. Paris: La Découverte, 2005.

GARFINKEL, Harold. *Studies in Ethnomethodology*. New Jersey: Prentice Hall, 1967.

GEREMEK, Bronislaw. *La potence et la pitié*: l'Europe et les pauvres, du moyen age à nous jours. Paris: Gallimard, 1988.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. 14. ed Imprensa Petrópolis: Vozes, 2007 [1959].

_____. *Estigma*: notas sobre a manipulação da Identidade deteriorada. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988 [1963].

GOIÂNIA. Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo. *Planta Geral de Goiânia*. Disponível em www.goiania.go.gov.br/shtml/seplam/principal.shtml. Acesso em 15 de dezembro de 2010.

GORTER, Herman. *Reponse a Lenine*. Lettre ouverte au camarade Lénine. Paris, Spartacus Cahiers Mensuels, série B, n. 109, 1979 [1920].

GORZ, André. *Misères du présent, richesse du possible*. Paris: Galilée, 1997.

_____. *Métamorphoses du travail*: quête du sens. Paris: Galilée, 1988.

_____. *Adeus ao proletariado*: para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense, 1982 [1980].

GROPPO, Luís Antonio. *Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

GUIMARÃES, Eloisa. *Escola, galeras e narco-tráfico*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003 [1998].

GUIMARÃES, Nadya Araujo. *Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil?* In: ABRAMO, Helena Wendel e BRANCO, Pedro Paulo Martoni (orgs.).

Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania; Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade: doze lições*. São Paulo: Martins Fontes, 2000 [1985].

_____. *Técnica e ciência como ideologia*. Lisboa: Edições 70, 1994 [1968].

_____. “A nova intransparência”. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, n. 18, setembro, p. 103 - 114, 1987 [1985].

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992 [1989].

HELLER, Agnes. *Sociología de la vida cotidiana*. 4. ed. Barcelona: Ediciones Península, 1994 [1970].

_____. *O homem do Renascimento*. Lisboa: Presença, 1982 [1967].

HERSCHMANN, Micael. *O funk e o hip-hop invadem a cena*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

HUHN, Willy. *Trotsky le Staline manqué*. Paris, Spartacus Cahiers Mensuels, série B, n. 113, 1981 [1979].

IANNI, Octávio. *Raças e classes sociais no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987 [1972].

_____. *O colapso do populismo no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1978 [1967].

IMBRIZI, Maria Jaquelina. *A formação do indivíduo no capitalismo tardio: uma análise de estudos que vinculam a esfera subjetiva ao mundo do trabalho*. São Paulo: Hucitec, 2005.

JARDIM, Fabiana Augusta Alves. *Do desempregado ao desemprego: desenvolvimento das políticas públicas de emprego no Brasil*. Tese (Doutorado). São Paulo, FFLCH-USP, 2009.

_____. *Entre o desalento e a invenção: experiências de desemprego em São Paulo*. Dissertação (Mestrado). São Paulo, FFLCH-USP, 2004.

KANT DE LIMA, Roberto. “Cultura jurídica e práticas policiais: a tradição inquisitorial”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 04, n. 10, p. 65-85, 1989.

_____. “Polícia e exclusão na cultura judiciária”. *Tempo Social*. São Paulo, v. 09, n.01, p. 169-183, maio, 1997.

KAUFMANN, Jean-Claude. *Quand Je est un autre: pourquoi et comment ça change en nous*. Paris: Armand Colin, 2008.

_____. *Ego: pour une sociologie de l'individu*. Paris: Armand Colin, 2004.

_____. *Agacements: les petites guerres du couple*. Paris: Armand Colin, 2007.

KEHL, Maria Rita. *O tempo e o cão: a atualidade das depressões*. São Paulo, Boitempo, 2009.

KHOSROKHAVAR, Farhad. *L'islam dans les prisons*. Paris: Balland, 2004.

_____. *L'islam des jeunes*. Paris: Flammarion, 1997.

KORSH, Karl. *Marxismo e Filosofia*. Porto: Afrontamento, 1977 [1923].

KOWARICK, Lúcio. "Cidade e cidadania: cidadão privado e subcidadão público". *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v. 5, n. 2, p. 02-08, abr/jun, 1991.

_____. *A espoliação urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

LAHIRE, Bernard. *La culture des individus: dissonances culturelles et distinction de soi*. Paris: La Découverte, 2004.

_____. *Portraits sociologiques: dispositions et variations individuelles*. Paris: Nathan, 2002.

_____. *L'Homme pluriel: les ressorts de l'action*. Paris: Hachette, 2001 [1998].

LAPEYRONNIE, Didier. "Les jeunes Maghrébins nés en France: assimilation, mobilisation et action". *Revue Française de Sociologie*. Paris, v.28, n.2, p. 287-318, juin, 1987.

LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997 [1948].

LE GOAZIOU, Véronique; MUCCHIELLI, Laurent. *Quand les banlieues brûlent: retour sur les émeutes de novembre 2005*. Paris: La Découverte, 2006.

LECCARDI, Carmen. *Sociologie del tempo: soggetti e tempo nella società dell'accelerazione*. Roma-Bari: Laterza, 2009.

_____. "Por um novo significado do futuro: mudança social, jovens e tempo". *Tempo Social*. São Paulo, v. 17, n. 2, p. 35-57, nov., 2005.

LEFEBVRE, Henri. *Critique de la vie quotidienne*. 2 ed. Paris: L'Arche Éditeur, 1958 [1947].

_____. *La vie quotidienne dans le monde moderne*. Paris: Gallimard, 1968.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. *Que fazer?: a organização como sujeito político*. São Paulo: Martins Fontes, 2006 [1902].

LEPOUTRE, David. *Cœur de banlieue: codes, rites et languages*. Paris: Odile Jacob, 2001 [1997].

LEPENIES, Wolf. *As três culturas*. São Paulo: EDUSP, 1996 [1995].

LINHART, Danièle (dir.). *Porquoi travaillons-nous?: une approche sociologique de la subjectivité au travail*. Paris: Érès, 2008.

_____. "Introduction: que fait le travail aux salariés? Que font le salariés du travail? Point de vue sociologique sur la subjectivité au travail". In: _____. *Porquoi travaillons-nous?: une approche sociologique de la subjectivité au travail*. Paris: Érès, 2008a. p. 07-33.

LÖWY, Michel. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2000 [1996].

LUXEMBURGO, Rosa. *A Crise da Social-Democracia*. Lisboa: Presença, 1978 [1915].

_____. *Reforma ou Revolução?* Lisboa: Estampa, 1974 [1898-1899].

LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1923].

MACHADO, Maria Cristina Teixeira. *Pedro Ludovico: um tempo, um carisma, uma história*. Goiânia: Editora UFG, 1990.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. "Os circuitos dos jovens urbanos". *Tempo Social*. São Paulo, v. 17, n. 12, p. 173-205, nov., 2005.

MARCUSE, Herbert. "Algumas implicações sociais da tecnologia moderna". In: KELLNER, Douglas (org.). *Tecnologia, guerra e fascismo*. São Paulo: Edunesp, 1999 [1941].

_____. *Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. 5 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1972 [1955].

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. "La juventud és mas que una palabra". In: MARGULIS, Mario (Ed.). *La juventud és más que una palabra: ensayos sobre cultura y juventud*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 1998.

MARINI, Rui Mauro. *Dialéctica de la dependencia*. Cidade do México: Era, 1973.

MARIZ, Cecília Loreto. "Comunidades de vida no Espírito Santo: juventude e religião". *Tempo Social*. São Paulo, v. 17, n. 12, p. 253-273, nov., 2005.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classes e status*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1967 [1963].

MARTINS, Heloísa Helena Teixeira de Souza. "A difícil transição – análise das trajetórias ocupacionais de jovens operários metalúrgicos". In: DOWBOR, Ladislau et al. (orgs.). *Desafios do trabalho*. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 169-186.

_____. "O processo de reestruturação produtiva e o jovem trabalhador: conhecimento e participação". *Tempo Social*. São Paulo, v.13, n. 2, p. 61-87, nov., 2001.

_____. "A juventude no contexto da reestruturação produtiva". In: ABRAMO, Helena Wendel et al. (orgs.). *Juventude em debate*. São Paulo: Cortez, 2000, p. 17-40.

_____. "O jovem no mercado de trabalho". Juventude e contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, Anped, n.5 e 6, p. 96-110, 1997.

MARTINS, José de Souza Martins. *A aparição do demônio na fábrica: origens sociais do Eu dividido no subúrbio operário*. São Paulo: Editora 34, 2008.

_____. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. "A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira". In: SCHWARCZ, Lilian Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. v. 04. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 659-726.

_____. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. "Tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira". *Tempo Social*. São Paulo, v. 8, n. 1, p. 25-70, maio, 1996.

_____. "Reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil". *Tempo Social*. São Paulo, v. 6, n. 1 e 2, p. 01-25, 1994.

_____. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1991 [1980].

_____. *Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975.

_____. *A imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo: Pioneira, 1973.

MARTUCCELLI, Danilo. *Grammaires de l'individu*. Paris: Gallimard, 2002.

_____. "Figuras y dilema de la juventud en la modernidad". *Movimento*. Rio de Janeiro, n. 1, p.28-51, maio, 2000.

_____. "Socialisation et désinstitutionnalisation: le cas des adolescents". *Recherches Sociologiques*. Louvain, Belgique, n. 03, p. 91-110, 1998.

MARTUCCELLI, Danilo; DE SINGLY, François. *Les sociologies de l'individu*. Paris: Armand Colin, 2009.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004 [1932].

_____. "O 18 Brumário". In: _____. *O 18 Brumário e cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997 [1852]. p. 09-159.

_____. *Lutas de classes na França – 1848 a 1850*. Rio de Janeiro: Avante, 1984 [1850].

_____. *El Capital: crítica de la Economía Política*. 2 ed. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1959 [1857].

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. São Paulo: Boitempo, 2007 [1924].

_____. *Manifesto do Partido Comunista*. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *O manifesto comunista 150 anos depois*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998 [1848].

MAUGER, Gérard. *Les jeunes en France: état des recherches*. Paris: La documentation française, 1994.

MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas”. In : _____. *Sociologia e Antropologia*. v. II. São Paulo: EDUSP, 1974 [1923-24].

MEAD, George Herbert. *Mind, self and society: from the standpoint of a social behaviorist*. Chicago: Chicago University Press, 1952 [1934].

MISSAOUI, Lamia; TARRIUS, Alain. “Villes et migrants, du lieu-monde au lieu-passage”. *Revue européenne des migrations internationales*. Poitiers, v. 22, n. 2, p. 43-65, 2006.

MOYSÉS, Aristides. *Goiânia: metrópole não planejada*. Goiânia: Editora UCG, 2004.

_____. *Estado e urbanização: conflitos sociais na Região Noroeste de Goiânia (década de 1980)*. Dissertação (Mestrado). São Paulo, PUC-SP, 1996.

MUXEL, Anne. *L'expérience politique des jeunes*. Paris: Presses de Sciences Po, 2001.

_____. *Les jeunes et la politique*. Paris: Hachette, 1996.

NAKAMURA, Eunice. *Depressão na infância: uma abordagem antropológica*. Tese (Doutorado). São Paulo, FFLCH-USP, 2004.

NEVES, Fernando Lima das. *Nas encruzilhadas do eu e do nós: juventude, auto-imagem e interação social numa pequena cidade*. Dissertação (Mestrado). São Paulo, FFLCH-USP, 2006.

_____. “Juventude e vulnerabilidade social”. *Plural*. São Paulo, n. 12, p. 47-52, 2005.

NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (orgs.). *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1995 [1979].

NOVAIS, Fernando A.; CARDOSO DE MELLO, João Manuel. "Capitalismo tardio e sociabilidade moderna". In: SCHWARCZ, Lilian Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. v. 04. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 559-658.

NUNES, Jordão Horta. *Interacionismo simbólico e dramaturgia: a sociologia de Goffman*. São Paulo: Humanitas; Goiânia: Editora UFG, 2005.

OFFE, Claus. "Trabalho como categoria sociológica fundamental?". In: _____. (org.). *Trabalho e Sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho*. v. 01. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. p. 13-41.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. *Do pântano ao jardim: uma nova esperança*. Goiânia. Dissertação (Mestrado). FCHF-UFG, 2002.

OLIVEIRA, Francisco de. "Ditadura militar e crescimento econômico: a redundância autoritária". In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004. p. 117-124.

_____. *Crítica à razão dualista. O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003 [1972].

_____. *A economia da dependência imperfeita*. 5 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989 [1977].

PAIS, José Machado. *Ganchos, tachos e biscates*. Lisboa: Âmbar, 2001.

PAIVA, Rita. *A constituição do Eu: os imperativos da interpretação e a perda de sentido*. *Tempo Social*. São Paulo, v. 10, n. 1, p. 83-104, maio, 1998.

PALACÍN, Luis. *A fundação de Goiânia e o desenvolvimento de Goiás*. Goiânia: Oriente, 1976.

PANNEKOEK, Anton. *Lénine philosophe: examen critique des fondements philosophiques du léninisme*. Paris: Spartacus Cahiers Mensuels, série B, n. 34, 1970 [1938].

_____. *Les conseils ouvriers*. 2 v. Paris: Spartacus Cahiers Mensuels, série B, n. 114 e 119, 1982 [1946].

PAOLI, Maria Célia. "O mundo do indistinto: sobre gestão, violência e política". In: OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba. *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 221-256.

PERALVA, Angelina. "Levantes urbanos na França". *Tempo Social*. São Paulo, v. 18, n. 1, p. 81-104, 2006.

_____. "Brésil: les nouvelles faces de la violence". *Cultures & Conflits*. Paris, n. 6, [en ligne], mis en ligne le 06 janvier 2003, <<http://www.conflits.org/index676.html>> (consultado em 05 de maio de 2008).

PERROT, Michelle. *Jeunesse de la grève: France 1871-1890*. Paris: Seuil, 1984 [1974].

PIMENTA, Melissa de Mattos. "Ser Jovem" e "Ser Adulto": identidades, representações e trajetórias. Tese (Doutorado). São Paulo, FFLCH-USP, 2006.

_____. *Jovens em transição um estudo sobre a transição para a vida adulta entre estudantes universitários em São Paulo*. Dissertação (Mestrado). São Paulo, FFLCH-USP, 2001.

POCHMANN, Marcio. *A batalha do primeiro emprego: as perspectivas e a situação atual do jovem no mercado de trabalho brasileiro*. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.

POLANYI, Karl. *La grande transformation: aux origines politiques et économiques de notre temps*. Paris: Gallimard, 1983 [1944].

PREBISCH, Raúl. *Capitalismo periférico: crisis y transformación*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1981.

PROCACCI, Giovanna. *Gouverner la misère: la question sociale en France 1789-1848*. Paris: Seuil, 1993.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Edunesp, 1993.

RIFKIN, Jeremy. *La fin du travail*. Paris: La Découverte, 2006 [1995].

RINGER, Fritz K. *O declínio dos mandarins alemães: a comunidade acadêmica alemã, 1890-1933*. São Paulo: EDUSP, 2000 [1969].

RUSTIN, Michael. "Réflexions sur le tournant biographique dans les sciences sociales". In: ASTIER, Isabelle; DUVOUX, Nicolas (éds.). *La Société biographique: une injonction à vivre dignement*. Paris: L'Harmattan, 2006. p. 33-53.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995 [1988].

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SCHIFF, Claire. "Nouvelles jeunesses immigrées en France et aux Etats-Unis". *Agora débats /jeunesse*. Paris, n. 22, p. 77-88, 2000.

SCHMIDT, João Pedro. *Juventude e política no Brasil: a socialização política dos jovens na virada do milênio*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

SCHWARZ, Roberto, "As idéias fora do lugar", In: _____. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 5 ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000 [1977].

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. 5 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001 [1998].

SILVA, Ana Lúcia da. *A Revolução de 30 em Goiás*. Goiânia: Cênone Editorial; Agepel, 2001.

SILVA, Cristiane Aparecida Fernandes da. *Trabalho e quimeras: dilema vivido pelo jovem operário*. Dissertação (Mestrado). São Paulo, FFLCH-USP, 2002.

SIMMEL, Georg. *The philosophy of money*. 2 ed. London: Routledge, 1991 [1900].

_____. "The metropolis and mental life". In: WOLFF, Kurt H. *The sociology of Georg Simmel*. New York: Free Press, 1964. p. 404-424.

_____. *On individuality and social forms selected writings*. Chicago: University of Chicago Press, 1971.

SOUZA, Dalva Borges de. *Violência, poder e autoridade em Goiás*. Goiânia: Editora UFG, 2006.

SOUZA, Jessé et al. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SOUZA, Jessé (org.). *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

SOUZA, Jessé. *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

SPOSATI, Aldaíza. *Vida urbana e gestão da pobreza*. São Paulo: Cortez, 1988.

SPOSITO, Marília Pontes (org.). *O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)*. 2 v. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

_____. (org.). *Espaços públicos e tempos juvenis: um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras*. São Paulo: Global, 2007.

_____. (org.). *Juventude e escolarização (1980-1998)*. Brasília: MEC/Inep/Comped, 2002.

_____. "Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação". *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, v. 13, p. 73-94, 2000.

STRAUSS, Anselm. *Espelhos e máscaras*. São Paulo: EDUSP, 1999 [1959].

STROPASOLAS, Valmir Luis. *O mundo rural no horizonte dos jovens*. Florianópolis: Editora UFSC, 2006.

TAKEUTI, Norma Missae. *No outro lado do espelho: a fratura social e as pulsões juvenis*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

TARRIUS, Alain. *Économies souterraines: le comptoir maghrébin de Marseille*. La Tour d'Aigues: Éditions de l'Aube, 2000.

TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1972.

TELES, Edson. "Entre justiça e violência: estado de exceção nas democracias do Brasil e da África do Sul". In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 299-318.

TELLES, Vera da Silva. "Mutações do trabalho e experiência urbana". *Tempo Social*. São Paulo, v. 18, n. 1, p. 173-195, 2006.

_____. *Pobreza e cidadania*. São Paulo: Editora 34; Curso de Pós-Graduação em Sociologia (USP), 2001.

_____. *Direitos sociais: afinal do que se trata?*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

TÊTU, Marie-Thérèse. "La migration au risque de l'illégalité, entre France et Algérie (1998-2004)". *Revue Européenne des Migrations Internationales*. Poitiers, v. 24, n. 3, p. 107-146, 2008.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 [1991].

TÖNNIES, Ferdinand. *Communauté et société: catégories fondamentales de la sociologie pure*. Paris: Presses Universitaires de France, 1944 [1887].

TOPALOV, Christian. *Naissance du chômeur, 1880-1910*. Paris: Albin Michel, 1994.

TOURAINÉ, Alain. "Os novos conflitos sociais: para evitar mal-entendidos". *Lua Nova*. São Paulo, n. 17, p. 5-18, jun., 1989.

_____. "Une sociologie sans société". *Revue Française de Sociologie*. Paris, XXII-1, p. 03-13, jan.-mars, 1981.

VAN DE VELDE, Cécile. *Devenir adulte: sociologie comparée de la jeunesse en Europe*. Paris: Presses Universitaires de France, 2008.

VEIGA, José Eli da. *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. 2 ed. Campinas: Editora Autores Associados, 2003 [2002].

VIANA, Nildo. *A dinâmica da violência juvenil*. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

WERNECK VIANNA, Luiz. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

WACQUANT, Loïc. *Parias urbains: ghetto, banlieues, État*. Paris: La Découverte, 2006.

_____. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001 [1999].

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2010: anatomia dos homicídios no Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari, 2010.

WEBER, Max. *Economía y sociedad: esbozo de sociología comprensiva*. 2ed. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1964 [1922].

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989 [1978].

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000 [1973].

_____. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1979 [1977].

WILLIS, Paul. *Aprendendo a ser trabalhador: escola, resistência e reprodução social*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991 [1977].

ZALUAR, Alba. *Condomínio do diabo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Revan, 1994.

_____. *A máquina e a revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ZAVERUCHA, Jorge. “Relações civil-militares: o legado autoritário da Constituição brasileira de 1988”. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 41-76.